

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)**  
**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA (DS)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGS)**

**BRUNO FERREIRA FREIRE ANDRADE LIRA**

**O (NOVO) DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO –**

do ‘novo’ pacto do poder à manutenção do discurso econômico durante os dois governos Lula

**VIRTUS IMPAVIDA**

RECIFE

2015

**BRUNO FERREIRA FREIRE ANDRADE LIRA**

**O (NOVO) DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO –**

do ‘novo’ pacto do poder à manutenção do discurso econômico durante os dois governos Lula

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Paulo Henrique Novaes de Albuquerque Martins

RECIFE  
2015

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva CRB4-1291

L768n Lira, Bruno Ferreira Freire Andrade.

O (novo) desenvolvimentismo brasileiro : do 'novo' pacto do poder à manutenção do discurso econômico durante os dois governos Lula / Bruno Ferreira Freire Andrade Lira. – Recife: O autor, 2015.  
107 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique N. Martins de Albuquerque.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2015.

Inclui referências e anexos.

1. Sociologia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Brasil – Política e governo – 2003-2010. 4. Política econômica. 5. Poder (Ciências sociais). I. Albuquerque, Paulo Henrique Novaes Martins de (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2015-110)

BRUNO FERREIRA FREIRE ANDRADE LIRA

**O (NOVO) DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO - do 'novo' pacto do poder à  
manutenção do discurso econômico durante os dois governos Lula**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: 24/08/2015.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Paulo Henrique Novaes de Albuquerque Martins (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Josimar Jorge Ventura de Moraes (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Rogério de Souza Medeiros (Examinador Externo)  
Universidade Federal da Paraíba

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao apoio incondicional de meus pais por estarem ao meu lado em todos os momentos. A minha irmã, por sua presença e o seu carinho. E aos demais familiares que estiveram comigo nessa jornada.

Aos meus amigos e minhas amigas que me acompanham desde o colégio, Albino, Paulo, Marcela, Priscilla, Barbara, Camila, Nelson e Chico, este último em especial pelo apoio profissional. Aos companheiros de tantas viagens e aventuras, Teo, Rapha e Paulo. Aos sociólogos amigos, Filipe, Rosano, Joaquim, Jonas e Renato. E a outras tantas pessoas queridas com quem compartilhei tantos outros momentos.

Não posso deixar de lembrar que esta obra é um esforço coletivo oriundo das longas correções e da orientação humana feita pelo Prof. Paulo Henrique. Também, registro o apoio e a contribuição das discussões do Núcleo de Epistemologia do Sul Global (NESG), juntamente aos pesquisadores Eder Leão, Marcos Araujo e Leandro Santos. Ao PPGS e seus funcionários pela disponibilidade e acesso a infraestrutura e professores de excelente qualidade. A CAPES, instituição que me financiou e acreditou no meu projeto.

Lembro com carinho da minha turma de mestrado, em especial Filipe, Jonas, Gabi, Dayra, Nacho e Pedro, pelo convívio singular e por dividirem as angústias e as preocupações ao longo do curso.

Agradeço aos professores que aceitaram participar como avaliadores da minha banca e fizeram parte da minha trajetória até este momento: Jorge Ventura, Rogerio Medeiros, Julia Benzaquen e Marcos Araujo. Assim como a coordenadora do PPGS, prof<sup>a</sup> Eliane Veras, pela atenção e dedicação com os seus alunos.

Por fim, um agradecimento especial para a minha companheira, amiga e namorada Julliane Danielle Fialho a quem, ao longo de mais de sete anos, tem compartilhado comigo as infinitudes de um verdadeiro amor.

## RESUMO

A pesquisa que trata esta dissertação de mestrado em Sociologia centra-se em uma crítica desconstrucionista a uma ideologia de desenvolvimento recente, denominada de (novo) desenvolvimentismo brasileiro (NDB), que foi alçada como uma alternativa as políticas neoliberais e ao nacional-desenvolvimentismo. Elaborada por intelectuais, principalmente economistas mais comprometidos com a construção de uma via heterodoxa da modernização brasileira, o (novo) desenvolvimentismo inspirou o projeto nacional petista, sendo parte integrante dos dois governos Lula (2003-2006; 2007-2010). Para viabilizarmos esta crítica desconstrucionista do discurso heterodoxo, decidimos analisar as contribuições de intelectuais colaboradores da Revista de Economia Política (REP), editada em São Paulo desde os anos oitenta, além de outros artigos e documentos sobre os governos Lula. Partimos, então, da hipótese de que essa alternativa não se propõe a um rompimento com o discurso economicista em voga, apenas idealiza um conjunto de políticas desenvolvimentistas que sugere a recuperação da capacidade gerencial do Estado alinhado com os preceitos mercadológicos. Aqui, a perspectiva decolonial é utilizada como arcabouço teórico-metodológico, permitindo compreender a dimensão mítica do crescimento econômico, principalmente em sociedades periféricas como a brasileira. À luz da relação entre capitalismo e colonialidade é sugerido metodologicamente quatro marcadores decoloniais do desenvolvimento como parâmetros explicativos da realidade social: variáveis econômicas; crescimento econômico; mercado; e a questão nacional. A partir da abordagem decolonial, aprofundaremos o método da análise crítica do discurso (ACD) que possibilita enfatizar o ‘lugar de fala’ do intelectual e a relação de poder e hegemonia entre dominantes e dominados. A análise metodológica ocorre em dois momentos: o primeiro restrito aos artigos da REP e a conformação do (novo) desenvolvimentismo; e o segundo ampliando o escopo de intelectuais, inclusive aqueles vinculados ao governo, identificando os contornos do NDB e sua participação nos dois governos Lula. Uma crítica de natureza sociológica deste debate “heterodoxo” é fundamental para revelar como a leitura excessivamente abstrata que os economistas fazem da realidade social termina influenciando negativamente sobre os rumos dos acontecimentos, desvirtuando as políticas públicas e desorientando a opinião pública.

Palavras-chave: Decolonialidade. Economicismo. Governos Lula. (novo) desenvolvimentismo brasileiro. Poder.

## ABSTRACT

The research mentioned in this dissertation in Sociology focuses on a deconstructionist criticism of a recently developed ideology, called (new) Brazilian developmentalism (NDB), which was raised as an alternative to the neoliberal and nationalist developmentalism policies. It was elaborated by intellectuals, mainly economists, who are more committed to building an unorthodox way of Brazilian modernization, the (new) developmentalism inspired PT national project, which was part of both Lula's governments (2003-2006; 2007-2010). To enable this deconstructionist criticism of unorthodox speech, we decided to analyze the contributions of Political Economy Magazine (REP) intellectuals, published in São Paulo since the eighties, as well as other articles and documents about the Lula government. We start with the hypothesis that this alternative does not propose a break with the economic discourse in vogue, only idealizes a set of development policies suggesting the recovery of the State's management capacity aligned with market principles. Here, the decolonial perspective is used as a theoretical and methodological framework, allowing us to understand the mythic dimension of economic growth, especially in peripheral societies like the Brazilian one. In light of the relationship between capitalism and colonialism we've suggested methodologically four decolonial developmental markers as explanatory parameters of social reality: economic variables; economic growth; market; and the national question. From the colonialist approach, we deepen the method of critical discourse analysis (CDA) that makes it possible to emphasize the 'place of speech' of the intellectual and the relationship of power and hegemony between dominant and dominated. The methodological analysis occurs in two stages: the first restricted to REP articles and the conformation of the (new) developmentalism; and the second extending the intellectual scope, including those linked to the government, identifying the NDB contours and their participation in the two Lula governments. A critique of the sociological nature of this "unorthodox" debate is fundamental to revealing as too abstract the reading that economists make of social reality having a negative influence on the course of events, distorting public policy and disorienting public opinion.

Keywords: Decoloniality. Economicism. Lula's governments. (New) Brazilian developmentalism. Power.

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1 (9) – Artigos selecionados da REP</b>	<b>pp. 48-49</b>
<b>Quadro 2 (11) – Velho e Novo Desenvolvimentismo</b>	<b>p. 68</b>
<b>Quadro 3 (11) – Neoliberalismo e (novo) desenvolvimentismo</b>	<b>p. 69</b>
<b>Quadro 4 - Principais Produtos Agroindustriais Exportados pelo Brasil</b>	<b>p. 104</b>
<b>Quadro 5 - A ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA</b>	<b>p. 104</b>
<b>Quadro 6 - ESTRATIFICAÇÃO DOS INDIVÍDUOS QUE DECLARAM RENDIMENTOS BRASIL %</b>	<b>p. 105</b>
<b>Quadro 7 - POPULAÇÃO POR CLASSES ECONÔMICAS</b>	<b>p. 105</b>

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1 – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES</b>	<b>p. 106</b>
<b>Tabela 2 – POBREZA NO BRASIL EM % DA POPULAÇÃO TOTAL (1995/2009)</b>	<b>p. 106</b>
<b>Tabela 3 – BRASIL – COEFICIENTE DE GINI – 1995/2009</b>	<b>p. 107</b>
<b>Tabela 4 – EVOLUÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO - 1994/2010</b>	<b>p. 107</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACD	Análise Crítica do Discurso
BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
DEM	Democratas
FED	Federal Reserve (Banco Central dos EUA)
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Internacional Monetário
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NDB	(Novo) desenvolvimentismo brasileiro
PBF	Programa Bolsa Família
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido Social-Democrata Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
REP	Revista de Economia Política

# SUMÁRIO

	Pag.
<b>INTRODUÇÃO</b>	
<b>1 A ideologia do (novo) desenvolvimentismo brasileiro no século XXI</b>	<b>9</b>
<b>PARTE I - PRIMEIRAS NOÇÕES</b>	<b>18</b>
<b>2 As primeiras ideias sobre desenvolvimento</b>	<b>18</b>
<b>3 Desenvolvimentismo e dependência na América Latina</b>	<b>20</b>
<b>4 Teoria e discurso neoliberal</b>	<b>24</b>
<i>4.1 Neoliberalismo e teoria neoliberal</i>	<i>24</i>
<i>4.2 Discurso neoliberal na América Latina: o caso brasileiro</i>	<i>27</i>
<b>5 Críticas ao desenvolvimento recente</b>	<b>30</b>
<b>PARTE II - PRISMAS DE LEITURA</b>	<b>33</b>
<b>6 Aspectos teórico-metodológicos</b>	<b>33</b>
<b>7 A importância do intelectual e da revista de economia política</b>	<b>38</b>
<b>8 Universo e amostra</b>	<b>42</b>
<b>9 A construção e a desconstrução – o método de análise</b>	<b>43</b>
<b>10 Os artigos da revista de economia política</b>	<b>47</b>
<b>PARTE III – PRESENTE</b>	<b>64</b>
<b>11 O (novo) desenvolvimentismo</b>	<b>64</b>
<b>12 Os governos Lula</b>	<b>68</b>
<i>12.1 O 'novo' pacto de poder</i>	<i>68</i>
<i>12.2 O núcleo duro da economia</i>	<i>72</i>
<i>12.3 As políticas distributivas e a 'nova' classe média</i>	<i>76</i>
<i>12.4 O lulismo</i>	<i>83</i>
<b>PARTE IV - FUTURO?</b>	<b>87</b>
<b>13 O NDB à luz da crítica decolonial</b>	<b>87</b>
<b>14 Considerações Finais</b>	<b>91</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>95</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>104</b>

## INTRODUÇÃO

### 1 A ideologia do (novo) desenvolvimentismo brasileiro no século XXI

As décadas de 1980/90 representaram a forte presença de uma agenda neoliberal implicada mais com a liberalização do mercado e menos com o tema da igualdade social (SADER, 2012). A partir das consequências deste cenário anterior, houve em diversos países da América Latina, em especial o Brasil com as eleições presidenciais de 2002, um discurso que se autodenominou “alternativo” àqueles ideários hegemônicos de desenvolvimento, além de se propor a superar as velhas ideias do nacional-desenvolvimentismo. Ao longo dos dois governos Lula (2003-2006; 2007-2010), pode ser visto tanto o Estado assumindo um papel central no planejamento nacional como a manutenção dos preceitos mercadológicos, principalmente o protagonismo das variáveis econômicas<sup>1</sup> e do crescimento econômico, agora como meio e fim para a redução da desigualdade social sem rompimento com o grande capital. Isso aprofundou uma modernização conservadora, fomentada por um “novo” pacto de poder que se inspira em um conjunto de políticas desenvolvimentistas denominado de (novo) desenvolvimentismo brasileiro (NDB) (OLIVA, 2010). Para corroborar com este raciocínio, propomos a análise do NDB, a partir da seleção de alguns artigos da Revista de Economia Política (REP), fundada em 1981, além de alguns outros trabalhos pertencentes ao universo do NDB. Destaque para alguns dos principais intelectuais economistas heterodoxos brasileiro, favoráveis à presença do Estado na organização de políticas desenvolvimentistas, que contribuíram com críticas positivas e negativas para a formação ideológica e de parte das políticas econômicas dos dois governos Lula.

---

<sup>1</sup> As variáveis econômicas mais usuais pelo economicismo são PIB, Renda, Taxa de Inflação, Taxa de juros e Câmbio.

*As bases teóricas do (novo) desenvolvimentismo*<sup>2</sup>

O (novo) desenvolvimentismo apresenta como especificidade o fato de ser formulado em um debate em que os economistas mais heterodoxos buscam um conjunto de políticas desenvolvimentistas opostas à ortodoxia conservadora mundial, que foi delineada na política econômica brasileira na década de 1990 (SALLUM Jr., 1996)<sup>3</sup>. Este debate entre heterodoxos e a ortodoxia convencional prospera desde os anos de 1980 no Brasil, dentro de um contexto de declínio do nacional-desenvolvimentismo e em torno da relação entre Estado e mercado. Os primeiros, sendo favoráveis à manutenção estratégica do Estado como agente do desenvolvimento; enquanto os segundos, simpatizando com o Estado mínimo e o jugo dominante do livre-mercado. É importante salientar que o (novo) desenvolvimentismo também se propõe a distanciar-se dos preceitos do nacional-desenvolvimentismo, como o fato deste velho modelo não resolver a equação entre desenvolvimento e distribuição de renda. Além disso, os economistas heterodoxos alegam que o Brasil é um país de renda média, ou seja, possui uma industrialização com certo nível de maturidade, o que exige novas perspectivas de desenvolvimento. Acrescenta-se, ainda, à apresentação de uma conjuntura internacional distinta à década de 1950/70, obrigando a necessidade de novas iniciativas (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010).

O conceito de (novo) desenvolvimentismo, portanto, tende a distanciar-se de um velho ideário nacional desenvolvimentista, responsável por promover o processo de industrialização brasileira entre as décadas de 1930 a 1980 (FIORI, 2003). Bresser-Pereira (2011) propõe que esse “novo” busque o rompimento com a dominação do livre-mercado sobre o Estado, aliando-se à necessidade do progresso e da inovação técnica nacional. Há na proposta do Bresser, também, a pretensão de salvaguardar a retórica nacionalista anterior no novo contexto econômico global. Outros autores, por outro lado, lembram igualmente o fortalecimento das políticas distributivas (SAAD-FILHO; MORAIS, 2011), reforçando a tese intervencionista, sem, no entanto, conseguir enfrentar de modo satisfatório a desigualdade estrutural da sociedade brasileira (CATTANI, 2005).

---

<sup>2</sup> O (novo) desenvolvimentismo são as ideias desenvolvimentistas que vão inspirar o projeto nacional petista e o NDB. Enquanto o NDB é, por sua vez, o conjunto de políticas praticadas durante os governos Lula.

<sup>3</sup> Durante o governo Sarney é exposto o embate, por um lado, dos heterodoxos, ‘herdeiros’ das políticas nacional-desenvolvimentistas que prevaleceu entre as décadas de 1930-80; e, por outro, a liberalização da economia nacional, através do discurso neoliberal acordado no primeiro Consenso de Washington. Isso pode ser visto na alternância de ministros da Fazenda, ora ortodoxo (Francisco Dornelles), ora desenvolvimentista (Luiz Carlos Bresser-Pereira).

*Tramas e limites do projeto nacional petista*

Através da emergência deste (novo) desenvolvimentismo, o projeto nacional petista<sup>4</sup>, sob a liderança de Lula, vai articular, durante os seus dois governos, políticas desenvolvimentistas com algumas neoliberais promovendo uma hibridização com o propósito de retomar o crescimento econômico e promover as reformas sociais. Nesses períodos, o embate de ideias associado às mudanças estruturais do pacto de poder foi importante para se entender o desempenho ambivalente do PT entre as políticas econômicas heterodoxas e ortodoxas, estimuladas por pressões do grande capital. Entretanto, é válido ressaltar que a vitória eleitoral de Lula pelo PT, em 2002, representou uma renovação da esperança de democratização e a possibilidade concreta de ressignificação do conceito desenvolvimento (SINGER, 2009). Isso pode ser observado no próprio projeto nacional petista, a partir dos três eixos que demarcaram o programa de governo: crescimento econômico, redução da desigualdade social e fortalecimento da democracia (OLIVA, 2010). Concomitantemente, os petistas e o seu projeto nacional precisaram modificar o discurso desenvolvimentista mais radical e buscar a conciliação com os interesses do grande capital, visto a “necessidade” de formalizar uma coalizão capaz de permitir a governança sem maiores dificuldades (SADER, 2009).

As realidades dos dois governos Lula demonstraram que as tentativas de mudanças políticas e econômicas foram limitadas por um ‘novo’ pacto de poder, integrando velhos aliados<sup>5</sup>, por um lado, e novos aliados, por outro. Estes últimos, portadores de uma agenda conservadora, advinda de interesses internacionais e nacionais, é sustentada por grupos da burguesia brasileira como o agronegócio, banqueiros e industriais<sup>6</sup>. Assim, o PT e a sua base necessitaram realizar coalizões e concessões à “direita”, o que comprometeu as perspectivas de promoção dos compromissos sociais mais à esquerda, como é o caso da reforma agrária e de impostos sobre grandes riquezas. Dentro desse novo pacto modernizador, as frações políticas de “esquerda”, como sindicatos e movimentos sociais, com vínculos históricos junto ao PT, tiveram que se acomodar às exigências de setores da burguesia brasileira e internacional. Isso contribuiu para a reprodução das matrizes do desenvolvimento baseado no crescimento econômico, na elevação da renda e na inserção social pelo consumo, sem

---

<sup>4</sup> O projeto nacional petista é a junção de dois fatores: o programa de governo do PT, lançado em 2002; e a valorização do nacionalismo dentro das ideias do (novo) desenvolvimentismo.

<sup>5</sup> Trabalhadores e sindicatos, a burocracia pública, intelectuais, movimentos e associações sociais, e parte da igreja.

<sup>6</sup> Destaque para a CNI e a FIESP

destacar elementos políticos, sociais, culturais e morais fundamentais para a construção da ideia de desenvolvimento. Entre a conservação de algumas políticas neoliberais e a emergência de discursos alternativos de desenvolvimento, que (re)inserem o papel de gestor ao Estado no processo de modernização, circunscreve-se essa recente realidade brasileira, não sendo um fato isolado, mas uma tendência modernizadora conservadora presente em outros países latino-americanos (SADER, 2012; GUDYNAS, 2012)<sup>7</sup>.

### *A emergência do NDB nos governos Lula*

O curioso é observar, ao longo dos dois mandatos de Lula, como o NDB e suas políticas desenvolvimentistas enfrentaram fatos problemáticos que comprometeram a autonomia desejada de um Estado gestor, como são os casos da manutenção de medidas neoliberais e às altas taxas de juros estimuladas pelo endividamento estatal. Do mesmo modo, o NDB julgou que para haver mudanças efetivas no âmbito social era necessário retomar o crescimento econômico e, posteriormente, fortalecer o mercado interno de consumo de massas (OLIVA, 2010). Através de políticas distributivas, como o programa bolsa família (PBF), a valorização real do salário mínimo, a expansão do crédito urbano e à agricultura familiar e o pleno emprego (POCHMANN, 2014), acreditou-se que se reduziria a desigualdade de renda: seja retirando milhares de famílias de situações de pobreza e extrema pobreza; sejam reforçando as rendas de outros milhares, pertencentes à base da pirâmide social, inserindo-os no mercado interno pelo consumo. Aqui, o campo social e cultural é pouco discutido, ficando à margem e na dependência de programas e de projetos atrelados ao governo.

Outra característica fundamental desse projeto político nacional está na complexificação da função ideológica do NDB nos governos Lula. O nacional-desenvolvimentismo se apoiou largamente nas mobilizações das massas para defender a industrialização nacional. Por sua vez, O NDB, ao emergir, vinculou-se fortemente à internacionalização, deixando o governo nacional-sindicalista com crescentes dificuldades para recorrer a estas bandeiras nacionalistas, apelando para a mitificação do presidente Lula. O chamado *lulismo* solidificou a aprovação dos seus dois governos (SINGER, 2009) e transmitiu a falsa impressão de um grande desenvolvimento social. Eis o véu que cobre os

---

<sup>7</sup> Neste ponto é feita referência as sucessivas vitórias de partidos e candidatos vinculados a discursos de alternativas ao conservadorismo na América Latina. Nestor Kichner (2003-2007) na Argentina; Evo Morales (2005-) na Bolívia; Rafael Correa (2007-) no Equador; Michelle Bachelet (2006-2010) no Chile.

vícios apreendidos pelo PT e por Lula, ao longo desse projeto, escamoteando o abismo da realidade brasileira desigual.

*A perspectiva decolonial: uma estratégia para desconstruir os dogmas economicistas*

A abordagem decolonial constitui uma variável dos estudos pós-coloniais, com ênfase nas várias realidades dos países latino-americanos, e que radicaliza a crítica aos fundamentos estruturais do desenvolvimento, valorizando às narrativas criadas por movimentos intelectuais locais na formatação do imaginário desenvolvimentista. A decolonialidade é inaugurada a partir dos escritos de A. Quijano (2010) e P. Casanova (2009), que propõem uma análise diferenciada da crítica pós-colonial estruturalista latino-americana dos anos 1950/80 ao considerar, além da variável econômica e política, os aspectos culturais e sociais.

A colonialidade do poder, como crítica teórica decolonial (QUIJANO, 2000; 2010) emerge, então, apontando para a incompletude do processo de descolonização, em especial, na esfera da organização do poder, o que é bem evidente ao se estudar os motivos que regem a organização recente do sistema de dominação no Brasil. Isto significa que os processos de liberação dos sistemas coloniais, com vista à formação dos Estados-nação, ocorreram de forma incompleta, em decorrência da manutenção de hierarquias coloniais/raciais/gênero/religiosa como estratégias simbólicas de preservação do domínio capitalista (GROSFOGUEL, 2010). A real independência – política, social, econômica e cultural – dos países latino-americanos apenas é realizável, sustenta este autor, com a descolonização completa que só pode ser almejada pela quebra dessas hierarquizações e do estado de colonialidade. A decolonialidade como projeto teórico, sugere não apenas desconstruir as políticas conservadoras do desenvolvimento como, também, entender a importância e o valor da equidade das categorias Estado, heterogênea sociedade civil e mercado, para um efetivo desenvolvimento social justo.

Dentro desse universo de proposições contra-hegemônicas, consideremos as epistemologias do/sobre o Sul Global (SANTOS, 2002; 2007; 2008) que ampliam o escopo dos estudos decoloniais. Estas propõem o rompimento com a monopolização do pensamento moderno ocidental e passam a propagar o reconhecimento de múltiplos saberes, desde o Sul ao Norte, que devem emergir dos avanços conquistados, através de diálogos horizontais, valorizando as experiências desperdiçadas para gerar respeito às diferenças culturais e convergência de forças por temas universais como a equidade social. A decolonialidade

inspira este imaginário de alternativas (MIGNOLO, 2007) de desconstrução da colonialidade do poder, do saber e do ser, ao demonstrar que as crenças nos atuais modelos de modernização nos países do Sul são fundadas nas heranças coloniais e atualizadas pelos intelectuais, sobretudo economistas, nas tensões entre o conservadorismo local e o progressismo econômico global. Dessa forma, as experiências locais saem da marginalidade e são valorizadas por trazerem os contextos específicos de cada região, além de promoverem as diferenças culturais e históricas das diversas sociedades civis (ECHANDIA; GOMEZ; VOMMARO, 2013).

As dificuldades de se realizar a distinção mais profunda entre o econômico e o político têm contribuído, por outro lado, para empobrecer o entendimento do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2005) ao limitá-lo unicamente à lógica do sistema capitalista. Isto contribui, lembra R. Grosfoguel (2010), para um reducionismo que impede de se entender o desenvolvimento como uma estrutura-histórica heterogênea e de complexos enredamentos. Nesta perspectiva, o reconhecimento de uma “matriz de poder colonial” (QUIJANO, 2000 *apud* GROSGOQUEL, 2010) sob o sistema-mundo moderno possibilita reconhecer a reprodução de um processo de colonialidade que se reproduz sob o discurso e a prática do livre mercado e do discurso economicista.

Nesta perspectiva, Boaventura de Sousa Santos (2008) sugere como desafio teórico a expansão do presente, para romper com a lógica mercantilista e incluir novas experiências e saberes. O autor, então, propõe modelos diferentes da racionalidade ocidental, que valorizem a experiência social de países relegados a uma situação marginal no processo de globalização. Assim pela extensão do tempo presente é possível se conceber as ausências, pois “o objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças.” (SANTOS, 2002, p. 246).

Em vista disso, se podem conceber sociologias da América Latina, imbuídas de uma sociologia das ausências que se preocupa em integrar experiências, inspirando modernidades alternativas a partir do ‘Sul-Sul’, cujo objetivo normativo seja a distribuição igualitária e justa. O entendimento da região como objeto de uma sociologia regional, como sugere Martins: “La liberación de América Latina como sistema-mundo particular” (MARTINS, 2013a), é central para reconhecer as singularidades do desenvolvimento nacional como experiência regional e singular. A busca pela decolonialidade do desenvolvimento permite contra-atacar o eurocentrismo e o seu discurso hegemônico neoliberal, inspirado no universalismo da racionalidade econômica e mercantil europeia para liberar outras racionalidades fundadas no pluralismo. O pensamento decolonial propõe, então, uma ruptura

com a ideologia mercantil hegemônica que não traz enfrentamentos aos temas da desigualdade, da exclusão e da injustiça social.

Deste modo, ao nos apoiarmos na perspectiva crítica decolonial para desenvolver nossa crítica à ideologia do NDB, estamos buscando nos apoiar num argumento propriamente sociológico que permita identificar os dogmas do desenvolvimento econômico como a crença em um sistema de poder influenciado por elementos coloniais. Nesse sentido, para apontar novas direções anti-coloniais é necessário explicitar os limites epistemológicos das teses economicistas vigentes.

### *A desconstrução do NDB*

A análise desconstrucionista do NDB, através dos discursos dos intelectuais economistas heterodoxos, revela-se fundamental para compreender as limitações e as dificuldades do projeto nacional petista em superar o reducionismo do modelo de modernização centrado no crescimento econômico e na promoção social pelo consumo material, sem a consideração dos elementos morais e culturais que fundamentam a cidadania. Assim, nossa estratégia de compreensão do novo pacto modernizador visa revelar o caráter “conservador”<sup>8</sup> do petismo que se esconde por trás do discurso reformista e das tentativas de fortalecimento da ação estatal e da implementação de políticas distributivas. A análise dos diversos artigos da REP e de outras fontes sobre os períodos Lula permite solidificar a manutenção e a centralidade de um discurso econômico que se propõe inovador.

Todavia esta colonialidade somente se manifesta quando se abre o entendimento do desenvolvimento para uma crítica política, social, moral e cultural que permite revelar a centralidade mercantilista do debate. A perspectiva decolonial, portanto, sugere o uso de marcadores decoloniais do desenvolvimento, que são parâmetros explicativos de uma realidade social baseada em discursos neocoloniais legitimadores de um discurso hegemônico do desenvolvimento de base econômica, prevalecente no Brasil. Os marcadores identificados na pesquisa são produzidos pelos intelectuais economistas, no caso do desenvolvimento atual, formadores de opinião, expressando as correlações de forças econômicas, políticas e culturais que influem sobre o padrão de poder dominantes. Para nossa pesquisa elegemos quatro marcadores: às variáveis econômicas; o crescimento econômico; a relação entre Estado,

---

<sup>8</sup> O entendimento de conservador não deslegitima avanços sociais alcançados durante os anos Lula, principalmente ao comparar com as ações dos governos anteriores.

mercado e heterogênea sociedade civil; e à questão nacional. Tais elementos nos permitem refletir a desconstrução do desenvolvimento econômico de dentro para fora expondo as limitações e reduções de um discurso hegemônico pautado essencialmente no econômico.

A decolonialidade, então, possibilita o uso do método da análise crítica do discurso (ACD), fortalecendo aspectos já embutidos na abordagem pós-colonial tradicional, principalmente, ao valorizar os aspectos do contexto local, a importância do 'local de fala' do intelectual e na identificação de hierarquias mantenedoras das relações de poder desiguais. Isso permite a compreensão da atualidade de um sistema-mundo patriarcal/ capitalista/ colonial/ moderno, cujas hierarquias de gênero, raciais e de classe (GROSFOGUEL, 2010) se reproduzem sob os mantos do discurso economicista.

Assim, a desconstrução do modelo de gestão dos dois governos Lula expõe a forte presença da colonialidade moderna, sob a roupa do (novo) desenvolvimentismo e a lógica do consumo. Reconhecer a atuação desta colonialidade na construção do desenvolvimento é fundamental, principalmente ao se reconhecer a importância do fator colonial para reproduzir um discurso econômico que é insensível ao fenômeno da desigualdade e dos processos de exclusão social. Esta é a matriz da modernização conservadora, aquela de um modelo fundado na associação entre mercantilismo e colonialidade. Assim, para o desenvolvimento se ressignificar como modelo teórico e projeto prático é necessário se reconhecer a colonialidade existente no discurso hegemônico. Expandir o presente, valorizar as múltiplas experiências e ter o reconhecimento da igualdade pela diferença fazem parte da decolonialidade. A partir dessa direção, é possível fazer a crítica ao NDB e discutir às alternativas ao desenvolvimentismo.

### *Estrutura da dissertação*

O trabalho se encontra dividido em quatro partes. Na PARTE I buscamos trazer elementos norteadores sobre os debates mais relevantes acerca do desenvolvimento dentro do contexto latino-americano. Inicia-se com as primeiras discussões sobre o desenvolvimento para uma crítica contundente do pensamento latino-americano entre cepalinos e dependentistas até a chegada e consolidação dos preceitos neoliberais, incluindo uma breve análise sobre o neoliberalismo à brasileira. Concluimos aqui com as mais recentes críticas, desde economistas, sociólogos, antropólogos e outros tantos intelectuais, sobre as consequências maléficas deixadas pelo desenvolvimento puramente econômico.

Na PARTE II dedicamos a apresentar as bases teórico-metodológicas da perspectiva decolonial relacionando a crítica com os marcadores decoloniais do desenvolvimento. Ainda destacamos o papel do intelectual e a distinção entre ortodoxos e heterodoxos assim como apresentamos a REP para, posteriormente, detalharmos o universo que se insere o NDB e a amostra de artigos da REP, inserindo os critérios utilizados. Chegamos, então, ao método desconstrucionista que se baseia na relação entre marcadores e a ACD para definirmos como se dará a operacionalização da análise, dividida em quatro momentos. O conjunto de elementos permite avançarmos para o primeiro e o segundo momento da análise com a seleção apenas de alguns artigos da REP e como se conforma o (novo) desenvolvimentismo expressado por destacados intelectuais economistas heterodoxos, inclusive citando os governos Lula.

A PARTE III se refere ao terceiro momento da análise em que expandimos ao trabalhar tanto com outros artigos da REP como trabalhos advindos de outras fontes, mas pertencentes ao universo do NDB, inclusive de intelectuais que são colaboradores da REP. Iniciamos fazendo uma retomada dos principais pontos que caracterizam o (novo) desenvolvimentismo assim como as suas distinções em relação ao neoliberalismo e ao nacional-desenvolvimentismo. O NDB vai ser formulado nas páginas seguintes, ao acompanharmos as trajetórias dos dois governos Lula e a participação das políticas desenvolvimentistas. Aprofundamos em três eixos chaves para o entendimento da modernização conservadora pelo projeto nacional petista: a formação de um ‘novo’ pacto de poder; a política híbrida da economia com elementos tanto neoliberais como desenvolvimentistas; as políticas distributivas e o fortalecimento de um mercado interno de consumo das massas; e o lulismo.

Por fim, a PARTE IV com a constituição do quarto momento de análise que representam os resultados, ou seja, os entendimentos alcançados ao longo deste percurso. Aqui concluimos propondo uma crítica decolonial capaz de sugerir alternativas ao desenvolvimento. Para isso retomamos e refletimos a ideia dos marcadores decoloniais do desenvolvimento. Nas considerações finais ponderamos sobre os rumos da democracia brasileira e os processos de exclusão e desigualdade social.

## PARTE I

### PRIMEIRAS NOÇÕES

#### 2 As primeiras ideias sobre desenvolvimento

As teorias do desenvolvimento são amplamente debatidas dentro do âmbito acadêmico, podendo se atribuir à economia clássica as primeiras teses e discussões sobre o desenvolvimento (FIORI, 1999). A partir do eixo capital-trabalho buscou-se, em diferentes perspectivas, a fundamentação da realidade social nos processos e nas estruturas econômicas, ou seja, às demais esferas do sistema social – cultura, política, instituições – estariam subordinadas ao econômico (MARTINS et al., 2014). O desenvolvimento, assim, denotou-se por ser essencialmente econômico e “(...) fundamentalmente, o resultado de uma integração dinâmica da *divisão do trabalho, a acumulação de capital e a inovação técnica.*” (IANNI, 1989, pp. 170/171).

O capitalismo, ao longo dos séculos, vem sendo o protagonista nas concepções e nas estratégias do desenvolvimento. A mercantilização e a industrialização foram modos de produção capitalista que significaram o desenvolvimento como uma “reprodução ampliada do capital” (TAPIA, 2012). Em outras palavras, desenvolver representa a produção de bens, que apesar de gerar excedentes, não implica numa diminuição daquilo produzido. Ao contrário, amplia-se a produção visando apenas o aumento do lucro, cuja ambição é constituinte daqueles que detém a propriedade, às elites locais:

(...) este incremento no está dirigido en principio a satisfacer necesidades sociales sino a ser un soporte de una ampliación de las ganancias para aquellos que han monopolizado la propiedad. (...) el capitalismo instaura un patrón de desarrollo que es un patrón de inversión del excedente que aumenta las capacidades de producción. (TAPIA, 2011, p. 23).

Nesse sentido, destaque para o liberalismo econômico de D. Ricardo, T. Malthus e A. Smith que viram o fortalecimento do mercado como força motriz para o desenvolvimento capitalista. A hegemonia desta visão essencialmente economicista, predominante entre os séculos XXIX até início dos XX, impactou sobre os rumos da sociologia e à emergência da

Sociologia do Desenvolvimento. Explica O. Ianni (1989), que a Sociologia do Desenvolvimento deteve-se inicialmente numa compreensão positivista da realidade, algo compreensível quando se considera a força do ideário do progresso histórico para a formulação do desenvolvimento como uma temporalidade linear. De fato, a ideia de “progresso” (BOCK, 1980) foi importante para se propuser uma matriz de desenvolvimento por etapas, inspirada na modernização eurocêntrica (ROSTOW, 1971). O evolucionismo social e a crença positiva no alcance de um estágio de maturidade do desenvolvimento cercearam os passos iniciais de uma Sociologia do Desenvolvimento, que foi muito presente na segunda metade do século XX. Principalmente, pelas ideias do modelo keynesiano-fordista, fortalecidos por um período de reconstrução civil pós-segunda guerra mundial, em que o Estado tem um papel mais ativo de intervenção. O intuito deste aparelho estatal é corrigir as instabilidades do mercado para a constituição de um estado de bem-estar social, principalmente entre os países desenvolvidos europeus, garantindo direitos e assistências ao trabalhador, o que permitiu o fortalecimento da classe trabalhadora através dos sindicatos (HARVEY, 2011a).

A Sociologia do Desenvolvimento contribuiu, assim, para se repensar a modernidade estadunidense-européia a partir da sua modernização econômica, da inovação tecnológica e dos novos padrões de consumo:

Esto implica cambio tecnológico, cambio de las formas de organización del proceso productivo (...). También supone un cambio en los patrones de reproducción social, a través de los cambios en los patrones de consumo y de circulación de los bienes y simbolización de todos estos procesos. (TAPIA, 2011, p. 28).

A teoria da modernização inspirou, igualmente, a economia do desenvolvimento e a Sociologia do Desenvolvimento, ao longo da segunda metade do século XX, reproduzindo ideologicamente o modelo eurocêntrico de industrialização e de urbanização. Outros países, vistos como “subdesenvolvidos” e pertencentes à periferia do globo, passaram a seguir as etapas e as estratégias de modernização propostas pelos teóricos da modernidade (MARTÍN-BARBERO, 2006), com vistas a alcançar níveis desejáveis de desenvolvimento econômico. Supunha-se que nas condições de periferia, o fortalecimento do Estado permitiria assegurar as condições de desenvolvimento do capitalismo nos moldes eurocênicos. O Estado periférico, então, posicionou-se como regulador e agente econômico, porém atuando de forma limitada perante as problemáticas sociais e políticas (MARINI, 2008; FALETTTO, 2009).

Entre as décadas de 1930 a 1960, observou-se na América Latina a busca de adequar o desenvolvimento do mercado interno aos padrões da economia mercantil internacional dando ênfase, sobretudo, ao processo de industrialização<sup>9</sup> (FURTADO, 2007). As propostas modernizadoras fundaram-se em diagnósticos que apontaram para a importância de se focalizar políticas de produção econômica e industrial. Em outras palavras, para haver crescimento econômico era preciso haver produção de bens industriais (MARTÍN-BARBERO, 2006). Entretanto, as reformas e as “revoluções” modernizadoras, desse período, não modificaram as hierarquias sociais e as estruturas de poder interno, como se observa pela manutenção do poder das antigas oligarquias rurais (FIORI, 2003). Este fator tradicional é importante de ser lembrado, pois constituiu uma variável cultural e política não considerada seriamente pelos modernizadores no século XX.

Enfim, esse modelo evolucionista de modernização expressou o discurso monológico estadunidense-europeu que defendeu a existência de um único possível desenvolvimento capitalista a ser alcançado, aquele por etapas. O contexto histórico e as heranças coloniais das sociedades periféricas foram relegados ao segundo plano em benefício da meta do crescimento econômico a qualquer custo.

### **3 Desenvolvimentismo e dependência na América Latina**

Na América Latina, o tema do desenvolvimento está associado àquele do keynesianismo/fordista e do Estado como regulador econômico e social. Contudo, em certo momento, dado o peso das relações internacionais, a teoria da modernização na América valorizou a discussão sobre o imperialismo (IANNI, 1989). Assim, os intelectuais latino-americanos, tanto da sociologia como da economia, foram importantes no avanço de um pensamento crítico que se propunha a questionar o colonialismo e as heranças coloniais sem, no entanto, romper com o ideário do crescimento econômico (GROSGOUEL, 2010).

Porém, pouco a pouco, a institucionalização da sociologia na América Latina avançou no entendimento das dificuldades apresentadas pela incorporação das interpretações eurocêntricas sem considerar as realidades contextuais. A partir daí, as reflexões sobre o contexto latino-americano passaram a considerar, mais claramente, as relações entre local, nacional, global e as particularidades do cotidiano. Por conseguinte, o reconhecimento das

---

<sup>9</sup> O desenvolvimento industrial não se estabelece de forma homogênea na América Latina. Alguns países, como é o caso do Brasil, Argentina e México alcançaram diferentes níveis de maturação desse processo. Outros, como a Bolívia, o Peru e o Chile, pouco desenvolveram (RODRIGUEZ, 2009).

singularidades culturais e históricas da região apareceu como um passo importante à crítica ao modelo evolucionista de modernização que condicionava a Sociologia do Desenvolvimento, abrindo novas possibilidades para o campo sociológico (MARTINS, 2012).

As formulações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), durante as décadas de 1950/80, através da liderança de Raul Prebisch (1949) e com a atuação destacada de Celso Furtado (2007), possibilitaram as bases de um pensamento crítico próprio, referente ao desenvolvimento latino-americano, cujo passo foi importante na interiorização, pelos intelectuais, do dilema estrutural do desenvolvimento regional. Nesse sentido, o debate sobre centro e periferia (RODRIGUEZ, 2009) foi fundamental, ao caracterizar o primeiro por seu avanço industrial e tecnológico, sendo formado pelos países que se autodenominaram desenvolvidos; e o segundo de economia primária e em atraso tecnológico, classificados como países subdesenvolvidos. Tal cenário possibilitou o reconhecimento, por Prebisch, da deterioração dos termos de troca internacional, que identificou o baixo preço na exportação dos produtos primários da periferia e o alto preço na importação dos produtos manufaturados do centro, como um fenômeno político-econômico que mantinha e reproduzia as bases coloniais (FALETTO, 2009).

Considerando a premissa das etapas necessárias para o desenvolvimento capitalista, o subdesenvolvimento dos países periféricos era compreendido, erroneamente, como uma etapa inicial da modernização. A desmistificação e a resignificação de subdesenvolvido, como um caráter da singularidade periférica (BIELSCHOWSKY, 2004), permitiu reconhecer a influência das heranças coloniais e do contexto histórico específico da América Latina. Nesta perspectiva reformista, as soluções apresentadas pela CEPAL para o desenvolvimento eram de imprimir um processo de “desenvolvimento para dentro” através de políticas de promoção à industrialização (RODRIGUEZ, 2009). Esse processo, denominado de “substituição das importações”, era centrado, principalmente, na capacitação estatal em relação ao planejamento e à intervenção econômica (FALETTO, 2009). Assim, o que se chamou de Estado foi muito identificado à ideia de Poder Central como vemos na seguinte observação:

Lo que pasó a ser llamado Estado desarrollista revela la elección del poder central estatal como base para desorganizar las actividades tradicionales y para promover la industrialización y la urbanización en el contexto de la globalización e inspirado por el ideal de modernización (MARTINS, 2012, p. 31).

Porém as tentativas de implementação do novo modelo de desenvolvimento dos países latino-americanos, fundado no Estado como agente ativo, não bastou para corrigir e anular os

termos da dependência internacional (MARTINS, 2013a). Isso se verificou nos desempenhos das sociedades regionais na segunda metade do século XX. Os fatos provaram que os países periféricos latino-americanos mantiveram-se como exportadores de matéria prima, não conseguindo romper a dependência em relação aos grandes centros produtores de manufaturas, o que tem reproduzido uma lógica colonial conhecida até os dias atuais. Os países centrais, antigas metrópoles, continuaram a importar os produtos primários e a exportar, à periferia, os bens industrializados, cuja margem de preço era mais elevada por possuir um valor agregado. Portanto, a divisão do trabalho internacional do período colonial continuou a prevalecer no século XX, com a capacidade de fixar os preços pertencentes aos países centrais industrializados (FALETTO, 2009).

Apesar dos avanços, a formação de um pensamento crítico latino-americano sobre o desenvolvimento limitou-se a uma ruptura epistemológica e política com o ideal de modernização por etapas (MARTINS, 2012). O entendimento da condição de sociedade periférica como um problema político-econômico, a ser enfrentado pela ideologia do crescimento econômico, continuou a imprimir o ritmo da modernização nacional, ontem, e hoje. Neste sentido, a atualização da ideia de crescimento econômico pela aceleração do consumo interno das classes populares, como veremos adiante nos governos petistas, renovou o modelo nacional desenvolvimentista anterior.

Diante das dificuldades encontradas pelo processo de substituição das importações imprimiu-se um sentimento de negatividade entre os teóricos da CEPAL. Destaco Celso Furtado (1968) e o livro “Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina”, em que o autor chama a atenção para a estagnação e à dependência dos países latino-americanos frente à economia mundial. Dependência que ficou mantida pela lógica “centro-periferia” e pelo insuficiente processo de industrialização, visto a não consideração da singularidade dos contextos políticos de cada país, da forte presença do latifúndio e das desigualdades regionais. Tal entendimento provocou novos posicionamentos no pensamento crítico latino-americano inaugurando uma nova heterogênea corrente, conhecidos como os teóricos da dependência (GOMEZ, 2012).

Uma primeira reflexão se referiu a uma visão positiva da dependência, argumentada por Cardoso e Faletto (2004) que, de forma geral, viram a possibilidade de desenvolvimento através da dependência, ao compreender o domínio da variável econômica sob a política (MARTINS, 2011). O econômico se revelando no fortalecimento do mercado externo, enquanto a política se limitando ao aparato estatal-burocrático nacional. Os autores sugeriram, assim, uma dependência associada em que os países periféricos iriam desenvolver o seu

mercado interno através do aumento da dependência tecnológica e financeira dos países centrais e, posteriormente, ao passar dos anos, essa dependência diminuiria com o aumento dos investimentos internos em tecnologia (CARDOSO; FALETTO, 2004). A formulação deste “tipo ideal”, de cunho weberiano, não se preocupou em problematizar as contrapartidas da dependência e desconsiderou certos aspectos sociais e culturais.

Em outra reflexão, cunhada sob a influência do marxismo, está o trabalho de Theotônio dos Santos (2000) e de Ruy Mauro Marini (2008) que entenderam a associação entre a burguesia nacional com o capital internacional como algo oposto a ideia de desenvolvimento. Há de destacar, aqui, a influência<sup>10</sup> de outra vertente dependentista, liderada por Paul Baran e André Gunder Frank que, de forma geral, deram ênfase maior as questões externas para justificar a dependência (MARTINS, 2011). Retornando as ideias de Santos e Marini, estes expandiram aquele entendimento ao identificar questões internas como os principais fatores para a manutenção da dependência, pois a possibilidade de acumulação do capital, da ambição do lucro e da exploração do trabalhador estimulou as classes dominantes a desejarem apenas o superlucro (MARINI, 2008). Para estes autores, o desenvolvimento, tanto econômico como político, restringiu-se a ínfima parcela da população periférica. E tal dependência submeteu o nacional às estruturas de dominação internacional, ou seja, às imposições da economia-mundo capitalista (SANTOS, 2000).

Concordando com Grosfoguel (2010), os autores dependentistas do marxismo contribuíram de forma efetiva para a ampliação do pensamento crítico aprofundando o debate político-econômico e vislumbrando as limitações sociais que a dependência agravava num contexto de colonialidade. Entretanto, a manutenção de heranças coloniais no imaginário social e cultural exigiu ir além dos questionamentos políticos e econômicos, identificando uma complexa rede de hierarquizações promotoras das diferenciações sociais.

Martins (2013a) faz referência a outro desdobramento da teoria da dependência que apontou para uma discussão mais forte entre colonialidade e poder. Diz ele que: “Esta corriente que podemos llamar poscolonial contextual plantea que la dependencia no es solo un problema económico-político sino sobre todo un problema cultural y moral vinculado a la perpetuación de la colonialidad.” (MARTINS, 2012, pp. 33/34). O reconhecimento pela Sociologia da América Latina deste fator cultural, na verdade, já vem de antes, de acordo com Ianni: “(...) trata-se de modos de pensamento que conformam a visão do mundo dominante no país subordinado à visão do mundo dominante no país-metrópole.” (IANNI, 1989, p. 187).

---

<sup>10</sup> Além desta influência dependentista, não se pode deixar de citar os trabalhos de Fernando Braudel e I. Wallerstein ao teorizar sobre os sistemas-mundo. (MARTINS, 2011)

Os sociólogos Pablo Casanova (2009) e Aníbal Quijano (2000), por exemplo, interpretaram o desenvolvimento a partir de uma conceituação mais ampla que valorizou os elementos culturais e políticos, essenciais à definição de colonialidade interna ou de colonialidade de poder, respectivamente. Para esta corrente a ruptura epistemológica com o discurso de modernização estadunidense-européia apenas é possível através da descolonização de elementos sociais e culturais<sup>11</sup>.

## 4 Teoria e discurso neoliberal

### 4.1. Neoliberalismo e teoria neoliberal

Apesar das similitudes com o liberalismo predominante no início do século XX, a denominação teoria neoliberal se baseou na forte oposição aos ideais keynesianos/fordistas, além de destinar-se à promoção da desregulamentação nacional e à redução das assistências sociais promovidas pelo Estado. O surgimento se deu em torno das reflexões de Hayek (1983), das reuniões do Grupo Mont Pelerin<sup>12</sup> e dos ensinamentos de Milton Friedman (1985) na Escola de Chicago<sup>13</sup>. Contrapondo-se a forte presença do Estado na regulação da economia e na promoção de assistências sociais, os teóricos neoliberais discursaram sobre a liberalização do mercado, controle orçamentário, plano de privatizações e minimização da atuação do Estado, restringindo-o à garantia da propriedade privada, da segurança nacional e do apoio às leis de mercado (ANDERSON, 2007). O cenário de crise crescente durante a década de 1970, altas taxas de inflação, de desemprego e de recessão, contribuiu para o fortalecimento dos preceitos neoliberais, experimentados na ditadura Chilena do General Augusto Pinochet (1973-90) e afirmados com os governos de Margaret Thatcher (1979-90) na Inglaterra e de Ronald Reagan (1981-89) nos EUA.

A ditadura Chilena comandada pelo Gal. Pinochet pode ser considerada a primeira experiência neoliberal. O golpe se concretizou com a derrubada do governo democrático de Salvador Allende, tendo o apoio dos EUA e da elite chilena, e propuseram-se, entre outras, a

---

<sup>11</sup> Para esta corrente de pensamento, denominada de decolonialidade, iremos abordar com mais profundidade na PARTE II deste trabalho.

<sup>12</sup> “Um grupo pequeno e exclusivo de passionais defensores seus – principalmente economistas, historiadores e filósofos acadêmicos – se congregaram em torno do (...), Hayek para criar a Mont Pelerin Society” alguns deles foram, Milton Friedman e Karl Popper (HARVEY, 2011b, p. 15).

<sup>13</sup> Aqui faço referência ao importante Departamento de Economia da Universidade de Chicago que teve a frente o economista M. Friedman sendo uma das principais influências acadêmicas para a expansão e a notoriedade da teoria neoliberal.

transformar a política econômica que era baseada na política de substituição de importações. Para isso, um grupo de economistas chilenos intitulados de “Chicago boys” – título proveniente por terem sua formação na Universidade de Chicago com a adesão das ideias neoliberais de Milton Friedman – foram convidados para reestruturar a economia, e em parceria com o FMI, colocaram em prática várias medidas neoliberais: o corte nos gastos sociais, o enxugamento e o controle orçamentário, a desnacionalização das empresas e a privatização, além da desregulação de diversos setores (HARVEY, 2011b). Se em um curto prazo os resultados dessa intervenção foram positivos do ponto de vista econômico, anos mais tarde, houve o retorno à crise econômica e o alargamento da desigualdade social no país.

Outro momento fundamental para a afirmação das ideias neoliberais se concretizou durante o governo britânico de M. Thatcher. Eleita com a missão de reformar a economia pôs em prática o mais puro neoliberalismo: diminuiu o Estado de bem-estar social, privatizou as empresas públicas, enfrentou o poder sindical e incentivou o aumento do fluxo de investimento externo (ANDERSON, 2007; HARVEY, 2011b). Paralelamente, os EUA contribuíram de forma central para a neoliberalização, principalmente, a partir do “Choque Volcker” (1979) ao elevar as taxas de juros e colocar diversos países devedores em situação delicada. A eleição de R. Reagan sustentou essa política monetarista que incentivou, principalmente, as desregulamentações, permitindo a abertura de capital de diversas novas áreas como saúde, segurança, empresas aéreas e telecomunicações, dando a tão desejada liberdade de mercado para as grandes corporações (FIORI, 1999). O papel estadunidense representado pelas medidas econômicas do FED se direcionou na busca da (re) hegemonização, recuperando o crescimento econômico juntamente com a disseminação do discurso neoliberal e a idealização do livre-mercado. O FMI e o Banco Mundial tornaram-se importantes parceiros, atuando na implementação de reformas neoliberais em outros países com o intuito de afirmar a ortodoxia neoliberal<sup>14</sup>.

A recuperação dessas experiências, que moldaram o discurso hegemônico neoliberal, trouxe consigo três aspectos importantes. O primeiro referiu-se à separação entre Estado e mercado, sem que o primeiro tenha o papel de interventor permitindo ao segundo a liberdade total, sem restrições. O outro ponto foi o conservadorismo neoliberal no campo social com o enfraquecimento dos sindicatos e o enxugamento das assistências sociais em prol do refortalecimento das elites nacionais e/ou mundiais e da desigualdade social e econômica. Ambos alimentados pelo terceiro aspecto, a forte desregulamentação econômica que permitiu

---

<sup>14</sup> Podemos conferir, aqui, o importante papel do Primeiro Consenso de Washington. (BRESSER-PEREIRA, 2003)

a expansão do livre-mercado sob a égide da competitividade e da meritocracia. Isto promoveu uma financeirização mundial, a partir da lógica especulativa e da compra e venda de ações na bolsa, tornando-se o termômetro de uma economia “universalizada” e “homogênea”, utopias propagadas pelo discurso neoliberal.

Dentro desse cenário de consolidação do neoliberalismo, teve lugar o processo de globalização recente (CANCLINI, 2008) com características singulares, principalmente, pela revolução tecnológica e as suas conseqüentes transformações que modificaram a ideia de temporalidade e espacialidade (HARVEY, 2011a). As novas tecnologias e, principalmente, a formação do ciberespaço (CASTELS, 2003) possibilitaram uma nova dinâmica na transmissão de informações e na comunicação virtual, aproximando culturas distintas e pensamentos heterogêneos. A apropriação dessas inovações tecnológicas pelas multinacionais permitiu a propagação do discurso neoliberal e de seus valores centrais, como a individualidade e a “dignidade pessoal”. A doutrina neoliberal contribuiu para desvalorizar os laços comunitários e o ideário do bem comum em benefício de processos de radicalização da liberdade individual, do consumo e da estética utilitária, bem exemplificada nas propagandas de vendas veiculadas (ROCHA, 2010). Segundo R. Sennett (2006) a capacidade em competir e o merecimento profissional passaram a se constituir como atribuidores do desempenho pessoal definindo a dignidade e o valor social do indivíduo.

É na década de 1970, com o aceleração da capacidade de inovação tecnológica, apropriado por transnacionais e pelas elites econômicas, que vai decorrer uma nova divisão do trabalho internacional. A desconcentração das plantas industriais, migrando dos chamados países desenvolvidos, que agora tratam de concentrar a produção de novas tecnologias, para os países “não desenvolvidos ou em desenvolvimento”, por estes apresentarem condições de trabalho precárias e assistências mínimas. A passagem da década de 1980 para 1990, então, caracterizou-se pela desorganização do imaginário moderno num contexto de globalização dos sistemas econômicos e de desnudamento de diferentes realidades sociais e culturais (MARTINS, 2001). Acrescentemos o esfacelamento da União Soviética e a crise das ideologias de esquerda, somadas ao enfraquecimento do Keynesianismo e do Estado de bem-estar social, temos a configuração de um panorama geopolítico internacional instável e imerso em recessões e deflações.

A ideologia neoliberal veio, assim, a contribuir para problematizar o papel do Estado como agente da modernização nacional, tendo como uma das suas principais críticas a regulação do mercado pelo Estado (HARVEY, 2011a). O projeto neoliberal investiu na de valorização do discurso do crescimento econômico, acenando para a diminuição das taxas de

inflação através da redução dos gastos orçamentários estatais e da liberalização do mercado (ANDERSON, 2007). Todavia, a real intenção do neoliberalismo está no resgate e criação de elites locais e transnacionais (HARVEY, 2011b).

O discurso hegemônico neoliberal consolidou-se, então, nas experiências Chilena, Britânica e Estadunidense (ANDERSON, 2007), transformando o ideário desenvolvimentista, na década de 1980/90, a partir da retórica da liberalização econômica, política e civil. Com a apropriação dos meios tecnológicos, as elites locais e mundiais imprimiram um capitalismo pautado na especulação financeira, na expansão de novos mercados e em locais com a mão de obra barata. A fórmula foi reduzir custos, investir na inovação tecnológica e aumentar o lucro baseado no “risco”<sup>15</sup> financeiro. Para isso, foi preciso inserir uma série de políticas conservadoras, como a desregulamentação do mercado por parte dos Estados, a privatizações, a redução orçamentária, a diminuição das assistências públicas e outras, que sob o discurso da liberdade individual, do mérito e da livre-competição permitiram a centralização da riqueza e do poder em quaisquer locais encaminhados no neoliberalismo (SENNETT, 2006).

A centralidade econômica assumiu papel fundamental na construção da retórica neoliberal, ampliando a tese da redução do desenvolvimento ao crescimento econômico e a capacidade de consumir, sem questionar os mecanismos políticos necessários à resolução da pobreza e da desigualdade. Os modelos e cálculos matemáticos, aqui, fixaram-se como elementos fundamentais para caracterizar esta economia que se vinculou aos dados estáticos e a quantificação da vida social. Não há mais o compromisso com o ideário republicano que atou o desenvolvimento aos valores coletivos da cidadania, reduzindo este as metas pragmáticas de trabalhadores e consumidores. Tornou-se comum a financeirização do cotidiano (CATTANI, 2005) e o surgimento do *homo economicus* (CAILLÉ, 1997) que se centra na renda e nos gastos para satisfazer a si e possuir um bem-estar individual. Através disso, o ideário desenvolvimentista recente passou a cultuar o crescimento econômico como única estratégia capaz de propiciar a qualificação da vida, imprimindo a recompensa do trabalho e a satisfação pelo consumo (SENNETT, 2006).

#### *4.2. Discurso neoliberal na América Latina: o caso brasileiro*

Os países da América Latina, principalmente durante a década de 1990, adotaram as medidas neoliberais sob o jugo do Fundo Monetário Internacional (FMI). O segundo

---

<sup>15</sup> Refiro-me a compra e a venda de ações na bolsa de valores.

consenso de Washington (BATISTA, 1994) marcou a “recomendação” do FMI e do Banco Mundial, liderados pelo FED e pela hegemonia estadunidense, à adoção de medidas neoliberais, fundamentado em experiências concretas nos países desenvolvidos. Não se tratou de ações previamente avaliadas e planejadas, mas sim de realizações ocorridas em países considerados desenvolvidos, configurando-se em tentativas de implantar na periferia novas políticas econômicas neoliberais, de forma a contribuir à construção de uma economia global integrada. A neoliberalização nos países latino-americanos parte de acordos em que o FMI faz à concessão de empréstimos sob o cumprimento de implementação de medidas neoliberais. Aqui, as diferentes realidades sociais dos países da América Latina com os EUA e os principais países Europeus são completamente desconsideradas, tendo importância apenas à expansão do livre-mercado e à desregulamentação das regras que limitavam a presença do capital estrangeiro.

No Brasil, o período de liberalização econômica “coincidiu” com a redemocratização brasileira, iniciada com a eleição indireta de José Sarney (1985-1990) que não conseguiu sanar os “problemas econômicos básicos”, principalmente, aqueles relativos à democratização com redistribuição de renda. O governo de Fernando Collor (1990-1992), apesar do curto período visto o processo de impeachment, apresentou os primeiros sinais de uma maior abertura ao capital estrangeiro e iniciou uma tímida desregulamentação. Contudo a concretização do neoliberalismo à brasileira (OLIVEIRA, 2007) ocorreu nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC: 1995-1998; 1999-2002) que foi ministro da fazenda de Itamar Franco<sup>16</sup> (1992-1994) e figura central na idealização do Plano Real; aliás, a “reorganização do capitalismo brasileiro” centrou-se no controle orçamentário pelo plano real e na política de privatizações (SALLUM Jr., 1997; 1999). Além disso, promoveu-se uma grande abertura ao capital estrangeiro através, principalmente, da inclusão de facilidades (um exemplo foram os empréstimos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – a baixa taxa de juros, parcelamentos de compra de empresas nacionais em até vinte anos e isenções na cobrança de impostos).

O monetarismo<sup>17</sup>, presente nos governos de FHC, girou em torno do plano real e a fixação do câmbio em relação ao dólar estadunidense, com vistas a controlar a inflação, estabilidade monetária que se mantém até 1999 com a consequente mudança do presidente do Banco Central (BACEN) e a adoção de outra política monetária. Enquanto o plano de

---

<sup>16</sup> Vice de Collor assumiu a presidência após seu impeachment.

<sup>17</sup> Refere-se à política de controle orçamentário baseado na estabilização da moeda e na elevação da taxa de juros, opõe-se ferozmente ao keynesianismo (FRIEDMAN, 1985).

privatizações iniciou-se com o programa de desestatização das empresas públicas, colocando à venda empresas públicas das áreas das telecomunicações, a Vale do Rio Doce e alguns bancos, como o Banorte, o Bandepe, o Banrisul, etc. Os serviços de saúde, saneamento, educação, transporte e energia deixaram, também, de estar sob o domínio exclusivo público passando a ser explorados pela esfera privada. Inclui-se ainda a Petrobrás que perdeu o monopólio de exploração, produção, refino e transporte do petróleo.

O processo de privatização passou por duas instâncias: a primeira, dentro do Congresso, com a agilização da aprovação de emendas contribuindo para isso a hegemonia de uma bancada favorável ao governo. A segunda ocorreu pela divulgação de informações na mídia visando modificar a opinião pública sobre as empresas estatais, sendo acusadas de serem sucateadas e onerosas aos cofres públicos (ALMEIDA, 1999). Um dos principais questionamentos nesse processo foi o parcelamento das vendas, às vezes em até 20 anos, e empréstimos do BNDES às empresas estrangeiras que já possuíam financiamento externo assegurado, levando a estas a terem vantagens competitivas sobre as nacionais (BIONDI, 2003). Isso revelou outra importante ação neoliberalizante, a abertura do mercado interno brasileiro através da concessão de condições especiais – sem taxamento de alguns impostos durante 10 anos, por exemplo.

Ao longo dos dois mandatos de FHC foi possível observar as estratégias de avanço do discurso hegemônico neoliberal, fato que se concretizou igualmente nos demais países latino-americanos<sup>18</sup>. O crescimento econômico prometido não alcançou os patamares desejados, o que foi agravado pelas variações da economia mundial que impactaram o desempenho da economia nacional, altamente dependente, durante o período. Ao término do segundo governo, o Real havia perdido sua estabilidade monetária e às taxas de juros permaneceram altas. O único cumprimento, dentro da lógica neoliberal, foi à diminuição do Estado na implementação de políticas sociais, que agravou a inércia social, promovendo o aumento contínuo dos indicadores de desigualdade social e pobreza, além do distanciamento com sindicatos e movimentos sociais, em muitos casos criminalizando estes últimos<sup>19</sup>. Os impactos do neoliberalismo, durante os governos de FHC, geraram dúvidas à sociedade brasileira, inclusive entre os setores das elites, principalmente, o empresariado industrial brasileiro que estava reticente com um modelo que concedeu extensos benefícios ao capital estrangeiro, priorizando o capital financeiro e os rentistas. Tais caracterizações eram

---

<sup>18</sup> Como exemplo: Carlos Menem (1989-1999), na Argentina; Carlos Salinas (1988-1994), no México;

<sup>19</sup> Como é o caso do Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST)

expressas em outros países latino-americanos que sofriam pelos anos de neoliberalização, como o caso da Venezuela, Argentina, Uruguai e Bolívia.

No término da década de 1990, os países latino-americanos passaram por processos de mudanças político-partidárias, sendo eleito, em muitos deles, presidentes vinculados a um discurso mais progressista e de oposição ao pensamento neoliberal. No caso brasileiro, isso se afirmou com a eleição presidencial em 2002 de Lula, liderança petista, após vinte anos de oposição. Destaquemos dois fatos ocorridos durante a campanha presidencial: o convite de José de Alencar para a vice-presidência, figura importante entre as elites econômicas brasileiras; e a elaboração da Carta aos brasileiros, destinada, principalmente, ao empresariado brasileiro e internacional assim como os banqueiros, comprometendo-se a manter a política econômica ortodoxa (DOMINGUES, 2007). Isso provocou profundas interrogações sobre os limites de rompimento desse novo governo com os dois anteriores, seria um novo desenvolvimento ou um (novo) desenvolvimento?

## **5 Críticas ao desenvolvimento recente**

A ascensão do neoliberalismo, durante a década de 1990, modificou o significado da ideia de desenvolvimento, direcionando-o a padrões centrados em um utópico livre-mercado universal e homogêneo que se caracterizou pelas desregulamentações e a minimização do Estado. Diversos autores contribuíram para uma crítica contundente ante a neoliberalização e a agenda conservadora atuante, identificando o aumento expressivo da desigualdade social e a crescente concentração de renda. Resultado de um sistema de ação que não valorizou a primazia do humano e das coletividades na organização dos processos de desenvolvimento.

É o caso do economista Amartya Sen (2000), que vinha buscando repensar a ideia de desenvolvimento a partir das capacidades humanas, enfatizando o distanciamento das bases da economia moderna em relação à ética e a moral. O autor “aponta para a necessidade de conceber o desenvolvimento como uma combinação de distintos processos, ao invés de concebê-lo como a expansão de uma magnitude aparentemente homogênea, tal como a renda real ou a utilidade.” (SEN, 1992). Aqui, as suas reflexões sugeriram a ampliação de um reduzido cânone econômico, observando os múltiplos aspectos – políticos, sociais, culturais – referentes à qualidade de vida e ao desenvolvimento humano.

Seguindo raciocínio paralelo, o prêmio Nobel J. Stiglitz (2002) destacou as dificuldades apresentadas dentro do processo recente de globalização. Apesar de reconhecer seu lado positivo, considerou que a aplicação frequente de medidas ortodoxas – altas taxas de

juros, monetarismo, privatização e desregulamentação dos mercados nacionais – favoreceram, sobretudo, as elites mundiais, através do aumento da concentração de renda. Isso aprofundou os processos de exclusão e desigualdade social, principalmente, naqueles países que se encontram na periferia. As agências multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, são lembradas, como instituições que representam os interesses dessa comunidade financeira mundial que propaga o discurso do desenvolvimento pelo crescimento econômico e a anulação do “contrato social”.

Entre tantos economistas heterodoxos brasileiros, há um que deve ser lembrado no debate, pois suas teses são bem aceitas por uma parte da opinião pública especializada. Trata-se de Luiz Gonzaga Belluzzo (2013) que destacou os perigos da desqualificação do papel do Estado e o abandono do cidadão (ã). A política econômica do desenvolvimento atual, reduzido ao dogma do crescimento econômico, promoveu a concentração da riqueza, o ócio e o luxo, beneficiando uma minoria, enquanto para a maioria ficou o aumento do endividamento e o fantasma do desemprego. O autor ressaltou, ainda, que a realidade social está cerceada pelo estímulo ao consumo obsessivo e pela precarização do trabalho. Outro grande nome da economia, Paul Krugman (2015) assinalou os perigos do desequilíbrio social, afirmando que a solução dos problemas da desigualdade não pode se resolver apenas ao questionamento da falta de uma educação de qualidade, por exemplo. Para ele, a concentração do poder aos mais ricos está contribuindo para a concentração da riqueza e à influência política, nacionalmente e internacionalmente.

Recentemente, o intelectual francês T. Piketty (2014; 2015) vem contribuindo para o avanço da crítica à ortodoxia convencional, ao explicar que o capitalismo tem uma tendência estrutural à concentração. Ele chamou a atenção sobre o profundo distanciamento entre os poucos, que se concentram na parte de cima da pirâmide social – em que a riqueza pertencente apenas acumula, aumenta e é transmitida entre gerações -, e a grande massa que permanece com uma renda “estagnada” a ser gasta para a manutenção da vida social. O autor sublinhou que o patrimônio e a fortuna, representantes do capital concentrado, não são devidamente taxados assim como as heranças, mecanismo de perpetuação das elites. A sugestão, aqui, é uma taxa mundial sobre a riqueza em direção a uma melhor distribuição dela. Nessa mesma linha de raciocínio, o sociólogo brasileiro A. Cattani (2007), concluiu, ao estudar a riqueza das elites, em especial as brasileiras, que as dificuldades na transparência de informações sobre os patrimônios e as fortunas no Brasil, contribuem para camuflar a concentração de renda.

O conjunto de pensadores apresentados, acima, é representativo na construção de uma ressignificação da ideia recente do desenvolvimento<sup>20</sup>, identificando o excessivo economicismo que marginalizou categorias como o Estado e as múltiplas demandas coletivas da sociedade civil. Dentro desse contexto de crítica, em especial nos países latino-americanos, discursos reformistas emergiram, trazendo ao centro do debate o resgate de um papel mais ativo do Estado, distante daquele do nacional-desenvolvimentismo. Esta ressignificação do discurso se efetivou por políticas desenvolvimentistas alinhadas com os anseios do mercado internacional, compreendendo os processos de transformação global e a maior interdependência dos Estados nacionais, reconhecendo o aprofundamento das desigualdades e dos processos de exclusão social. Dois processos, então, convergiram para a conformação de um conjunto de políticas denominada de (novo) desenvolvimentismo: 1 – o descrédito em intelectuais economistas ortodoxos e simpatizantes, em virtude do insucesso neoliberal na região, abrindo espaço para intelectuais, sobretudo economistas heterodoxos, que alinharam as ideias de crescimento econômico com redução da desigualdade social; 2 – e processos de mudanças político-partidárias, em países da América Latina, emergindo governos com agendas progressistas e discursos que se propuseram a pôr em prática a ideia de desenvolvimento econômico e social.

Neste trabalho, dedicamos especial atenção ao caso brasileiro, em especial, ao universo do (novo) desenvolvimentismo brasileiro (NDB) fomentado pelos artigos da Revista de Economia Política (REP) e incorporado pelo projeto nacional petista sob a liderança de Lula da Silva. Questionamos sua validade como discurso alternativo ao economicismo e propomos uma crítica desconstrucionista para confirmar a prevalência do mito do crescimento econômico como definidor dos contornos da realidade social.

---

<sup>20</sup> Refiro-me ao período de hegemonia mundial do discurso neoliberal, entendido entre as décadas de 1990 a 2000.

## PARTE II

### PRISMAS DE LEITURA E A REVISTA

#### 6 Aspectos teórico-metodológicos

As concepções sobre desenvolvimento estão, em alguma medida, alinhadas ao modo de produção capitalista, seja com políticas pró-mercado (ortodoxas) ou pró-Estado (heterodoxas) (POLANYI, 2000). Constatação que remete à hegemonia do pensamento moderno ocidental e ao projeto de modernização estadunidense-européu, fundadores do colonialismo e da colonialidade (DUSSEL, 2000; MIGNOLO, 2007; QUIJANO, 2010). Mas como desconstruir criticamente essa colonialidade atrelada à hegemonia capitalista e configurada em um discurso essencialmente economicista que marginaliza os diversos aspectos políticos, sociais e culturais? Em busca de respostas a essa inquietação, recorreremos à emergência dos estudos pós-coloniais, com o enfoque na decolonialidade latino-americana, como discursos capazes de estimular uma ecologia de saberes (SANTOS, 2008) e sugerir alternativas das alternativas. Nesse sentido, a crítica decolonial propõe a expansão do presente (SANTOS, 2008), rompendo com o pensamento hegemônico ocidental e identificando as particularidades de cada local, ou seja, valorizando e dialogando com as variáveis econômicas, políticas, sociais e culturais dentro de determinado contexto e cotidiano (CASTRO-GOMES; GROSFOGUEL, 2005).

O pensamento decolonial se constitui, assim, na soma das mais diversas formas de reflexão que confronta a hegemonia estadunidense-européia, o desenvolvimento economicista e a colonialidade do poder, do saber e do ser. O diálogo horizontal (ECHANDÍA; GÓMEZ; VOMMARO; 2013) com os movimentos sociais e as manifestações culturais das populações “tradicionais”, a partir das suas experiências práticas e locais, como é o caso dos zapatistas e do Movimento dos Sem Terra (MST), permite a interação para entendimentos que imprimem na decolonialidade o aspecto desconstrucionista. Outro elemento da perspectiva decolonial está na contextualização, principalmente, por trazer as singularidades que ampliam a compreensão e possibilitam visualizar como se conforma os espaços, as temporalidades e os

saberes locais em conexão com o global. A emersão desses múltiplos espaços de saberes, reconhecendo-os e valorizando-os, possibilita alcançar a igualdade pela diferença e a capacidade de “confrontar o outro” para expandir o conhecimento “ecológico”. Assim, a reflexão decolonial possibilita pluralizar a visão monolítica do desenvolvimento capitalista atual, enriquecendo as críticas apresentadas no capítulo anterior, além de trazer novos entendimentos acerca do NDB e do discurso presente na REP.

Para compreendermos as bases dos estudos decoloniais se torna importante conhecer, de forma breve, concepções gerais da perspectiva pós-colonial, identificando as bases sociológicas que solidificam a colonialidade. O pós-colonial emergiu, então, juntamente com as denúncias de exploração/ violência/ opressão nas colônias, por parte das metrópoles, através dos escritos e discursos de F. Fanon, A. Cesaire e A. Memmi sendo “(...) os porta-vozes que intercederam pelo colonizado quando este não tinha voz, para usar os termos de Spivak.” (BALLESTRIN, 2013). Aqui, os horrores vivenciados pelos pensadores africanos dentro de uma África repartida pela ganância britânica, holandesa, francesa, alemã, espanhola e portuguesa, foram retratados dentro de suas obras, problematizando o lugar do colonizado e do colonizador, a relação de dominação/exploração, “o oriente como invenção do ocidente” (SAID, 1990) e o lugar de fala do colonizado (SPIVAK, 2010). O pós-colonialismo, assim, de F. Fanon à A. Cesaire, de S. Hall à H. Bhabha, trouxe a emersão dos sujeitos que foram/são colonizados e como estes têm lutado para “existir/resistir” aos discursos hegemônicos maculados pelo universalismo e pela ilusória homogeneização social.

Em relação aos estudos decoloniais, perspectiva central desta pesquisa e da crítica a ser apresentada, tem o seu embrião na formação de um respeitável coletivo de intelectuais como W. Mignolo, R. Grosfoguel, I. Wallerstein, A. Escobar, A. Quijano, N. Maldonado e outros, que passaram a se reunir ao final da década de 1990. Estes pensadores constituíram o grupo Modernidade/ Colonialidade, visto como um programa de investigação e de projetos acadêmico-políticos (CASTRO-GOMES; GROSGOQUEL, 2005). A heterogeneidade desse grupo advém da destacada atuação em outras linhas de pesquisa e a consolidada carreira intelectual de cada participante, tendo como principais influências a análise do sistema-mundo, a Teoria da dependência, o marxismo contemporâneo e os estudos pós-coloniais (BALLESTRIN, 2013).

Para o avanço na compreensão da perspectiva decolonial, propomos refletir três temáticas caras e fundamentais, são elas: Colonialismo/Colonialidade; Colonialidade do poder, saber e ser; e Giro decolonial. Simultaneamente a essa reflexão, vamos inserir os

marcadores<sup>21</sup> decoloniais do desenvolvimento que são parâmetros explicativos da realidade social, obtidos a partir de análise dos discursos fundadores do imaginário social, no caso o imaginário da dominação. Tais marcadores podem aparecer como indicadores quando buscamos quantificar seu uso, ou mesmo, como categoria de análise quando procuramos defini-los como referências normativas para o desenvolvimento da pesquisa científica. É importante assinalar, também, que estes dispositivos de análise se revelam, somente, quando entendemos que ao lado dos marcadores centrais do capitalismo (as classes) se reproduzem estruturas hierárquicas de dominação baseadas em distinções de etnicidade, de gênero, de religião e de riqueza, que interferem diretamente sobre a construção social e política da realidade.

Portanto, estes marcadores são ressignificados “permanentemente de acordo com as exigências da crítica teórica, por um lado, e das particularidades dos casos estudados, por outro.” (MARTINS; BENZAQUEN, 2013, p. 11). Trabalharemos com quatro marcadores, a saber: as variáveis econômicas; o crescimento econômico; a relação entre Estado, mercado e a heterogênea sociedade civil; e a questão nacional. Identificamo-los como partes constitutivas da essência do discurso economicista, ou seja, corporificam e materializam o econômico no discurso. Antes de explorar esses elementos de natureza econômica, é importante o aprofundamento e a caracterização da ideia de marcadores como mediadores, ambivalentes e interpretativos à luz das experiências cotidianas.

Primeiramente, estes dispositivos de análise “devem ser mediados pelos contextos de organização da tensão entre colonialidade e decolonialidade e pelas subjetivações sociais e culturais” (MARTINS; BENZAQUEN, 2013, p. 11). Segundo, os marcadores possuem um caráter de ambivalência por serem mediadores, ou seja, por estarem localizados em zonas fronteiriças. Por exemplo, o crescimento econômico representa para a colonialidade um meio para se atingir o “bem-estar social”, por outro lado, para a decolonialidade significa uma utopia cujo fim é em si mesmo. Terceiro, esta “ambivalência estrutural dos marcadores pode ser interpretada como um aspecto simbólico da reprodução do sistema social” (MARTINS; BENZAQUEN, 2013, p. 10). Assim, a identificação deste dispositivo de análise permite que os atores sociais possam compreender, intimamente, sua ação nas experiências cotidianas, dando significado ao marcador. Por exemplo, o economista ortodoxo vê o mercado como uma instituição fundamental da vida cotidiana devendo estar livre das amarras do Estado. Enquanto, o economista heterodoxo identifica no mercado uma instabilidade, por seu caráter

---

<sup>21</sup> Podendo ser referido também como dispositivo de análise.

especulativo, que deveria ser regulada pelo Estado. Aqui, “a alienação com relação ao valor simbólico do marcador pode provocar o conformismo ou o reacionarismo” (MARTINS; BENZAQUEN, 2013, p. 10).

Com o entendimento dos marcadores podemos avançar na relação destes com o arcabouço teórico decolonial sugerido - Colonialismo/Colonialidade; Colonialidade do poder, saber e ser; e Giro decolonial. A distinção entre colonialismo e colonialidade foi posta de forma muito breve na introdução, por isso é válido um aprofundamento sobre essa questão. Segundo A. Quijano (2010), colonialismo “refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão (...), localizadas noutra jurisdição.”. Outro a problematizar foi Casanova ao definir colonialismo interno:

A definição do colonialismo interno está originalmente ligada a fenômenos de conquista, em que as populações de nativos não são exterminadas e formam parte, primeiro do Estado colonizador e depois do Estado que adquire uma independência formal, ou que inicia um processo de libertação, de transição para o socialismo, ou de recolonização e regresso ao capitalismo neoliberal.

(...) em geral os colonizados no interior de um Estado-nação pertencem a uma “raça” distinta da que domina o governo nacional e que é considerada “inferior”, ou ao cabo convertida em um símbolo “libertador” que forma parte da demagogia estatal; (...) a maioria dos colonizados pertence a uma cultura distinta e não fala a língua “nacional”. (CASANOVA, 2007, p. 432)

O avanço dado por Quijano e Casanova possibilita compreender que a dominação política e econômica das colônias pelas metrópoles vai mais além, incluindo um enraizamento de questões sociais e culturais. Posto isso, a consolidação do discurso neoliberal, nos anos de 1990, proporcionou a dominação dos aspectos econômicos sobre os demais campos de saberes. Nesse sentido, temos o primeiro marcador decolonial do desenvolvimento; as variáveis econômicas como PIB, renda, juros, inflação, superávit e outros, que assumem um protagonismo tanto na informação veiculada à opinião pública como balizadoras determinantes das políticas públicas. Assim, a estabilização da economia, através do desempenho satisfatório das suas variáveis, torna-se objetivo primário à igualdade e à justiça social.

A centralidade assumida pelas variáveis econômicas, portanto, se sobrepõem a aspectos políticos assim como aos étnico-raciais, espirituais, sexuais, epistêmicos e sociais que, por sua vez, emergem caracterizando e distinguindo o outro do “homem heterossexual/branco/

patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu”. Tais distinções promovem hierarquias estruturais que possibilitam o aprofundamento das desigualdades, estas revestidas sob o manto do econômico e da categoria de classe. Sob a hegemonia do eurocentrismo e da modernidade, a colonialidade se mostra mais “profunda e duradoura”, permitindo o fortalecimento do capitalismo e de outras formas de poder. É nesta universalização e hegemonização que se estabelece a colonialidade do poder, do saber e do ser centradas numa matriz de poder colonial, estabelecida pelo eixo capital/trabalho e entremeada numa “malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito”. Diz Grosfoguel:

A expressão ‘colonialidade do poder’ designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas. (GROSFOGUEL, 2010, p. 467).

A expansão para além do capitalismo nos permite “conceptualizar o atual sistema-mundo como um todo histórico-estrutural heterogêneo dotado de uma (...) ‘matriz de poder colonial’”. (GROSFOGUEL, 2010, p. 464). Esta matriz é configurada, permanentemente, pelas elites mundiais, detentora do grande capital, influente nas tomadas de decisão do poder político e formadora da opinião pública pelo poder ideológico. O poder colonial exercido, aqui, projeta uma utopia a ser alcançada a todo custo para o êxito das variáveis econômicas, e vice-versa. O segundo marcador decolonial do desenvolvimento, portanto, é o crescimento econômico utópico como parte central da receita para se desenvolver, independente dos meios a serem utilizados para este fim. Por vezes, desenvolvimento e crescimento econômico são entendidos como um valor unitário autossuficiente capaz de amenizar as desigualdades e os processos de exclusão social.

A lógica capitalista é exercida, então, nos números positivos do crescimento e das variáveis econômicas, sendo especulada no livre-mercado, simbolizada pela competitividade e pelo mérito. Isso permite avançarmos para o terceiro marcador decolonial do desenvolvimento que é o mercado julgando a sua importância ante ao Estado e à heterogênea sociedade civil. A arena da competição e da meritocracia, alinhada às leis do livre-mercado, subjulga os grupos e atores sociais a substituírem demandas coletivas de igualdade e justiça social pelo lucro, consumo e precarização social.

Nesse sentido, concordo com Grosfoguel (2010), quando propõe atualizar o “sistema-mundo moderno/ colonial” com o processo de globalização recente e, por consequência, a

emergência da transnacionalidade, que através da compressão espacial-temporal tornou mais interdependente a relação entre os Estados-nação e suas heterogêneas sociedades civis. Aqui, temos um quarto marcador decolonial do desenvolvimento que é a questão nacional, envolvida, por um lado, pelo discurso hegemônico economicista colonial/moderno e, por outro, por agendas positivas de diferentes demandas coletivas advindas de heterogêneos grupos sociais. Em outros termos, contrapõe-se, por um lado, as variáveis econômicas, o crescimento econômico e o mercado, fortalecidos pelo discurso da homogeneização e da universalização; e por outro, a busca pelo reconhecimento do ‘outro subalterno’ imerso numa complexa rede cosmopolita de “multi-identidades” e tradições.

Nesta recente realidade social, busca-se a expansão das alternativas, entre tantas, com o Giro decolonial que “(...) basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade. A decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade (...)” (BALLESTRIN, 2013, p. 105). Ao fazer o giro, propomos a (r)existência e o rompimento à hegemonia do discurso econômico e dos seus dogmas mantenedores da colonialidade e das estruturas hierárquicas. Procedemos, assim, uma desconstrução crítica de dentro para fora com a utilização de quatro marcadores que constituem o discurso economicista propriamente dito, ou seja, ‘verdades universais’ que estimulam a financeirização do cotidiano e promovem a formação do *homo economicus* (CAILLÉ, 1997).

A perspectiva decolonial representa, então, uma ruptura epistemológica e política (MADOERY, 2012; MARTINS, 2012; GROSGOUEL, 2010) que questiona a redução do desenvolvimento ao puro economicismo, revalorizando a categoria política e convidando a sociedade civil a rediscutir as premissas complexas da modernização social e histórica. Dessa forma, é possível avançar nas possibilidades de alternativas ao desenvolvimento, desde que se reconheça a importância de se desconstruir o discurso do crescimento econômico, fundado no processo de dominação/ exploração / colonialidade e que é exercido pelo discurso hegemônico do crescimento econômico ilimitado.

## **7 A importância do intelectual e da revista de economia política**

O papel do intelectual na globalização recente e na gestão da comunicação de massa, através das novas mídias, tem possibilitado novas formas de ativismo e um maior desapego das instituições. O uso de blogs, revistas e livros eletrônicos, sites e redes sociais alavancaram

as troca de experiências e reenergizaram a construção de teorias e discursos. Contudo, algumas características da representação do intelectual são importantes de ser registradas, pois ajudam a esclarecer o papel do mesmo na construção de ideologias, inclusive a do desenvolvimento.

Gramsci ao definir os intelectuais orgânicos, explica sua principal função; “Todo grupo social, (...), cria para si, organicamente, uma ou mais camada de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (...)” (GRAMSCI, 2011, p. 203). Aqui, a capacidade, no âmbito das ideias, de conseguir homogeneizar e construir uma linguagem comum para o grupo social dimensiona o alcance que os discursos hegemônicos podem vir a ter, dentro da lógica da formação do consenso. “Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político.” (GRAMSCI, 2011, p. 208).

Outra leitura do trabalho intelectual encontra-se em Mannheim (1982), que não considera os intelectuais uma classe ou um grupo social fixo, mas categorias ‘flutuantes’. Porém, há discordâncias sobre a tese de que para exercer seu ofício, o intelectual necessitaria se distanciar de motivações e interesses particulares. Seguindo Gramsci, podemos afirmar o contrário, que às experiências vivenciadas são a força motriz que inspiram os pensamentos e as concepções de mundo. Por seu lado, Bourdieu confirma o interesse pela práxis intelectual, quando aponta para uma relação intensa entre autor (a) e obra, lembrando ser necessário considerar motivações, interesses e *habitus* construídos pelo intelectual em decorrência da sua posição social no campo e em relação à classe dirigente (BOURDIEU, 2007).

Bourdieu, também, identifica a interdependência do campo intelectual com o campo econômico, em que o capital cultural é, em certa medida, dependente do capital econômico. Contudo, os intelectuais, para o autor, “(...) ocupam no campo intelectual uma posição estruturalmente ambígua que os leva a sentir de maneira redobrada as contradições inerentes à posição ambígua da fração intelectual e artística na estrutura das frações das classes dominantes.” (BOURDIEU, 2007, p. 194). Mantém-se uma relação de ambivalência, já que a posição social, por vezes, é simétrica nos dois campos. No entanto o interesse do intelectual está, sobretudo, no caráter simbólico, ficando o tema do enriquecimento material em segundo plano.

A partir das contribuições acima, Pinheiro Filho (2011) trata de elaborar uma formulação geral sobre o intelectual, principalmente o ocidental, reafirmando a não configuração deste como uma classe social e muito menos um grupo socioprofissional, e

sugerindo a importância do seu envolvimento com a obra no plano da cultura. Esta relação, intelectual e obra, são marcadas pela busca em distanciar-se “da pressão imediata das necessidades materiais (...), mas não os isenta da disputa por seus interesses próprios.” (PINHEIRO FILHO, 2011, p. 308). O autor continua:

(...) seus autores são agentes dos processos sociais e políticos de seu tempo ao interferir no debate sobre as questões da cidade, em diferentes graus de participação. Além disso, o intelectual pertence a um coletivo com certo padrão de ligações instrumentais e afetivas, e dispõe de um quadro institucional que lhe garante provimento material com diferentes margens de autonomia (a universidade, as mídias em geral, as editoras, os institutos de pesquisa acadêmica, as associações do mundo artístico). (PINHEIRO FILHO, 2011, p. 309)

Em relação ao Brasil, deve ser feito destaque a Sergio Micelli (2001) em “Intelectuais a brasileira”. Partindo das concepções bourdesianas, trata de compreender a vida intelectual a partir da trajetória e da biografia de cada, além da relação deles com as classes dirigentes brasileiras. Lembram Botelho e Rugai (2010, p. 891), que “Micelli (...) operacionaliza em termos próprios a análise daquela relação entre "posição social" e "estruturas de poder" num contexto de mudança social que identificamos na tradição sociológica brasileira.”. Vale lembrar a preocupação do autor em contextualizar, com bastante atenção, as particularidades da realidade brasileira.

Outra obra importante é “Os intelectuais e a política no Brasil” de D. Pecault (1990), que identifica a temática central da formação da identidade nacional como o grande debate entre os intelectuais brasileiros, nos anos 1930 a 1960. Aqui, merece ser recordado o que o autor chama de “a ambivalência em relação ao político”, ou seja, os intelectuais brasileiros “(...) se entregam à ação política sem nenhuma hesitação e como se tivessem qualificação profissional para fazê-lo.” (PECAULT, 1990). Demonstram-se, então, dois aspectos fundamentais: a ‘flutuação’, ora defensores das elites dirigentes ora do ‘povo’; e o vínculo com o Estado, principalmente com o aparelho estatal-burocrático. O autor ressalta, também, a forte presença das ciências sociais, entre 1930/1980, na construção de um projeto nacional. Aquela missão parece ter desaparecido, desde os anos 1990, com o domínio de economistas, através da assimilação dos seus dogmas pela opinião pública, não apenas no Brasil como no mundo.

As características elencadas acima, tanto do europeu como das particularidades do brasileiro, dão uma dimensão próxima da figura do intelectual. Contudo, há um elemento essencial na definição deste indivíduo que é a ‘operação do poder ideológico’, acompanhando

o poder econômico e político, “(...) mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso das palavras (...)” (BOBBIO, 1997, p. 11). A ideologia é fulcral para compreendermos como o discurso dos intelectuais economistas tornam-se “verdades universais” e ocultam a real intenção do poder econômico sob o domínio da vida social. Para uma melhor definição do debate, Žižek (1996, p. 15) traz: “Ideias, Crenças (...) destinadas a nos convencer de sua ‘veracidade’ (seja um fato falso ou verdadeiro e quanto mais verdadeiro melhor), mas servindo algum interesse particular de poder.”.

Na nossa discussão sobre desenvolvimento, o trabalho do intelectual aparece, sobretudo, pelas intervenções dos economistas. É na construção dos discursos e nas novas formas de comunicação, dentro de uma sociedade pluralizada, que o economicismo tornou-se hegemônico e universal. E para o entendimento dessa realidade economicista a presente pesquisa centra-se na escolha e na análise de artigos produzidos por intelectuais economistas. Nosso interesse maior é pelos economistas heterodoxos que assumem a missão de refletirem na busca de alternativas ao desenvolvimento neoliberal e ao pensamento ortodoxo. Enquanto os economistas ortodoxos se utilizam do método hipotético-dedutivo decorrente da matematização econômica, os heterodoxos se baseiam em um raciocínio lógico aberto (RUBIO, 2013). A teorização a partir do estruturalismo latino-americano reconhece, logo, certas especificidades desse contexto, o que permite refletir além do modelo neoliberal estadunidense-eurocêntrico:

Torna-se nítida a classificação entre ortodoxos e heterodoxos tratando de sistemas distintos, o primeiro estudando um sistema visto como fechado, em que seriam conhecidas todas as possíveis variáveis relevantes e suas interações, podendo ser representada como um sistema matemático; já a visão dos heterodoxos seria retratada por um sistema aberto, em que nem todas as variáveis e interações são conhecidas. (RUBIO, 2013, p. 71)

A menção ao estruturalismo latino-americano, representando pela CEPAL, deve-se ao fato que esta corrente teve grande influência sobre o pensamento heterodoxo influenciando na criação da Revista de Economia Política (REP). Este periódico foi fundado em 1981, reunindo classicamente contribuições de intelectuais relevantes da “esquerda” brasileira. A REP divulga debates com os mais diversos temas como macro e microeconomia; câmbio e balança comercial; análises da conjuntura política, econômica e social brasileira; políticas sociais; pobreza e desigualdade; meio ambiente; indicadores de riqueza e outros; sendo todos esses analisados a partir dos aspectos econômicos.

A relevância da REP é advinda da tradição e da respeitabilidade no meio acadêmico e político, possibilitando a compreensão de um discurso de cunho heterodoxo – ou seja, diferenciado da ortodoxa neoliberal – incorporado, em parte, pelos governos Lula. Outro fator importante é por esta revista poder-se adentrar nos debates referentes à política econômica brasileira. Tal fato é exemplificado pelos intelectuais reverenciados como patronos da revista, como são os casos de Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Ignácio Rangel. O editor-chefe desde a fundação é o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira<sup>22</sup>, revelando a preferência editorial por uma abordagem keynesiana, estruturalista e/ou institucionalista. Outras temáticas, como a macroeconomia, o desenvolvimento econômico e a crítica à teoria econômica estão fortemente presentes. A sua publicação é quadrimestral – exceto números especiais – envolvendo, principalmente, intelectuais brasileiros e latino-americanos. A análise dessa Revista, para este projeto, inicia-se com as publicações dos anos 2002, embora possa ser necessário, eventualmente, se voltar para períodos anteriores para esclarecer as mutações do discurso heterodoxo.

## 8 Universo e amostra

Os intelectuais economistas brasileiros e a REP congregam em si múltiplas vertentes teóricas e distintas temáticas, sendo preciso focalizar o universo a ser explorado nessa pesquisa. Nesse caso, centramos-nos nas discussões sobre o (novo) desenvolvimentismo brasileiro (NDB) que possui algumas diferentes perspectivas e avaliações, mas apresenta um conjunto de ideias coesas que dão consistência a construção epistemológica deste discurso. Como universo de debate para o aprofundamento do NDB, Boschi e Gaitán (2013) e Mattei (2013) identificam dois importantes centros de estudo: A Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com destaque para Bresser-Pereira, além de Yoshiaki Nakano e João Paulo de Almeida Magalhães; e um segundo grupo no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ) e na Associação Brasileira Keynesiana (AKB), com destaque para João Sicsú, Jose Oreiro e Luiz Fernando de Paula.

Os representantes do primeiro centro de estudos fazem críticas vorazes “(...) a ideia da indústria nascente (e, com isso, a proteção e o fechamento das economias nacionais) e a necessidade de crescimento com poupança externa.” (BOSCHI; GAITAN, 2013, p. 325). Os do segundo são concordantes com a afirmação anterior e “(...) tentam ir além da questão

---

<sup>22</sup> Ex-ministro dos governos Sarney (1986-1990) e FHC (1994-2002)

macroeconômica, ao incluir tópicos como a relação entre público e privado, as esferas doméstica e internacional, e as relações da economia com a sociedade.” (BOSCHI; GAITAN, 2013, p. 326). Além desses, há um terceiro grupo de debate formado por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>23</sup>. Durante a presidência de Marcio Pochmann<sup>24</sup> (2007-2012), segundo Mattei (2013), foi desenvolvido um estudo intitulado de “Perspectivas do desenvolvimento Brasileiro” que produziu e divulgou diversos dados referentes ao NDB. Assim, objetiva-se construir uma estratégia de desenvolvimento que se considere alternativo e de ‘terceiro discurso’ à ortodoxia convencional e ao nacional-desenvolvimentismo.

Dentro desse cenário, desenvolvem-se as principais ideias que irão dar corpo epistêmico e político ao (novo) discurso desenvolvimentista. Para verificarmos o avanço da discussão sobre o NDB, a presente pesquisa vai analisar artigos da REP vinculados ao universo acima. Para a definição da amostra, o trabalho de seleção de artigos se baseia em três pontos: O primeiro é buscar textos que estejam atrelados às perspectivas do NDB; O segundo é selecionar os artigos que explanem sobre o desenvolvimento em geral, excluindo trabalhos referentes a tópicos mais particulares como: taxa cambial; semi-estagnação da indústria; outros. Terceiro, identificar aqueles que, em alguma medida, façam paralelos do debate teórico com a governabilidade dos dois governos Lula. A partir desses critérios selecionamos dezesseis artigos que são analisados em dois momentos: aqueles que se encontram entre os anos 2002 a 2009, período de aprofundamento teórico do (novo) desenvolvimentismo e acompanhamento das práticas governamentais dos dois governos Lula; e os demais, entre 2010 a 2013, em que é feita avaliações sobre o debate do NDB e as experiências dos dois governos Lula.

## **9 A construção e a desconstrução – o método de análise**

A importância da linguagem escrita é fundamental para a construção da realidade e do discurso. A construção textual está constituída por um conjunto de regras e de enunciados dispersos de forma lógica. A análise do texto busca, então, revelar a existência de práticas discursivas que refletem saberes, valores e conhecimentos de um determinado contexto. A

---

<sup>23</sup> Autarquia federal ligada a Secretaria de Assuntos Estratégicos

<sup>24</sup> O economista Marcio Pochmann pertence a outro grupo de economistas da Unicamp, autodenominada de segunda geração, que faz uma reflexão distinta em alguns aspectos ao (novo) desenvolvimentismo, chamando de social-desenvolvimentismo.

escrita revela-se como ferramenta de exposição dos saberes científico e possibilita um meio de produção e legitimação de discursos que definem sentidos da realidade – “(...) a escrita, ao lado da leitura, é, essencialmente, um *ato político de construção do texto*.” (TOTA, 2005, p. 289). O processo de elaboração textual é a reflexão da leitura, da observação e dos questionamentos. Os métodos permitem a construção de uma lógica e a comunicação dos resultados. Constrói-se, assim, a realidade particular, cuja imersão em uma dada “ordem do discurso” determina as bases ideológicas da escrita – “A forma de escrever e a linguagem não se limitam, portanto, a tornar comunicável o que já existe no mundo ou na mente, mas se tornam formas ativas na construção do mundo e do pensamento.” (COLOMBO, 2005, p. 266).

Nesse sentido, a construção de um texto está limitada às práticas discursivas e, também, as condições em que o intelectual está inserido. As condições políticas, sociais e institucionais são essenciais na formulação de mundo e de teorias. A neutralidade e a imparcialidade, que outrora foram falácias fascinantes ao cientista, são substituídas pela capacidade de intervenção e de modificação social/ cultural. Assim, “(...) analisar as poéticas que informam as práticas de escrita é um modo de olhar as políticas que compreendem uma fase particular do trabalho científico, aquela da comunicação dos resultados.” (TOTA, 2005, p. 290). A linguagem escrita, dessa forma, expressa não somente ideias, como a própria identidade do autor, além de influenciar diretamente na construção de mundo para o leitor. Como lembra Van Dijk (2004, p. 9) “a linguagem, o discurso e o conhecimento são essencialmente sociais”.

A construção de um tripé; os intelectuais brasileiros, a REP e os seus artigos selecionados, imerso no universo teórico do (novo) desenvolvimentismo, permite uma análise desconstrucionista do discurso, visto que se considera “alternativo” ao desenvolvimento capitalista recente, caracterizado como neoliberal e ortodoxo<sup>25</sup>. O método utilizado para estudar a Revista é o da Análise Crítica do discurso (ACD) que possibilita, então, analisar os discursos como práticas sociais, considerando os contextos partes fundamentais para explicar a linguagem textual. O sujeito que produz os discursos também é parte integrativa, por considerar a importância do seu lugar de fala e do contexto inserido. A crítica teórica auxilia em identificar problemas sociais contraditórios à manutenção de um discurso hegemônico que protege uma relação desigual de poder. “A ACD surge de tais abordagens distintas, tendo como principais pontos em comum a multidisciplinaridade, a preocupação social, o

---

<sup>25</sup> Ressaltamos, aqui, para o caráter alternativo que o (novo) desenvolvimentismo se atribui, ao propor-se como crítico feroz do neoliberalismo e da ortodoxa convencional.

posicionamento político favorável ao grupo social em desvantagem e a divulgação dos resultados de pesquisa como forma de alerta das práticas de abuso de poder”. (GUIMARÃES, 2012, p. 440).

Tais aspectos revelam a proximidade entre as abordagens da ACD e da decolonialidade, já que ambas consideram a importância dos intelectuais e dos contextos, inseridos por eles, para a manutenção de um saber hegemônico. A perspectiva decolonial, assim, vem a contribuir com a inserção dos marcadores decoloniais do desenvolvimento, a saber: as variáveis econômicas; o crescimento econômico; a relação entre mercado, Estado e sociedade; e a questão nacional. A abordagem decolonial convida igualmente a ACD, a sair de uma perspectiva formal limitada aos atores enunciadores para expor as realidades étnicas, de gêneros, religiosas e nacionais que contribuem para a complexidade deste sujeito em estudo. Por sua vez, a ACD traz consigo uma perspectiva tridimensional: da prática textual, verificando os elementos textuais que dão coesão, coerência e organização a informação produzida no texto; da prática discursiva, que estabelece as conexões entre o texto e o contexto pertencente; e da prática social, compreendendo as relações sociais e as estruturas presentes que tanto são reprodutoras como construtivas (ROJO, 2004). A autora complementa resumindo as principais atribuições da ACD:

Trata-se de saber como é realizada essa construção discursiva dos acontecimentos, das relações sociais e do próprio sujeito, a partir da análise dos aspectos linguísticos e do processo comunicativo em um tempo e lugar determinados. Paralelamente, trata-se de revelar quais as implicações sociais desse processo de construção. Assim, os já numerosos trabalhos de ACD estudaram o papel do discurso na transmissão e persuasiva e na legitimação de ideologias, valores e doutrinas (...) (ROJO, 2004, p. 216).

A decolonialidade neste trabalho, como foi mencionada, apresenta-se através dos marcadores decoloniais do desenvolvimento que ajudam a identificar os principais princípios da ideologia do desenvolvimento que são aqueles do crescimento econômico, do economicismo, da relação entre mercado, Estado e sociedade civil e à questão nacional. Tais parâmetros contribuem para imprimir maior consistência contextual e histórica a ACD, possibilitando identificar elementos essenciais na formação do discurso do (novo) desenvolvimentismo. Isso permite procedermos com a desconstrução do debate dentro da REP sobre o NDB e verificar as relações, diretas e indiretas, com os dois governos Lula.

A partir da aplicação da decolonialidade e da ACD, podemos elaborar o seguinte raciocínio: a centralidade dada ao PIB, renda, taxa de juros e câmbio, alinhados a utopia do crescimento econômico ilimitado, demonstram uma linguagem – uma forma de construção

(IÑIGUEZ, 2004) – que reflete a prática social de dominação e superioridade do mercado perante o Estado e a sociedade civil (MARTINS, 2013a; 2013b). A compreensão da estrutura textual e a identificação de um discurso hegemônico economicista possibilita visualizar “(...) como os discursos ordenam, organizam e instituem nossa interpretação dos acontecimentos e da sociedade e incorporam, além disso, opiniões, valores e ideologias.” (IÑIGUEZ, 2004, p. 18). Os intelectuais economistas são locutores – emissores de uma realidade empírica – de crenças e convicções compartilhadas por uma coletividade, ou seja, são enunciadores de discursos positivos que contribuem para o economicismo do desenvolvimento.

A operacionalização da análise dos artigos pela ACD e a perspectiva decolonial se procede da seguinte maneira: 1 – **A análise textual**: minuciosa leitura dos artigos selecionados (quadro 1), destacando trechos centrais que elucidam a proposta em discussão do texto e, quando houver necessidade, o acréscimo de outro(s); 2 – **A análise discursiva**: a partir dos marcadores decoloniais, identifica-se as práticas discursivas apresentadas, buscando compreendê-las, além de fazer a relação com o contexto recente (esses dois momentos serão desenvolvidas exclusivamente com os artigos selecionadas da REP e explorados ainda nesse capítulo); 3 – **A análise social**: a verificação da relação entre a prática discursiva e o discurso hegemônico político-econômico, isto é, como o discurso torna-se prática atuante dos dois governos Lula (a ser explorado no capítulo 3, utilizando tanto artigos da REP como outros que estejam vinculados com o universo do NDB) ; 4 – **Resultados**: vai encontrar-se no capítulo de conclusão, dedicando-se a reflexão crítica a partir da perspectiva decolonial, aprofundando a desconstrução em prol de desmitificar verdades absolutas e universais. A verificação das limitações do discurso hegemônico economicista, considerando outros saberes e experiências relevantes, porém ausentes aos olhos do pensamento moderno estadunidense-europeu.

**Quadro 1 – Artigos selecionados da REP**

<i>TÍTULO DO ARTIGO</i>	<i>AUTOR</i>	<i>INFORMAÇÕES DA REVISTA</i>
<b>Neomonetarismo Tropical: A Experiência Brasileira nos Anos Noventa</b>	SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio	vol. 22, nº 1 (87), jan-março/2002
<b>Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade</b>	BRESSER-PEREIRA, Luis C.; NAKANO, Yoshiaki	vol. 22, nº 3 (87), julho-setembro/2002
<b>Renda Básica: A Resposta Está Sendo Soprada pelo Vento</b>	SUPLICY, Eduardo Matarazo	vol. 23, nº 2 (90), abril-junho/2003

<b>O Segundo Consenso de Washington e a Quase-Estagnação da Economia Brasileira</b>	BRESSER-PEREIRA, Luis C.	vol. 23, nº 3 (91), julho-setembro/2003
<b>Brasil Delivery: A Política Econômica do Governo Lula</b>	PAULANI, Leda Maria	vol. 23, nº 4 (92), outubro-dezembro/2003
<b>Elementos para uma Economia Política das Reformas no Governo Lula</b>	BACHA, Edmar Lisboa	vol. 24, nº 1 (93), janeiro-março/2004
<b>Proposta de Desenvolvimento para o Brasil</b>	BRESSER-PEREIRA, Luis C.	vol. 24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004
<b>O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal</b>	MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas	vol. 26, nº 1 (101), pp. 58-74 janeiro-março/2006
<b>Nova Estratégia de Desenvolvimento para o Brasil: um Enfoque de Longo Prazo</b>	MAGALHÃES, João Paulo de Almeida	vol. 26, nº 2 (102), pp. 186-202 abril-junho/2006
<b>Estratégia Nacional e Desenvolvimento</b>	BRESSER-PEREIRA, Luis C.	vol. 26, nº 2 (102), pp. 203-230 abril-junho/2006
<b>Políticas Sociais: focalização ou universalização?</b>	KERSTENETZKY, Celia Lessa	vol. 26, nº 4 (104), pp. 564-574, outubro-dezembro/2006
<b>Por que novo-desenvolvimentismo?</b>	SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut	vol. 27, nº 4 (108), pp. 507-524 outubro-dezembro/2007
<b>As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política</b>	ERBER, Fabio S.	vol. 31, nº 1 (121), pp. 31-55, janeiro-março/2011
<b>Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula</b>	MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo	vol. 31, nº 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro/2011
<b>Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro</b>	MATTEI, Lauro	vol. 33, nº 1 (130), pp. 41-59, janeiro-março/2013
<b>Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais</b>	MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; FONSECA, Pedro Cezar Dutra	vol. 33, nº 2 (131), pp. 222-239, abril-junho/2013

Fonte: Próprio autor. Números da REP entre 2002 a 2013

## 10 Os artigos da revista de economia política

A análise de artigos selecionados da REP se inicia com o texto “Neomonetarismo Tropical: A Experiência Brasileira nos Anos Noventa”, dos autores A. Saad Filho (professor do Departamento de Estudos sobre Desenvolvimento na Universidade de Londres) e Lecio

Morais, que foi publicado em 2002. Este texto faz uma recuperação crítica da década de 1990 e o seu período de liberalização econômica em que eles concluem como sendo a verdadeira “década perdida”. A análise empreendida no texto traz um rico diagnóstico sobre as direções das políticas econômicas assumidas, principalmente, durante os dois governos de FHC. A temática central fixa, aqui, é na política neomonetarista e nas estratégias adotadas para a sua consolidação. No entanto os autores tratam de minuciar como estes caminhos construíram um desenvolvimento de baixo crescimento econômico, expansão do desemprego estrutural, aprofundamento da desigualdade de renda e aumento da dependência externa.

A economia brasileira cresceu pouco, mas mudou muito nos anos noventa. A taxa média de crescimento do PIB durante os anos noventa foi de apenas 1,7% ao ano, a mais baixa do século, enquanto o desemprego total cresceu de 8 para 17% da força de trabalho. O emprego industrial caiu em um terço, e a capacidade produtiva declinou em vários setores importantes, especialmente a indústria de bens de capital. A reestruturação industrial reduziu a capacidade da economia de gerar empregos, e o Brasil tornou-se mais dependente de importações e do capital estrangeiro. Por consequência, a restrição externa tornou-se mais severa. (SAAD-FILHO; MORAIS, 2002, p. 20).

Diante dos dados acima, os autores não demoram em concluir o ‘desastre’ econômico ocorrido na década de 1990:

Os anos noventa foram, sob vários aspectos, piores que a “década perdida” dos oitenta, basicamente devido à virada neomonetarista da política econômica, que foi implementada gradualmente, mas de forma cada vez mais determinada, ao longo da década. Essa mudança presumiu que taxas de juro elevadas e a liberalização comercial e da conta de capitais induziria uma transferência substancial de recursos reais e financeiros ao Brasil, garantindo altas taxas de crescimento por longos períodos. (SAAD-FILHO; MORAIS, 2002, p. 20).

A avaliação proposta por esse artigo é importante, também, por corroborar com a discussão alocada no primeiro capítulo, deste trabalho, em que fazemos uma breve avaliação do período ‘neoliberal à brasileira’, enriquecendo-o com dados capazes de demonstrar a pouca efetividade econômica desse período. Outra contribuição do texto acima é enfatizar a contribuição da crítica econômica heterodoxa ante os malefícios criados pelo discurso neoliberal e pela política “neomonetarista”.

O texto seguinte, “Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade”, dos autores Bresser-Pereira e Nakano, de mesmo ano, é um dossiê econômico lançado a pedido do PSDB e amplamente discutido entre economistas ortodoxos e heterodoxos.

A abertura econômica, a consolidação da estabilidade de preços e os avanços alcançados na área fiscal nos anos mais recentes credenciam o país a entrar numa nova fase, em que o eixo da ação governamental deverá ser deslocado para a construção de condições econômicas e institucionais internas efetivas, que permitam um crescimento sustentado do Brasil.

(...). A estabilidade monetária alcançada pelo governo Fernando Henrique Cardoso será a fundação que deverá sustentar a nova fase de desenvolvimento brasileiro. (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2002, p. 146).

Bresser-Pereira, por seu vínculo com os governos de FHC<sup>26</sup> e por este ser um documento encomendado pelo PSDB, trata inicialmente de não entrar em atrito, optando por uma abordagem de reconhecimento das “conquistas” desse período. Entretanto, os autores ao construir sua proposta de desenvolvimento revelam contradições, como é o caso das políticas sociais que permaneceram inertes nos governos FHC, surgindo apenas ao final do segundo mandato.

Os objetivos de melhoria da distribuição de renda e de erradicação da extrema pobreza devem ser traduzidos em novas ações efetivas e eficazes. Além de dar continuidade aos programas bem-sucedidos na área social, particularmente voltados para a população mais carente, e de aprofundar a reforma gerencial do Estado iniciada em 1995, a nova política de desenvolvimento deverá continuar a aumentar a eficácia do gasto social, e ter como princípio norteador da sua implantação e implementação a criação de empregos e a incorporação da classe pobre ao processo produtivo. (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2002, p. 177).

O artigo expõe, ao longo das mais de trinta páginas, um modelo de desenvolvimento em que “(...) os objetivos centrais da política econômica — a constituição das condições de desenvolvimento econômico sustentado, a estabilidade macroeconômica e a eliminação da pobreza — são objetivos a serem atingidos simultaneamente.” (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2002, p. 153). Todavia, a proposta de desenvolvimento limita-se a explicar extensivamente políticas econômicas, segundo os autores, necessárias para o crescimento econômico. Podemos citar dois aspectos econômicos importantes, na visão de Bresser e Nakano: os malefícios da poupança externa – segundo os autores, uma das políticas centrais dos governos FHC; e os benefícios da mudança cambial no Brasil juntamente com a necessidade de ajustes fiscais, cujo objetivo final é a produção de uma poupança interna.

O endividamento e o passivo externo já alcançaram um nível de alerta e precisa ser estabilizado para não chegarmos a uma situação de insolvência

---

<sup>26</sup> Foi ministro do planejamento durante

externa. A dívida externa líquida é quatro vezes maior do que as exportações. (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2002, p. 154)

Continua os autores:

(...) a ingênua política de liberalizar e tirar o estado da economia, abrindo as importações e o fluxo de capital externo, e privatizando empresas públicas, pois “o resto será feito pelo mercado”. Somente a ação do estado poderá criar condições para que as empresas brasileiras tenham acesso a recursos, formulando e implementando a chamada política de reestruturação industrial, pois no caso brasileiro não se trata de instalar uma estrutura industrial, mas de lhe dar competitividade e dinamismo. (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2002, p. 173).

Outras políticas a serem consideradas, por eles, para gerar desenvolvimento são: o equilíbrio macroeconômico e a paulatina diminuição das taxas de juros; uma política industrial capaz de aumentar a produção, exportando mais que importando, através de uma reestruturação promovida a partir do Estado; a internacionalização, buscando novos acordos internacionais; e o fortalecimento do mercado interno ao estimular a competitividade:

O governo federal terá que concentrar cada vez mais a sua ação no âmbito internacional, particularmente nas negociações comerciais, e participar da tomada de decisões nas novas entidades globais. A sua ação na esfera nacional será cada vez mais de coordenação das ações regionais e, principalmente, de garantia da estabilidade macroeconômica e harmonização de políticas e instituições. Nesse novo modelo, os governos locais, com suas peculiaridades, explorando a criatividade da comunidade local, terá um papel cada vez mais ativo na implantação da política de desenvolvimento. (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2002, p.174)

As políticas econômicas propostas e as estratégias a serem adotadas nesse documento se baseiam em um nível abstrato, mesmo com o uso de dados estatísticos, pois aqui são projetados apenas os resultados esperados, como é o caso de uma expectativa média efetiva de PIB de 4% ao ano. Outra dificuldade do texto é não considerar; demais variáveis além do econômico, excluí-se e/ou minimiza os diversos entraves do sistema político brasileiro, o caráter elitista e a pouca participação popular e local. Crê-se, de forma até ingênua, na capacidade de um tipo ideal de burocracia-estatal weberiana inexistente, não considerando as limitações e as dificuldades do aparelho burocrático brasileiro.

E por mais que destaque a importância da eliminação da pobreza e dedique algumas palavras à área social, os autores não propõem um diálogo dos aspectos econômicos com as variáveis sociais, prevalecendo o economicismo o que concentra as políticas de desenvolvimento ao econômico. Outros fatos a serem destacados, na minha visão, são as

similitudes da proposta de desenvolvimento acima com o projeto nacional petista e o modelo de desenvolvimento a ser construído nos oito anos de governos Lula<sup>27</sup>. Estas semelhanças estão presentes no trecho abaixo, do então artigo, em que evidenciamos como a política econômica deste documento se assemelha ao modelo Petista:

Os objetivos da nova política econômica são o crescimento econômico sustentado, a eliminação da pobreza absoluta e a estabilidade macroeconômica. (...) Diante das restrições e novos desafios envolvidos na nova política econômica, caberá ao governo um papel mais ativo na administração da economia, através da mobilização política, para a constituição de condições materiais e institucionais que permitam alcançar simultaneamente aqueles objetivos, que são de todos os brasileiros. Atenção redobrada deverá ser dada à melhoria da distribuição de renda, especialmente através da eliminação da pobreza. O estabelecimento de um novo tipo de relacionamento com o setor privado, um novo pacto de cooperação com o empresariado e sindicatos, as reformas institucionais, o aperfeiçoamento de mecanismo de resolução de conflitos e a boa governança são também condições fundamentais para que a política de desenvolvimento alcance seus objetivos. (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2002, p. 147).

Apesar de identificar à similitude das estratégias que foram empreendidas pelos governos do PT, a formulação do discurso central do primeiro mandato do governo Lula adotou uma postura mais “conservadora”, baseando-se em dois aspectos: a formação de um “novo” pacto de poder, formalizado pelo apoio do empresariado e do setor bancário brasileiro, dos sindicatos e à sua base social; além da continuidade de uma política econômica similar à praticada durante os oito anos de FHC – altas taxas de juros, câmbio flutuante e controle da inflação – com o aprofundamento das reformas previdenciária e fiscal. Mas o que se deve a essa mudança de discurso e de prática?

O mesmo Bresser-Pereira, em outro artigo, procura refazer a sua análise sobre a “excelente” política econômica dos governos FHC, reconhecendo a estratégia falha de alta dependência do mercado externo.

Não apenas porque não logrou retomar o desenvolvimento: na verdade, não chegou sequer a estabilizar macroeconomicamente o país, de forma que deixa uma herança pesada para o futuro governo em termos de altas dívidas — interna, ou do Estado, e externa, ou do país — e de altos déficits — público ou do Estado, e externo, ou da nação. Dívidas e déficits que se espelham nas mais altas taxas de desemprego que o país já teve. (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 3)

---

<sup>27</sup> É importante ressaltar que Bresser-Pereira mantém-se distante e crítico ao governo petista, apesar de ser possível identificar a incorporação das políticas do (novo) desenvolvimentismo durante os dois governos Lula.

Logo depois, o autor define:

A receita era simples: bastaria completar o ajuste fiscal e empreender as reformas neoliberais, e, em função deste bom comportamento, usar a poupança externa em um quadro de total abertura financeira. Ao invés do “desenvolvimento cum dívida” dos anos 70, teríamos agora o “desenvolvimento cum poupança externa”. Para obter esta poupança era necessário completar as reformas orientadas para o mercado com a abertura financeira. (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 16)

Nestes trechos acima, podemos identificar os contornos de um novo conjunto de políticas desenvolvimentistas, críticas às ideias neoliberais, e que irão estimular novos debates dentro do âmbito econômico.

A crítica à abertura financeira concentra-se principalmente no problema da instabilidade financeira internacional causada por fluxos de capital descontrolados, enquanto que a crítica ao Segundo Consenso de Washington que estou aqui propondo é a crítica a uma ideia mais geral — a de que os países já endividados possam desenvolver suas economias com base em poupança externa. (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 16)  
 (...) A política de crescimento com poupança externa contraria grande parte da experiência internacional. (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 18)

Outro ponto importante a ser registrado é que às críticas feitas pelo economista Bresser-Pereira aos governos FHC não o aproxima, nesse momento, ao projeto nacional petista. Como foi afirmada, anteriormente, a proximidade que existe é com o PSDB e o ex-presidente FHC, apesar de divergências que são assumidas ao longo dos textos, aqui apresentados. Entretanto, é importante salientar as semelhanças entre as alternativas deste autor com o manifesto “Um outro Brasil é possível”, organizada por intelectuais economistas vinculados ao PT e embrião do programa de governo dos anos 2001/02.

Vale lembrar que o agravamento dos problemas econômicos e sociais na década de 1990, aprofundados pela presença de um “neoliberalismo à brasileira”, instigou a opinião pública a simpatizar por outro discurso desenvolvimentista, que fosse próximo à presença estatal na organização da atividade econômica e na proteção social. Estas são fortes marcas que possibilitaram creditar ao projeto petista e ao candidato Lula a vitória eleitoral em 2002. Acrescenta-se ainda ao sucesso da campanha petista: i) o discurso sem o radicalismo de outrora; ii) a Carta aos brasileiros, documento dirigido aos mercados interno e externo de forma a tranquilizá-los sobre os rumos da política econômica; iii) o convite a José de Alencar, reconhecido empresário mineiro, para vice-presidente; iv) e, também, com o cargo assumido, a designação de Henrique Meirelles para a presidência do BACEN e de Antonio Palocci para o Ministério da Fazenda. Tais fatores contribuiriam para afirmar as reais intenções do projeto

petista: recuperação da credibilidade externa e à retomada do crescimento econômico. Vejamos melhor a partir do artigo “Brasil Delivery: A Política Econômica do Governo Lula”, de Leda Maria Paulani.

A necessidade de recuperar a “credibilidade” do país foi e é utilizada como justificativa número um para a manutenção e mesmo a exacerbação, neste início de governo, da política econômica operada pelo governo FHC (PAULANI, 2003, p. 60)

A autora continua na página seguinte:

Uma vez conquistada, a “credibilidade” cobra um preço alto pela fidelidade: a manutenção de todos os mimos que permitiram sua conquista, a saber, a política monetária contracionista, o juro real elevado, o ajuste fiscal duro etc. Portanto, se equivoca quem esperava ou ainda espera por uma mudança efetiva. Crescimento econômico e redução do desemprego serão aqueles permitidos pelo modelo. (PAULANI, 2003, p. 61)

Outro dado relevante que a autora traz é o cenário econômico internacional, às vésperas da vitória eleitoral petista, cujas pressões advindas do mercado global foram influentes numa postura mais conservadora por parte de Lula e do PT.

Depois de janeiro de 99, o Brasil teve de recorrer ainda mais duas vezes ao FMI, ameaçado que estava de não honrar seus compromissos externos. A primeira delas foi em junho de 2001, (...), decidiu preventivamente recorrer ao Fundo, obtendo US\$ 15 bilhões. A segunda vez foi precisamente em agosto de 2002, quando a turbulência eleitoral provocada pela liderança de Lula e pelo terrorismo que se fez em torno disso, (...). Foram então obtidos US\$ 30 bilhões, entre saques e postergação de pagamento ao próprio Fundo de valores referentes a empréstimos anteriores. (PAULANI, 2003, p. 65)

Os trechos acima compõem um justo diagnóstico sobre os primeiros passos assumidos no início do primeiro governo Lula. Centralizando-se na política macroeconômica, a autora aponta para as semelhanças com a política dos governos de FHC e chama a atenção para a insistência na manutenção da receita ortodoxa – câmbio flutuante, altas taxas de juros e controle da inflação. Outro ponto é a sua preocupação sobre os efeitos que essa política pode causar na incerta realidade social brasileira. Porém a discussão não contempla as dificuldades de governabilidade, no contexto contraditório do sistema político brasileiro, em que a formação de coalizões políticas desfigura qualquer tentativa de se romper com o pacto de poder conservador.

Esse padrão de acumulação, se é ruim para os países do centro do sistema do ponto de vista de seus resultados sociais, para países como o Brasil é simplesmente nefasto (PAULANI, 2003, p. 69)

(...). As autoridades econômicas começaram por usar o jargão anterior, e falaram em responsabilidade fiscal; passaram depois a falar em responsabilidade macroeconômica, e agora, segundo determinação vinda do Palácio do Planalto, só se falará em “justiça social”: fome zero, cortes orçamentários, focalização dos programas sociais, megassuperávits, reforma da Previdência, juro real elevado, valorização artificial da moeda doméstica, tudo em nome da “justiça social”. (PAULANI, 2003, p. 70)

Paulani, assim conclui:

Mas qual seria então a alternativa? Ela existe, afinal? Como esperamos ter demonstrado, a ideia de que não há alternativa só se sustenta se o objetivo maior for manter o país nos marcos do tipo de “credibilidade” que aqui se descreveu. Se outros forem os objetivos, outra deverá ser a política econômica, e ela existe. A pretensão original do Partido dos Trabalhadores era comandar um governo “democrático e popular”. Hoje parece claro que temos de nos conformar com algo bem menos pretensioso. (PAULANI, 2003, p.72)

Por outro lado, um economista mais ortodoxo como Edmar Bacha, um dos idealizadores do Plano Real, defende a priorização dessa agenda neoliberal dos primeiros anos Lula. No desenvolvimento de sua argumentação, o autor faz referência ao complexo sistema político brasileiro e a “necessária direitização”, empreendida por um partido vinculado aos pensamentos de esquerda, no caso o PT:

Tal tipo de governo não se defronta com uma oposição férrea no Congresso para fazer passar reformas dita neoliberais. Ao contrário, a oposição, ainda que tomada de surpresa pela mudança de postura dos novos governistas, e apesar dos fogos de artifício de rigor eleitoral, não poderá negar seu apoio às “suas” reformas. O “centrão”, embora sempre arredio, é pouco resistente aos encantos de cargos e verbas controlados pelo governo. (BACHA, 2004, p. 22)

Bacha continua:

As reformas previdenciária e tributária propostas pelo governo Lula são mais profundas do que aquelas contempladas no governo FHC, bem como são bons os prenúncios da lei de autonomia do Banco Central, da lei de falências e da reforma trabalhista. Por outro lado, a privatização (por exemplo, dos bancos estaduais remanescentes, dos aeroportos e do sistema de águas e esgotos) está parada, a autonomia das agências reguladoras está em risco, a nova regulamentação do setor elétrico permanece obscura, pouco se fez na área de segurança urbana e os MSTs estão à solta no campo e nas cidades. (BACHA, 2004, pp. 25/26)

Em outro trecho, o autor vai insistir na importância em equilibrar a ‘reforma’ e o ‘esclarecimento’ como necessários para a manutenção da governabilidade. Destaque, também, à ressalva sobre a importância econômica e da opinião pública.

(...) o sucesso ou fracasso do governo Lula repousa no resultado de uma corrida entre a melhoria da economia, de um lado, e a evolução da popularidade do presidente, de outro. A alternativa a essa situação de incerteza seria a formação de uma coalizão política efetivamente comprometida com as reformas, que juntasse a “esquerda” reformista com a “direita” esclarecida, permitindo ao governo ganhar em qualificação e libertar-se tanto do “centrão”, como de seus próprios radicais. (BACHA, 2004, p. 28)

Dessa forma, Bacha nos traz uma característica fundamental para a governabilidade brasileira: a coalizão política. O presidencialismo de coalizão (DOMINGUES, 2007) se caracteriza pela necessidade de formar uma maioria no congresso com o objetivo, entre outros, de aprovação de projetos, emendas e medidas. Isso se deve, principalmente, a redemocratização brasileira que pluralizou os centros de poder e configurou um sistema multipartidário (SALLUM Jr., 1996). A coalizão formada no congresso pelo PT refletia o “novo” pacto de poder que fundamenta o projeto nacional petista e propõe atar uma política econômica marcadamente neoliberal com políticas sociais universais e inclusivas. Porém, a “justiça social” dentro desse projeto é dependente da retomada do crescimento econômico, fato esclarecido pelo autor João Paulo Magalhães no artigo “Nova Estratégia de Desenvolvimento para o Brasil: um Enfoque de Longo Prazo”, do ano de 2006.

Ao assinalar duas estratégias de desenvolvimento em curso no Brasil, o autor argumenta, ao longo do texto, a necessidade de ambas serem executadas em conjunto, ou seja, isoladamente não possuem efeito de longo prazo para o Brasil. Portanto, segundo o autor, necessita-se aumentar as exportações, investindo em tecnologia e apoiando as empresas nacionais. Isso impulsionaria o crescimento econômico, possibilitando o fortalecimento do mercado interno e a criação de uma sociedade de consumo de massas.

Pode-se hoje identificar duas propostas básicas de estratégias alternativas para a economia brasileira. A de crescimento para fora — ou de integração ativa no mercado mundial —, e a de crescimento para dentro, através da criação no país de sociedade de consumo de massas. (MAGALHÃES, 2006, p. 192).

(...). O novo governo anunciou, e deu imediatamente início, a medidas distributivas do tipo Fome Zero, Renda Mínima, Primeiro Emprego etc. Os resultados, em termos de retomada do desenvolvimento, foram insignificantes. A explicação está em que políticas de distribuição de renda

de grande amplitude — (...) — só podem ser levadas adiante no contexto de crescimento econômico acelerado. (MAGALHÃES, 2006, p. 193).

(...). Em suma, a criação de sociedade de consumo de massas, para ser levada adiante de forma eficiente, depende da preexistência de crescimento acelerado do PIB. (MAGALHÃES, 2006, p. 193).

Magalhães revela como se baseou a política de desenvolvimento dos dois governos Lula. No primeiro momento, a recuperação da credibilidade econômica, a impulsão do empresariado brasileiro no plano internacional e o crescimento econômico acelerado. Posteriormente, no segundo, a criação de condições de renda para as massas serem inseridas no mercado e, assim, consumirem. Para isso, aparece para o autor como medidas centrais: i) a formação de um “novo” pacto de poder; ii) a manutenção de uma política econômica de linha ortodoxa; iii) a centralidade na retomada do crescimento econômico; iv) e a elevação do PIB. Estes foram os elementos constitutivos desse primeiro governo Lula, que buscou o fortalecimento do desenvolvimento econômico para pavimentar políticas distributivas e propiciar o desenvolvimento social através da inclusão dos cidadãos no mercado, tornando-os trabalhadores/ consumidores, que ao terem acréscimo em suas rendas passam a movimentar a economia.

Aproveitando as condições favoráveis resultantes da retomada do desenvolvimento, determinada pela estratégia de crescimento para fora, seria lançado grande programa destinado a transformar o país em sociedade de consumo de massa. (...) Aumento do salário mínimo e das aposentadorias, recuperação do poder aquisitivo do funcionalismo público, progressividade da estrutura tributária, maior gravação fiscal das heranças e da riqueza, programas especiais de saúde e educação para as categorias de menor renda, garantia à totalidade da população condições adequadas de moradia, seriam algumas das providências a serem consideradas. O objetivo básico perseguido seria fazer com que a totalidade dos ganhos, resultantes do incremento mais rápido do PIB, seja utilizada em benefício das categorias de menor renda. (MAGALHÃES, 2006, p. 197)

Acima, foram elencadas as políticas necessárias para imprimir um (novo) desenvolvimento, isto é, o crescimento da renda e as condições favoráveis ao consumo para a população da base da pirâmide social. A receita para esse (novo) desenvolvimentismo pode ser visto em outro artigo, do Bresser-Pereira, em que reafirma dois elementos fundamentais: um pacto de poder em torno de um projeto nacional desenvolvimentista; e o fortalecimento do Estado e do mercado como instâncias complementares.

O desenvolvimento, hoje, depende de uma grande e informal aliança entre empresários do setor real, técnicos públicos e privados e trabalhadores — ou seja, dos detentores do capital e da capacidade empresarial, do conhecimento

técnico e organizacional e da força de trabalho: os três elementos essenciais do desenvolvimento.” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 630)

O autor complementa:

As reformas institucionais são, portanto, necessárias e devem ser continuadas, desde que sua preocupação fundamental não seja simplesmente reduzir o tamanho do Estado, mas lhe dar condições para que desempenhe seu papel de garantir o funcionamento dos mercados e promover a distribuição de renda. O desenvolvimento só é possível quando o mercado e o Estado são fortes. (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 627)

Bresser, também, insiste em uma política tecnológica, industrial e comercial que venha a contribuir para a expansão internacional, permitindo às indústrias brasileiras serem competitivas no mercado externo.

O Estado brasileiro necessita de política tecnológica e industrial. Precisa de mais planejamento do seu desenvolvimento. A política tecnológica vem sendo realizada com competência há bastante tempo, e a política industrial vem afinal ganhando corpo e identidade. O mesmo ocorre com a política comercial, que é estratégica para o nosso desenvolvimento. Precisamos abrir mercados para nossas exportações não apenas de produtos agrícolas, mas também industriais. (BRESSER-PEREIRA, 2004, pp. 627/28).

O autor, também, trata de incluir a importância de políticas sociais dentro do (novo) desenvolvimento, principalmente para a redução da desigualdade de renda. Dando enfoque a base da pirâmide social brasileira, Bresser-Pereira revela a importância de incluir esses indivíduos no mercado interno de consumo, de forma a tornar acessíveis condições favoráveis de vida e a possibilidade de mobilidade de ascensão social.

O novo desenvolvimento deve ocorrer não apenas do alto para baixo, as empresas do setor moderno absorvendo os novos contingentes de mão-de-obra, que chegam todos os anos ao mercado de trabalho, mas também ao próprio nível dos pobres e excluídos. As políticas universais de educação e saúde, as políticas quase universais de renda mínima, têm, naturalmente, um papel essencial. Elas são um mecanismo fundamental de habilitação dos pobres para a sobrevivência em um mercado capitalista duro e implacável. (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 628)

Dando continuidade, Bresser vai ressaltar a importância da expansão do crédito e o acesso de melhores condições de vida a massa desfavorecida. Aqui, não há preocupação em tecer maiores comentários de como seria feito esta integração social, nem tampouco problematizar possíveis políticas públicas.

(...) a continuidade da reforma agrária é também plenamente justificável do ponto de vista econômico. O argumento de que ela não é necessária para assegurar o abastecimento interno é correto, mas ela é essencial para integrar na vida social um contingente imenso de cidadãos, garantindo-lhes dignidade pessoal e trabalho. Além disso, é essencial desenvolver mecanismos de crédito a miniempresas, para que pequenos empresários possam surgir nas regiões e bairros pobres. Por outro lado, são fundamentais as políticas mais localizadas, realizadas pelos municípios, como as de urbanização de favelas e o desenvolvimento de atividades sociais e culturais para os pobres. (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 628)

Entretanto, o que podemos entender até aqui sobre desenvolvimento econômico e social? Quais foram os avanços significativos em educação, saúde, saneamento, urbanização e reforma agrária quando se faz a retrospectiva dos governos Lula? A crítica que os petistas faziam aos “tucanos”<sup>28</sup> era de excesso de liberalização. O PT propôs outro caminho e a vitória eleitoral de Lula representaria a ruptura do projeto neoliberal. Contudo, a organização da governabilidade petista demonstrou que as pressões econômicas do grande capital e a necessidade da recuperação da credibilidade externa seriam prioritárias, atrelando as questões sociais ao desenvolvimento econômico.

A construção das ideias do (novo) desenvolvimentismo e a incorporação destas políticas nos dois governos Lula se confirmaram na continuidade de um desenvolvimento essencialmente acumulativo, dependente de grandes obras e obediente ao agronegócio, aos banqueiros e ao empresariado brasileiro. Houve avanços significativos em relação às políticas sociais, mas os programas de inclusão social valorizaram eminentemente a inserção dos pobres no consumo com pouca atenção aos indicadores sociológicos referentes à solidariedade comunitária e ao exercício dos direitos coletivos na política e na vida cotidiana.

Constatamos, aqui, nos trechos e artigos apresentados até o momento, a forte presença das variáveis econômicas, como PIB, renda, inflação e juros, e da urgência do crescimento econômico como centrais para a discussão sobre desenvolvimento. Principalmente, pelos textos analisados se centrarem, sobretudo, em análises econômicas, alocando outros temas das ciências sociais ao segundo plano. Nesse sentido, é possível perceber que a mitificação da retomada do crescimento econômico, como meio de promover o desenvolvimento econômico e social, é primário no debate destes da REP, limitando as perspectivas de políticas para enfrentamento da desigualdade e da pobreza.

---

<sup>28</sup> Referência ao PSDB

É importante ressaltar, nesta direção, a manutenção da supremacia do mercado. Tanto os colaboradores da REP como os do PT, mesmo sugerindo o fortalecimento do Estado na geração de políticas igualitaristas e redistributivistas, não conseguiram inserir a sociedade civil como agente político ativo no (novo) desenvolvimentismo. Em outras palavras, se por um lado, temos uma sociedade civil plural relegada apenas à responsabilidade de eleger partidos e políticos; por outro, temos uma “sociedade política”, distante dos seus eleitores, capaz de autodeterminar as “melhores estratégias” a serem assumidas para o desenvolvimento econômico e social do “país”. O distanciamento entre a representação política e a massa caracteriza o discurso desenvolvimentista de um elitismo (SANTOS; AVRITZER, 2005) que mantém o conservadorismo de outras “modernizações brasileiras”. O economista João Sicsú, em colaboração com outros economistas, propõe caracterizar esse (novo) desenvolvimentismo, inspirando-se em trabalhos recentes de Bresser-Pereira.

Um Estado forte pode regular a concorrência — o resultado deve ser a constituição de um mercado forte onde predomina a busca pela redução de custos e de preços, pela melhoria da qualidade dos serviços e produtos e onde, conseqüentemente, haverá um reduzido desemprego, já que os menores e/ou menos eficientes também poderiam trabalhar, produzir, enfim, fazer parte do mercado.” (SICSÚ et al., 2007, p. 513)

Continua o autor:

Para tanto, uma política abrangente deve ser adotada, incluindo o fortalecimento da base empresarial do país, a adoção de uma política industrial voltada para a melhoria da competitividade das exportações de maior valor agregado, o desenvolvimento de uma infraestrutura voltada para a competitividade sistêmica (incluindo o desenvolvimento de um sistema nacional de inovação). (SICSÚ et al., 2007, p. 520)

Algumas características são reforçadas e outras são ampliadas pelos autores, como é o caso do papel de gestor do Estado, ao proporem a aproximação da gestão pública ao funcionamento organizacional privado. A ideia é tornar o aparelho estatal mais ágil, próximo à lógica privada. Outro é manter as definições e o controle de políticas centralizadas na esfera federal; enquanto, no processo de aplicação destas políticas, a ideia é descentralizá-las, através das máquinas estaduais e municipais.

(...) uma “reforma da gestão pública”. Trata-se de adotar uma forma de gestão que aproxime as práticas dos gerentes públicos às dos privados, tornando-os ao mesmo tempo mais autônomos e responsáveis perante a sociedade. Tal reforma requer não somente uma maior profissionalização da gestão pública como também um certo grau de descentralização do Estado, com a transferência de determinadas funções específicas do Estado a

agências (semi) autônomas e a transferência de serviços sociais e científicos a organizações de serviço públicas, semi ou não-estatais. (SICSÚ et al., 2007, p. 512)

Outra preocupação dos autores são os aspectos políticos e sociais do (novo) desenvolvimento que estão subjacentes à centralidade econômica. As políticas sociais de maior impacto seriam: às de transferência de renda e uma melhor distribuição desta para o abastecimento do mercado interno. Para Sicsú e demais, não parece ser relevante à complexidade do sistema político brasileiro e às desigualdades estruturais presentes, visto a insistência na dependência da efetivação dos projetos sociais a um crescimento econômico acelerado.

Políticas sociais — como políticas de renda mínima — implementadas em um contexto de crescimento baixo podem se revelar limitadíssimas, ou seja, incapazes de garantir uma maior igualdade porque transformam os seus beneficiários em dependentes de “migalhas” em um contexto em que oportunidades de melhora efetiva de renda inexistem porque oportunidades de trabalho estão restritas. Tais políticas implementadas em economias estagnadas são soluções emergenciais necessárias, mas estão longe de ser soluções permanentes. (SICSÚ et al., 2007, p. 523)

A partir destes dados coletados, é possível afirmar que o projeto petista centrou-se, principalmente no primeiro governo Lula, em políticas próximas a agenda neoliberal, justificadas pela retomada do crescimento econômico e pela busca da credibilidade externa. Posteriormente, o petismo assumiu o ideário de um (novo) desenvolvimentismo, embasado na elevação do crescimento econômico advindo do fortalecimento da poupança e do mercado interno. Isso permitiu a consolidação de uma sociedade de consumo das massas, materializada pela melhoria da renda através das políticas distributivas. Mas e o desenvolvimento social, como ficou? As políticas distributivas se direcionaram a solucionar a justiça social?

O economista e ex-senador da República, Eduardo Suplicy, apresenta importantes fatos e reflexões acerca desse debate dentro da REP. No trecho abaixo, referente ao conteúdo programático da candidatura de Lula à presidente, é perceptível a associação da inclusão social com a centralidade da melhoria de renda, que se fez importante, porém não foi suficiente para solucionar uma desigualdade estrutural como a brasileira.

Em seu plano de governo, há um capítulo denominado Inclusão Social, que dá destaque para as Políticas de Garantia de Renda Mínima como um dos meios para a erradicação da fome. (...) os seguintes itens programáticos: a complementação da renda das famílias pobres com filhos até 15 anos em todos os programas municipais; a adoção de bolsas de estudos para jovens entre 15 e 25 anos oriundos de famílias pobres, permitindo que essas pessoas

completem seus estudos intermediários e superiores; a garantia de uma renda mínima para todos os trabalhadores desempregados entre 22 e 50 anos de idade, de modo que possam exercer uma atividade profissional qualificada na comunidade (...). Nesse mesmo capítulo está registrado que o Programa de Erradicação da Fome será implementado imediatamente, com a distribuição do “cartão-alimentação” para todas as famílias pobres para que possam comprar os alimentos de que necessitam. (SUPLICY, 2003, p. 53)

Neste artigo, Suplicy propõe-se a defender o projeto renda básica para todos, de autoria própria e apresentada em 1991, que, em linhas gerais, garante às famílias de rendas baixas um complemento financeiro com o objetivo de retirar aqueles que estão abaixo da linha da pobreza. No decorrer dos anos seguintes, programas sociais semelhantes foram formulados e praticados, de acordo com o texto, apresentando resultados satisfatórios. Destaquemos a sua reflexão final em que ressalta a associação entre renda e inclusão, porém sem dedicar um aprofundamento sobre a precarização do trabalho e a financeirização da vida social.

Entretanto, atualmente estou completamente convencido de que com os modernos sistemas computacionais será mais simples e racional estender a todos o mesmo direito de receber uma modesta renda. O rico também terá direito a essa renda, entretanto irá contribuir mais do que receber. A burocracia será minimizada. Qualquer tentativa de estigmatização dos beneficiários do programa será eliminada. As pessoas saberão, previamente, que uma modesta e crescente renda será destinada a cada membro da família e será paga nos próximos 12 meses e nos anos seguintes. (SUPLICY, 2003, p. 55)

Para ampliarmos o entendimento da transferência de renda mínima, durante os governos Lula, o artigo “O Social no Governo Lula”, de Rosa Maria Marques, oferece algumas compreensões.

Em dezembro de 2004, o Bolsa Família estava implantado em 5.533 municípios (99,50% do total existente no país), atingindo 6.571.842 famílias, a um gasto anual de R\$ 5,3 bilhões. Como o público alvo dessas transferências é formado por famílias com renda per capita inferior a R\$ 100,00 (cem reais), o recebimento do Bolsa Família altera as condições básicas da vida familiar, fazendo com que grande parte do recurso recebido seja dirigido para a alimentação. Estudo sobre o impacto do então Bolsa Alimentação mostrou que, para famílias com renda mensal per capita inferior a R\$ 90,00, a tendência é destinar ao consumo de alimentos 89 centavos para cada 1 real do benefício recebido (Ministério da Saúde, 2003). (MARQUES, 2006, p. 68)

A autora complementa:

Embora esses sejam apenas alguns exemplos, — não há dúvida de que os programas compensatórios, dos quais destacamos o Bolsa Família, mas que a ele deveriam ser somados os implementados pelos governos estaduais e municipais (induzidos pela política federal) —, constituem um esforço sem paralelo, de transferência de renda para as famílias mais pobres, na história do país. (MARQUES, 2006, p.69)

Marques traz dados interessantes sobre o Programa Bolsa Família (PBF), uma das importantes ferramentas dos governos Lula para imprimir uma maior distribuição de renda. Destaque para os aspectos positivos, como o acesso a alimentação e higiene, por exemplo, além de reconhecer o esforço na tentativa de frear o ciclo vicioso da pobreza:

Do ponto de vista político, a implementação do programa Bolsa Família está permitindo que o governo Lula estabeleça fortes vínculos com a população por ele beneficiada, direta ou indiretamente, o que explica sua alta popularidade em várias zonas do país. Não há como negar que a população mais pobre está atualmente em melhores condições do que antes, mesmo se ela tiver piorado sua situação em relação aos mais ricos. Mas esses programas não constituem um direito e sim uma benesse governamental, que pode ser alterada sem grandes discussões a depender do gosto e do interesse do presidente de plantão. Em outras palavras, o combate à pobreza ainda continua a ser tratado como uma atividade meramente assistencial, o que pode resultar no florescimento de todo tipo de clientelismo. (MARQUES, 2006, pp. 69/70)

Entretanto, a autora apresenta, também, pontos negativos que limitam a eficiência desta política, principalmente a manutenção de problemas estruturais relacionados ao acesso igualitário a serviços básicos, como educação, saúde e saneamento.

Assinalar esses aspectos da política do governo Lula não significa, no entanto, desconhecer a realidade em que vivem os milhões de beneficiados com os programas de transferência de renda. Ao contrário, dentro de uma política de universalização dos diferentes ramos da proteção social, a garantia de renda tem lugar de destaque, mas seria entendida como um direito. E tal avanço não seria acompanhado com a implantação de um “Estado mínimo” nos outros ramos da proteção social. (MARQUES, 2006, p. 73)

Marques identifica, aqui, sérias dificuldades do PBF que serão exploradas mais a frente. Porém, o que podemos compreender diante desses dois artigos sobre a transferência de renda mínima no Brasil? Qual a real efetividade das políticas distributivas durante os dois governos Lula? A REP, nesse sentido, por tratar-se de uma revista voltada para análise de aspectos econômicos pouco aprofunda essa discussão, apesar da importância que o tema da desigualdade e da pobreza parece possuir nos artigos tratados até o momento. Em outros

termos, o âmbito social é apenas sugerido e/ou citado nos textos analisados, sem qualquer maior espaço para um aprofundamento sobre as possíveis sugestões/alternativas que possam vir a ser lembradas. Creio que cabem outras perguntas; por que o distanciamento entre a esfera econômica das demais? É possível refletir desenvolvimento sem considerar aspectos políticos, sociais, culturais, morais?

O discurso economicista, pautado nas variáveis econômicas e sob o mito do crescimento econômico, limita, em demasia, uma análise próxima ao 'real' da realidade social. A partir de ideias e modelos, excessivamente abstratos, considerando apenas projeções econômicas e excluindo os arranjos da política, as particularidades da vida cotidiana e as distintas culturas coletivas. Os artigos apresentados estão embebidos, em alguns momentos, por um ideal de desenvolvimento restrito a centralidade do embate entre Estado e mercado. Ou enfocam, em outras oportunidades, na delimitação da ação do crescimento econômico como ferramenta de desenvolvimento e o consumo das massas como motor para a redução da desigualdade de renda.

Diante disso, propomos, na seção seguinte, entender mais claramente como o conjunto teórico de políticas do (novo) desenvolvimentismo é incorporado durante os dois governos Lula e inaugura o NDB. Saímos, assim, do mero campo abstrato das ideias para mergulharmos na construção de um projeto nacional que, durante oito anos, foi marcado por inúmeras contradições.

### PARTE III

#### PRESENTE

#### 11 O (novo) desenvolvimentismo

As análises dos artigos da REP, na sessão anterior, delineiam a construção de um “programa alternativo ao projeto monetarista neoliberal” (SICSÚ et al., 2005); o (novo) desenvolvimentismo. Estas políticas desenvolvimentistas, inspiradas nos mais diversos debates de distintas visões econômicas heterodoxas, estão circunscritas, especificamente, em dois universos teóricos: do keynesianismo contemporâneo<sup>29</sup>, que estabelece a ideia de Estado e mercado como instituições fortes e complementares; e do neo-estruturalismo latino-americano (RODRIGUEZ, 2009), que entende a necessidade de uma nova fase de industrialização nos países de renda média, casos de Brasil, México e Argentina. A superação/modificação das teses nacional-desenvolvimentistas, provenientes do neo-estruturalismo, ocorre pelo reconhecimento que a fase da industrialização nacional encontra-se relativamente consolidada, mas foi ineficaz na resolução das desigualdades sociais. Isso sugeriu transformações nas políticas industriais, principalmente no âmbito internacional, alinhando crescimento econômico com equidade social (RODRIGUEZ, 2009; SICSÚ et al., 2005; SAAD-FILHO; MORAIS, 2011).

(1) não há mercado forte sem Estado forte; (2) não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições (Estado e mercado) e sem implementação de políticas macroeconômicas adequadas; (3) mercado e Estados fortes somente serão construídos por um projeto nacional de desenvolvimento que compatibilize crescimento econômico sustentado com equidade social; e (4) não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento econômico a taxas elevadas e continuadas. (Sicsú et al., 2005, p. xxxv).

Como primeiro destaque do (novo) desenvolvimentismo, está a relação mais simétrica entre Estado e mercado. Esse entendimento anterior o distingue do nacional-

---

<sup>29</sup> Podemos citar como expoentes do Keynesianismo contemporâneo os autores Paul Krugman (2015) e Joseph Stiglitz (2002)

desenvolvimentismo, que atribuiu maior responsabilidade ao Estado no papel de protecionista, de investidor central com poupança externa e de empresarial na formulação de políticas industrialistas nacionais. No (novo) modelo a função estatal diminui e associa-se ao mercado, porém sendo distinto da ortodoxia convencional. O ortodoxismo se propôs a minimização do Estado, que deve se limitar a garantir a segurança externa e interna, o direito à propriedade privada, a estabilidade monetária e inflacional e reformas que estimulem o livre-mercado. De todo modo, é importante ressaltar que no (novo) desenvolvimentismo o Estado continua a regular o mercado, mesmo com o fortalecimento dessa instituição, como assinala Mattei:

Dentre suas principais funções, destacam-se: a) ter capacidade para regular a economia, estimulando um mercado forte e um sistema financeiro a serviço do desenvolvimento e não das atividades especulativas; b) fazer a gestão pública com eficiência e responsabilidade perante a sociedade; c) implementar políticas macroeconômicas defensivas e em favor do crescimento; d) adotar políticas que estimulem a competitividade industrial e melhorem a inserção do país no comércio internacional; e) adotar um sistema tributário progressivo, visando reduzir as desigualdades de renda. (MATTEI, 2013, p. 53)

Nesta mesma linha de raciocínio, Bresser-Pereira e Gala sugerem que:

Para o novo- desenvolvimentismo, o Estado ainda pode e deve promover poupança forçada e investir em certos setores estratégicos, mas agora o setor privado nacional tem recursos e capacidade empresarial para realizar boa parte dos investimentos necessários. na mesma linha, para o velho desenvolvimentismo a política industrial era central; no novo desenvolvimento ela continua importante, mas é estratégica, devendo se voltar para setores específicos e para empresas com capacidade de competição internacional. (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010, p. 680)

Outra característica do (novo) desenvolvimentismo se refere à macroeconomia, ao repensar as políticas industriais voltadas para o mercado competitivo internacional. Aqui, compreende-se a importância do processo recente de globalização e a interdependência entre os Estados nacionais, formulando um novo panorama geopolítico mundial na ressignificação do desenvolvimento. Este novo contexto, ajuda a esclarecer a superação do nacional-desenvolvimentismo, que esteve preocupado com a industrialização nacional através da política de substituição das importações, promovida pelo Estado, não conseguindo visualizar com clareza os novos processos globais do capitalismo, a partir das décadas de 1970/80. Assim, a tentativa por parte dos economistas heterodoxos que temos analisado, é atualizar a ideia de desenvolvimentismo com a inclusão de novas ideias e políticas que contemplem as

modificações ocorridas nas últimas décadas dentro do sistema capitalista, sendo antagônicas ao neoliberalismo. Para uma melhor compreensão das diferenças entre o novo e o velho desenvolvimentismo, Bresser-Pereira e Gala elaboraram o quadro abaixo:

**Quadro 2 – Velho e Novo Desenvolvimentismo**

Velho desenvolvimentismo	Novo-Desenvolvimentismo
1. Industrialização orientada pelo Estado e baseada na substituição de importações.	1. Industrialização orientada para as exportações, combinada com consumo de massas no mercado interno.
2. Papel central do Estado em obter poupança forçada e realizar investimentos.	2. Cabe ao Estado criar oportunidades de investimento e reduzir a desigualdade econômica.
3. A política industrial é central.	3. Política industrial é subsidiária, mas estratégica.
4. Ambiguidade em relação aos déficits públicos e em conta corrente.	4. Rejeição aos dois déficits. Se o país tiver doença holandesa, deverá apresentar superávit fiscal e na conta corrente.
5. Relativa complacência em relação à inflação.	5. Nenhuma complacência em relação à inflação.

Fonte: BRESSER-PEREIRA e GALA, 2010, p. 679.

Entretanto, devemos ressaltar a existência de um aspecto comum que continua a ligar o velho e o novo: a ideia de um projeto nacional, a partir de contextos distintos. Isso significa que ambos os projetos comungam o ideal de manter o alinhamento de diversas e heterogêneas classes e grupos sociais em torno de políticas e estratégias de desenvolvimento nacional, priorizando o crescimento econômico e reduzindo as desigualdades sociais. Para isso, o (novo) desenvolvimento propõe uma série de medidas econômicas, que visam sair da estagnação provocada pelas políticas monetaristas e trazer soluções para os problemas sociais e econômicos.

Portanto, pode-se dizer que o “novo desenvolvimentismo” nada mais é que um conjunto de ideias que buscam valorizar a política e as instituições enquanto estratégia de construção de um projeto de nação. No plano prático, tais ideias se materializam na conformação de diversas iniciativas de política econômica com a finalidade de romper com o pensamento único emanado a partir da ortodoxia convencional. (MATTEI, 2013, p. 57)

(...). Desta forma, percebe-se que na essência os novos desenvolvimentistas estão propondo a junção de uma filosofia (recuperar o conceito de nação) com uma fundamentação teórica (keynesiana e estruturalista) com o objetivo de construir um novo projeto nacional de desenvolvimento com equidade e justiça social. (MATTEI, 2013, p. 58)

Nesse sentido, a crítica mais contundente é dirigida a ortodoxia convencional e as suas políticas neoliberais que tratam, segundo esses autores, não apenas de minimizar o papel do Estado como promover a desregulamentação nacional, imprimindo medidas que desconsideram a importância das especificidades de cada contexto nacional. Para diferenciar as particularidades do novo projeto, Bresser-Pereira e Gala elaboram outro quadro em que distinguem os diversos aspectos antagônicos entre a ortodoxia convencional e o (novo) desenvolvimentismo.

### Quadro 3 – Neoliberalismo e (novo) desenvolvimentismo

ORTODOXIA CONVENCIONAL	NOVO DESENVOLVIMENTISMO
<b>Referente ao Crescimento</b>	
1. Não tem papel econômico para a nação.	1. A nação é o agente responsável pela definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento.
2. As instituições fundamentais para o crescimento são a garantia dos direitos de propriedade e dos contratos.	2. A instituição chave para o crescimento é uma estratégia nacional de desenvolvimento.
3. Reformas devem reduzir o tamanho do Estado e desregular os mercados.	3. Reformas devem fortalecer o Estado e os mercados — estes devendo ser bem regulados.
4. O Estado não deve realizar política industrial, nem política de redistribuição.	4. Política industrial deve ser limitada e estratégica. Grande papel na distribuição da renda.
5. Não existem tendências estruturais a neutralizar.	5. Neutralizar tendência à sobreapreciação da moeda e a salários crescerem menos que produtividade.
6. O crescimento deve ser financiado em boa medida por poupanças externas.	6. O crescimento deve se basear em poupança interna.
<b>Referente à macroeconomia</b>	
7. O banco central tem um único mandato: a inflação. Outros objetivos devem ser buscados pelo restante do governo.	7. O governo e o banco central têm três mandatos: a inflação, a taxa de câmbio e o emprego — os três essenciais para o desenvolvimento.
8. O padrão fiscal deve ser definido em termos de superávit primário.	8. O padrão fiscal deve ser definido de forma mais rigorosa em termos de déficit público e poupança pública.
9. A taxa de câmbio deve ser flutuante: não deve haver nem meta, nem política para a taxa de câmbio.	9. A taxa de câmbio deve ser flutuante mas administrada; o objetivo é a taxa de câmbio de equilíbrio industrial.
10. O banco central e o governo dispõem de um único mandato cada um: respectivamente a taxa de juros de curto prazo e a política fiscal.	10. O banco central e o governo podem, adicionalmente, comprar reservas, impor controles de capital etc.
11. Política de rendas não é necessária ou desejável.	11. Política de salário mínimo e de rendas deve contribuir para que salários cresçam com a produtividade.

Fonte: BRESSER-PEREIRA e GALA, 2010, pp. 681/683.

Podemos, então, identificar no (novo) desenvolvimentismo a tentativa de se apresentar como um discurso “alternativo”, tanto ao nacional-desenvolvimentismo como às práticas neoliberais, porém sem retirar o protagonismo das variáveis econômicas e do crescimento econômico, sendo este último considerado o meio-fim de viabilizar a redução da desigualdade social. Os intelectuais economistas heterodoxos constroem um grandioso modelo de desenvolvimento, fundamentado em um projeto nacional, e que prioriza conquistas economicistas, como o fortalecimento do mercado associado ao Estado. Coloca-se, assim, a margem do debate, discussões importantes referentes a aspectos políticos, sociais e culturais existentes dentro das heterogêneas sociedades civis com múltiplas demandas coletivas. Tratem, agora, de compreender como esse (novo) desenvolvimentismo se porta dentro do plano prático, mais precisamente, durante os dois governos Lula, configurando-se no NDB.

## **12 Os governos Lula**

### *12.1 O ‘novo’ pacto de poder*

Para o entendimento deste contexto, em que emerge a nova narrativa do desenvolvimento, faz-se necessário lembrar que o (novo) desenvolvimentismo se constituiu como contraponto aos oito anos do governo de FHC. O discurso modernizador do neoliberalismo à brasileira valorizou a abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro, incentivando tanto a venda de empresas nacionais públicas como privadas a multinacionais através de longos financiamentos como empréstimos dos bancos estatais, como BNDES e Banco do Nordeste. Segundo Bresser-Pereira (2013), isso diminuiu o espaço de influência e manobra da classe empresarial brasileira, dando vez aos setores de especulação financeira e a rentistas.

Era mais um capítulo da ortodoxia convencional que, segundo os intelectuais economistas heterodoxos, promoveu o aprofundamento da dependência ao insistir na poupança externa, na taxa de câmbio fixa e na preocupação excessiva com a inflação. Fatos que se aprofundaram, em 1999, com a moratória da Rússia e a recorrência do Brasil a novo empréstimo do FMI. Tem-se, então, um quadro de “fragilização” econômica e setores das

elites descontentes ao fim do mandato de FHC, abrindo espaço para o surgimento de alternativas que sugerissem a retomada do desenvolvimento.

Nos últimos anos, entretanto, depois que foi ficando claro o fracasso da política econômica proposta pela ortodoxia liberal e o escanteio em que haviam sido colocados, esses empresários, liderados pela Fiesp, o IEDI e a Confederação Nacional da Indústria, começaram a mudar. Sua assessoria macroeconômica melhorou, suas críticas deixaram de se limitar aos exageros da abertura comercial e à falta de uma política industrial para se dirigirem contra os juros altos e o câmbio apreciado. (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 26)

Os episódios mencionados acima são constitutivos da conjuntura brasileira e possibilitaram a formação de um “novo” pacto de poder, um dos pilares para a vitória eleitoral do PT e de Lula, sendo esta a sustentação do governo nos anos seguintes. O governo Lula buscou, logo, ganhar legitimidade ideológica por este contraponto, embora na prática, para dar seguimento às alianças com setores mais à direita, ele terminou dando curso, com roupagem renovada, a práticas neoliberais dos governos anteriores (SALLUM Jr., 1999).

Para as eleições presidenciais de 2002, alguns fatos solidificaram a mudança do “conteúdo” do discurso petista, que já vinha sofrendo mutações desde a década de 1990 (SECCO, 2015; SINGER, 2009; SADER, 2009). Primeiro, a contratação do marqueteiro João Santana, figura importante até os dias atuais dentro do PT, que transformou a representação de Lula, fazendo eclodir todo o potencial carismático desse personagem. Segundo, a indicação de José de Alencar para a vice-presidência, político mineiro e representante da classe empresarial brasileira, simbolizando a aliança pretendida pelo PT entre um operário e um empresário. Terceira, a tão citada Carta aos Brasileiros lida por Lula, que tinha como objetivo tranquilizar o mercado internacional, banqueiros e setores das elites brasileiras, afirmando que, caso fosse eleito, não tinha a pretensão de romper com a política monetária atual e iria cumprir com todos os acordos financeiros estabelecidos pelo governo anterior.

Naquele momento de incertezas, com fraco crescimento econômico, credibilidade externa em baixa, instabilidade monetária e descontentamento dos grupos da burguesia nacional, emergiram as propostas do (novo) desenvolvimentismo e a sua adesão pelo PT, a partir dos seus intelectuais economistas:

Foi nesse contexto, que nós, os economistas do PT, elaboramos um estudo que, do meu ponto de vista, era a síntese do que viria a ser o programa do governo Lula. O documento se chamava: ‘Um Outro Brasil é Possível’. (...) O aspecto central do padrão de desenvolvimento proposto no documento consistia na elevação do social à condição de eixo estruturante do crescimento econômico, por meio da constituição de um amplo mercado de

consumo de massa, com políticas de renda e inclusão social. Esse fortalecimento do consumo popular e do mercado interno geraria uma nova dinâmica para o crescimento acelerado, bem como escala e produtividade para a disputa do comércio globalizado, impulsionando as exportações e consolidando a trajetória de crescimento acelerado e sustentado. (OLIVA, 2010, pp. 2/3)

É na apropriação desse discurso do (novo) desenvolvimentismo que se edificou o projeto nacional petista, corroborando com as ideias de Bresser-Pereira (2012, p. 101): “Ou o país retardatário logra se afirmar como nação, constrói seu Estado, e define uma estratégia nacional de desenvolvimento, ou crescerá lentamente e não alcançará os padrões de vida dos países ricos.”. O programa de governo do PT, então, pautou-se na retomada do desenvolvimento, através da atualização do discurso do crescimento econômico e o seu vínculo histórico na luta pela promoção do social. O ex-senador Aloizio Mercadante Oliva resume os pontos centrais dessa programática:

“Orientado para promover a inserção internacional soberana do Brasil, propugnava por uma ruptura com as políticas neoliberais, que já mostravam desgaste profundo em toda a América Latina. Essa ruptura envolvia mudanças estruturais do país. Uma parte dessas mudanças visava desmontar as armadilhas deixadas pela agenda neoliberal. Outra parte das mudanças estruturais visava constituir um novo padrão de desenvolvimento, tornando, como já dissemos, o social o eixo estruturante do crescimento econômico. Ademais, o programa propunha a articulação de três níveis de políticas públicas: a sustentabilidade ambiental; a regionalização das políticas de governo, com vistas a superar as desigualdades e reconstituir em novas bases o pacto federativo; e, sobretudo, a inclusão social, com a garantia dos direitos humanos e a promoção da solidariedade e da cidadania. (...) Assim, o programa de governo assumia, em síntese, o compromisso fundamental de impulsionar a constituição de um amplo mercado de consumo de massa, que promovesse a inclusão de milhões de brasileiros, universalizasse as políticas sociais básicas e resolvesse o drama histórico da concentração de renda e riqueza.” (OLIVA, 2010, p. 3)

Aqui, formou-se o novo pacto de poder, incluindo os atores já vinculados ao PT, como setores do operariado, a burocracia pública, associações e movimentos sociais e diversos intelectuais, alinhados pela ideia de um projeto nacional baseado nas premissas do (novo) desenvolvimentismo. Porém, faltava agregar os setores da burguesia brasileira que, como vimos, vinha se distanciando das ideias ortodoxas e aproximando-se da via alternativa desenvolvimentista. É nesse momento, que aquela “Carta aos Brasileiros”, passou a representar uma ponte de interesses comuns entre as elites e o programa de governo do PT.

Na ‘Carta ao Povo Brasileiro’, lançada em julho de 2002, abdicávamos publicamente de uma estratégia de ruptura e assumíamos o compromisso com uma transição progressiva e pactuada para o novo modelo de desenvolvimento. O compromisso com a estabilidade econômica era apresentado como inegociável e o regime de metas inflacionárias, o câmbio flutuante, o superávit primário e o respeito aos contratos eram claramente incorporados ao programa de governo. Acredito que a opção por uma transição progressiva foi acertada e fundamental para assegurar a governabilidade democrática, administrar politicamente a condição de minoria no parlamento, especialmente no Senado Federal, e acumular forças para que pudéssemos avançar em direção ao novo padrão de desenvolvimento. (OLIVA, 2010, pp. 3/4)

Continua o autor:

Na realidade, a Carta constituiu-se em uma necessária revisão tática do tempo e dos meios para atingir o objetivo estratégico de concretizar o crescimento econômico sustentado com a formação de um amplo mercado de consumo de massa. (OLIVA, 2010, p. 4)

Por sua vez, Bresser-Pereira (2013, p. 21) complementa; “Uma política desenvolvimentista só alcança êxito quando uma coalizão de classes envolvendo empresários industriais, trabalhadores e burocracia pública fazem um acordo social.”. Sintonizado com os conselhos dos economistas, Lula criou em 2003 um órgão formal – o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da presidência da República – para o qual chamou um representativo número de empresários, de líderes sindicais, de líderes associativos, de burocratas públicos e de intelectuais. Assim, deu a seu governo um caráter pluriclassista (BRESSER-PEREIRA, 2013). É com esse “novo” pacto de poder e centrado no NDB que se iniciou o primeiro governo Lula, imbuído de um compromisso com as elites brasileiras e internacionais, imprimindo uma política econômica austera e sem rompimentos bruscos.

De um partido nascido das lutas contra a ditadura civil-militar brasileira, composto por uma heterogeneidade de militantes e uma forte e solidificada base social, emergiu a esperança por dias melhores em um país que convive secularmente com profundo processo de exclusão e desigualdade social. Porém a “alternativa” escolhida pelo PT para construir sua hegemonia histórica, fundada, sobretudo, na personificação de Lula, significou mudanças de rumos que levaram o PT a se distanciar progressivamente da imagem e do discurso de partido de esquerda. As alianças à direita e o compromisso com o ideário do crescimento econômico, como base central do desenvolvimento, significaram o “abandono” dos compromissos sociais tradicionais da esquerda, principalmente, no que diz respeito à construção da cidadania

democrática. Vejamos, agora, como se desenvolve a política econômica, principalmente nos dois/três anos do primeiro mandato.

### *12.2 O núcleo duro da economia*

Como foi dito anteriormente, o governo Lula optou, nos primeiros anos, por uma política econômica de continuidade com o governo anterior, embora sustentando um discurso de renovação e de compromisso social com mudanças importantes na economia e na sociedade. As mutações do discurso petista se fundaram na ideia da crise econômica agravada no cenário nacional, além dos compromissos firmados com os setores burgueses brasileiros e internacionais, de forma a viabilizar a governabilidade. Para isso buscou a recuperação da credibilidade externa através do “(...) famoso tripé composto por uma política monetária determinada pelas metas de inflação, câmbio flutuante e uma política fiscal visando manter um superávit primário que compensasse o déficit nominal das contas públicas.” (SAAD-FILHO; MORAIS, 2011, p. 508).

Aqui, dois atores foram importantes na implementação e formulação destas medidas econômicas. O primeiro foi o Ministério da Fazenda, ocupado por Antonio Pallocci, um dos responsáveis pelo texto “Um Outro Brasil é possível”; o outro ator foi o Banco Central (BACEN), comandado por Henrique Meirelles, ex-presidente de bancos internacionais e reconhecido por atuações no mercado financeiro global. A partir de uma orientação mais ortodoxa, incluiu-se às reformas da previdência e a minirreforma tributária, além da autonomia legal do BACEN, visto que “(...) o Banco Central é um membro necessário desta coalizão — é a instituição que concebe e executa a política monetária, com os efeitos já apontados sobre a política cambial e fiscal e a distribuição de rendas.” (ERBER, 2011, p. 44).

Esclarecem Barbosa e Souza a este respeito:

O principal efeito da minirreforma tributária foi elevar a arrecadação do governo federal nos anos seguintes, tanto na esfera nominal quanto em relação ao PIB. (...). (...) O principal resultado da reforma previdenciária de 2003 foi estabilizar o déficit do regime de previdência dos servidores públicos em relação ao PIB da economia. (BARBOSA; SOUZA, 2010, pp. 4/5)

As críticas dos intelectuais economistas heterodoxos às novas orientações da política econômica foram inúmeras, principalmente por Lula ter apresentado, em sua campanha presidencial, um programa de governo inspirado nas propostas do (novo) desenvolvimentismo. Sobre este contexto, Barbosa e Souza explicam que:

(...) no campo prático das ações do governo Lula, a visão neoliberal se refletiu em uma posição conservadora sobre o potencial de crescimento da economia em 2003-2005. Sua consequência mais imediata foi recomendar uma estratégia de forte contenção fiscal para abrir espaço ao crescimento do setor privado e à queda da taxa de juro. (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 9)

Contudo o resultado das políticas de estabilização macroeconômicas<sup>30</sup>, não foi necessariamente um sucesso, pois a esperada elevação do crescimento econômico em meados de 2005 não se confirmou, “(...) apesar da duplicação das exportações e de uma expansão creditícia apoiada por reformas microeconômicas (...)” (SAAD-FILHO; MORAIS, 2011, p. 517). Tal fato desagradou o governo que foi obrigado a promover à troca<sup>31</sup> de atores no núcleo duro da economia, substituindo a hegemonia da retórica neoliberal pelo pragmatismo do (novo) desenvolvimentismo. Ocorrendo, também, a troca de Ministros, com a nomeação de Guido Mantega<sup>32</sup> a pasta da Fazenda, e que tinha fortes vinculações a FGV.

O desempenho macroeconômico insatisfatório (e, presume-se, a bateria de críticas de antigos aliados) gerou um debate no interior do governo Lula, ao final de 2005, entre a “visão neoliberal” e a “visão desenvolvimentista”. Esse debate teria levado à inflexão da política econômica quando a equipe econômica inicial foi substituída por defensores de uma política de maior ativismo do Estado. (SAAD-FILHO; MORAIS, 2011, p. 517)

No entanto, tal mudança na lógica da política econômica não significou o abandono das medidas de cunho neoliberal, adotadas inicialmente, com a manutenção do tripé macroeconômico. Mas o discurso ortodoxo foi renovado por aquele de políticas desenvolvimentistas, gerando uma política econômica híbrida e complicada, visto as divergências existentes entre o (novo) desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. Neste cenário de hibridização, para Barbosa e Souza, as principais ações desenvolvimentistas foram:

“(...) a adoção de medidas temporárias de estímulo fiscal e monetário para acelerar o crescimento e elevar o potencial produtivo da economia; a aceleração do desenvolvimento social por intermédio do aumento nas transferências de renda e elevação do salário mínimo; e o aumento no investimento público e a recuperação do papel do Estado no planejamento de longo prazo.” (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 10)

Deve ser destacado o papel mais ativo do Estado, visto como agente central no aumento do investimento público e na diminuição da desigualdade social, a partir da elevação do crescimento econômico e do PIB. O aumento do produto interno, nos anos seguintes, foi o

<sup>30</sup> Encontram-se no início do capítulo

<sup>31</sup> Contribuiu, também, a menção do ministro Pallocci no escândalo do mensalão

<sup>32</sup> Até aquele momento Mantega era o Ministro do Planejamento

resultado de algumas ações previstas: a redução da instabilidade financeira, aumento das reservas, geração de superávits significativos e o aumento nas exportações. Este conjunto de ações, por sua vez, estimulou o fortalecimento de um mercado interno de consumo de massas.

Sobre o investimento público, a atenção primordial foi na melhoria da infraestrutura, principalmente com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que desempenhou mais outras três importantes funções: i) estimular o investimento privado; ii) aumentar o investimento na economia; e iii) incluir uma série de desonerações tributárias para incentivar o investimento privado e o desenvolvimento do mercado de consumo de massa no Brasil (OLIVA, 2010). Outra necessidade, segundo Barbosa e Souza (2010), foi a reestruturação do Estado através de um aumento no número de concursos para a contratação de servidores públicos e substituição de setores terceirizados, assim como melhorias no plano de cargos e carreiras.

Entre as ações previstas para fortalecer o âmbito privado estava o “apoio à formação de grandes empresas brasileiras”, ou seja, o Estado passou a apoiar o grande empresariado ligado ao setor de infraestrutura através da concessão de crédito estatal, de incentivos regulatórios, e do apoio diplomático, principalmente, em mercados emergentes e nas relações Sul-Sul, possibilitando uma maior capacitação de competitividade ante as transnacionais, tanto no mercado interno como internacional (SAAD-FILHO; MORAIS, 2011). Tal suporte refletiu as demandas da classe empresarial brasileira, ator importante no ‘novo’ pacto de poder pluriclassista, focalizando na abertura de novos mercados, como foram os casos da Angola, Guiné e África do Sul. Vale lembrar o importante papel de articulador que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) exerceu para a expansão macroeconômica da indústria brasileira, tendo em seu presidente, Armando Monteiro Neto (2002-2010), um dos principais expoentes.

Outro setor da elite brasileira a ser fortalecido foi o agronegócio, principalmente, com a exportação da soja. O sociólogo Gudynas (2012) chama a atenção para um processo de (re)primarização por parte dos países da América Latina. Em outras palavras, as nações latino-americanas estão “retomando” e fortalecendo a exportação de produtos primários. No caso brasileiro, a industrialização tão representativa do ideário do desenvolvimento viu o agronegócio ser o grande contribuidor para o crescimento econômico nacional<sup>33</sup>. É importante assinalar o papel dos bancos “públicos” brasileiros, como o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o BNDES que forneceram suporte econômico para o crescimento das

---

<sup>33</sup> Ver Quadro 4 - Principais produtos agroindustriais exportados pelo Brasil, p. 96;

exportações<sup>34</sup>. Não podemos esquecer, ainda, o crescimento internacional da Petrobrás e o descobrimento do pré-sal, que passou a ser divulgado como o símbolo de uma empresa pública eficiente e vitoriosa, consagrando o novo modelo de gestão governamental (OLIVA, 2010).

Em referência a área externa, Barbosa e Souza (2010), destacam três importantes acontecimentos. No primeiro, entre 2003 a 2005, em que houve a redução da dívida externa brasileira, com o pagamento total das pendências financeiras com o FMI. Posteriormente, 2006 a 2008, uma relativa redução da dívida pública, cálculo realizado a partir do alto acúmulo das reservas internacionais, que é uma estratégia voltada para reduzir a vulnerabilidade externa. E, finalmente, entre 2009 a 2010, o Brasil adotou medidas anticíclicas para enfrentar a crise dos mercados financeiros de 2008. Sobre o sucesso das medidas governamentais para enfrentamento da crise, Oliva afirma que:

A convergência destes três vetores – geração de saldos comerciais expressivos, redução dos riscos da instabilidade financeira e “desendividamento” externo – diminuiu significativamente a exposição cambial da economia, suas necessidades de financiamento e sua vulnerabilidade diante de choques externos e explica porque, apesar da magnitude da crise financeira de 2008 e da recessão da economia mundial, o país pôde administrar com consistência os desequilíbrios ocorridos nessa esfera. (OLIVA, 2010, pp. 140/141);

Nesta linha de raciocínio, Barbosa e Sousa explicam que:

Considerando as ações e os programas adotados antes da crise, cabe destacar cinco iniciativas estruturais que evitaram uma queda maior no nível de atividade econômica durante a crise: o aumento na rede de proteção social; o aumento no salário mínimo; a expansão do investimento público; as desonerações programadas no PAC e na PDP; e a reestruturação dos salários e do efetivo do serviço público federal. (BARBOSA; SOUZA, 2010, p. 22).

Por fim, o ativismo do Estado objetivou, também, a redução da desigualdade social, que seguindo a lógica dos governos Lula, deveria resultar do fortalecimento e da dinamização do mercado interno de consumo de massa. Para isso, era preciso estimular políticas de distribuição de renda que promovessem a inclusão social e cidadã, através da implementação de algumas medidas: valorização real do salário mínimo, programa de transferência de renda mínima e expansão do crédito para o consumo. Tais políticas distributivas serão melhores exploradas na próxima seção. No momento, vale ressaltar o que afirma os economistas do governo Lula, a saber; que a sustentabilidade do mercado interno forneceu as condições de

---

<sup>34</sup> Ver Tabela 1 – Evolução das exportações, p. 97.

aceleração do crescimento econômico, além de contribuir para o desagravamento da crise de 2008. Neste sentido, complementa Oliva:

A transferência massiva e condicional de renda, o acesso ao crédito para consumo e produção e à terra, a sistemática e substantiva ampliação no poder de compra do salário mínimo, o acesso facilitado à moradia popular, o investimento em serviços públicos destinados aos setores populares, como o Luz para Todos, a ampliação das oportunidades na área educacional, além de muitas outras vertentes da política social, contribuíram decisivamente para a forte dinamização do mercado interno de consumo de massa, verificada no governo Lula, que teve papel decisivo na alavancagem da demanda agregada e no impulso ao crescimento econômico. (OLIVA, 2010, p. 19)

### *12.3 As políticas distributivas e a “nova” classe média*

O projeto nacional petista, durante os dois governos Lula, procurou dar ao social um papel de destaque, respondendo a diferentes demandas para solucionar a dura realidade da desigualdade estrutural no Brasil. Para alavancar as políticas de redução da desigualdade social foi necessário, então, alinhar crescimento econômico e o fortalecimento do mercado interno de consumo de massa, fato que, segundo a lógica do PT, possibilitou a inclusão social e a cidadania, principalmente pela via do consumo. A estratégia adotada, como vimos, foi em um primeiro momento adotar uma postura econômica conservadora e, posteriormente, imprimir políticas desenvolvimentistas capazes de impulsionar o crescimento econômico.

O pragmatismo do (novo) desenvolvimento, por sua vez, através de algumas políticas de distribuição de renda, possibilitou uma redução da desigualdade de renda e a “ascensão social” na estrutura das classes brasileiras. Entre as medidas distributivas estão o Programa Bolsa Família (PBF), a valorização real do salário mínimo e a expansão do crédito. Sobre o primeiro, o PBF, é de se salientar haver vários trabalhos e pesquisas concluídas e em andamento. Para a nossa apresentação, vamos nos centrar em dois aspectos: 1 – caracterização geral do PBF; e 2 – as principais limitações.

O PBF é um programa de transferência de renda mínima, cujo debate remonta desde a década de 1990. Como seu principal expoente temos o ex-senador Eduardo Suplicy (2002), além das experiências pioneiras nas cidades de Campinas, de Ribeirão Preto e de Santos (todas em SP), além de Brasília (DF). Contudo, é ao final do segundo mandato de FHC, em 2001, que foram registradas iniciativas, de âmbito federal, no mesmo gênero, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda e Vale Gás. Mais tarde, já na gestão do PT e de Lula, estes programas foram unificados e originaram o PBF.

A criação do PBF em 2003 está atrelada ao Programa Fome Zero, em que o principal objetivo referiu-se ao combate da fome assim como a redução da pobreza e da extrema pobreza. No entanto, o projeto Fome Zero esbarrou em algumas dificuldades, principalmente na complexa operacionalização e na articulação com a mobilização social. Para solucionar tais dificuldades foram adotadas iniciativas paralelas como a criação, no início de 2004, do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). O MDS absorveu o projeto e articulou o PBF nos dois níveis, estadual e municipal, sendo este último responsável pelo cadastramento (CadÚnico), seleção e acompanhamento das famílias receptoras desse benefício (OLIVA, 2010, pp. 362/363; SILVA, 2010).

Oliva e Silva destacam as orientações em que o PBF se baseia: uma é a transferência de renda voltada para famílias pobres com filhos em idade escolar e na extrema pobreza, com o intuito de proporcionar melhorias imediatas nas condições de vida; a outra é a retirada de crianças e adolescentes da rua e do trabalho, colocando-as na escola e impedindo o a reprodução da pobreza. Há, também, que relacionar a articulação com políticas e programas estruturantes (educação, saúde, trabalho) do governo e da sociedade civil; e o compromisso e a responsabilidade com as condicionalidades, isto é, contrapartidas sociais que garantem o acesso à educação, saúde e assistência social. Sobre as condicionalidades, Silva diz:

(...) são programas focalizados em segmentos pobres da população e têm sua prestação condicionada a determinadas exigências que devem ser cumpridas pelos indivíduos ou pela família (...). Em relação a educação, a principal condicionalidade é a exigência de matrícula e frequência escolar de crianças e adolescentes; no campo da saúde é destacado o cumprimento de medidas básicas, como vacinação de crianças e pré-natal de mulheres grávidas e no trabalho (...) são geralmente relativas à capacitação profissional e à inserção no mercado de trabalho. (SILVA, 2010, p. 21)

A unificação permitiu assim, melhorias na articulação, principalmente, pela descentralização de responsabilidades entre os âmbitos federal, estadual e municipal, pelo suporte financeiro da Caixa Econômica Federal (CEF)<sup>35</sup> e pela racionalização do CadÚnico, programa de cadastros do PBF. Uma primeira limitação, apresentada pelo PBF, está em estabelecer apenas a renda declarada como critério definidor de pobreza (BICHIR, 2010), algo que dificulta ainda mais a identificação de outras tantas famílias com condições precárias de vida. Acrescente a isso, a omissão da renda do mercado informal, o que possibilita incluir

---

<sup>35</sup> A CEF é identificada como o principal banco público financiador das políticas distributivas, sendo vinculado aos programas de seguro-desemprego, PBF, previdência social, entre outros (OLIVA, 2010).

famílias com rendas maiores aos parâmetros estabelecidas. Oliva oferece esclarecimentos interessantes a respeito:

A linha de extrema pobreza era definida pelo MDS por uma renda familiar per capita de até R\$ 70,00, e a linha de pobreza por uma renda familiar per capita de até R\$ 140,00. Desde sua criação, os valores dos benefícios monetários foram corrigidos três vezes. Em agosto de 2007, depois de três anos de vigência, houve um reajuste de 18,25%. Em julho de 2008, houve um novo reajuste, de 8%. Em julho de 2009, foi concedido o último reajuste, da ordem de 10%. (...) sendo o benefício composto por uma parcela fixa e outra variável. O valor do benefício básico, para famílias em situação de extrema pobreza, era de R\$ 68,00; o benefício variável, para famílias com crianças de até 15 anos, era de R\$ 22,00, por criança, limitado a três benefícios; e o benefício variável vinculado ao jovem, destinado a famílias com filhos de 16 a 17 anos de idade, era de R\$ 33,00, por filho, limitado a dois benefícios. O valor máximo do benefício estava estipulado em R\$ 200,00. O (PBF) é concedido, em princípio, por um período de dois anos, estando sua renovação sujeita ao cumprimento de certas condições e à atualização de dados cadastrais. (OLIVA, 2010, pp. 363/364).

De todo modo, é preciso destacar a importância desse acréscimo na baixa renda das famílias assistidas, possibilitando uma relativa melhoria de vida, principalmente para a compra de alimentos. Entretanto, diversos autores identificam limitações maiores que as já apresentadas, uma delas estando no baixo valor transferido, principalmente por não estar baseado em algum parâmetro (ZIMMERMAN, 2010; 2015). Tal limitação contribui para a permanência do estado de pobreza (KERSTENETZKY, 2009), fortalecendo o seu caráter paliativo e imprimindo alternativas de curto prazo que não promovem reais mudanças no padrão de vida.

Outro aspecto se refere às condicionalidades que se apresentam de forma diversa na visão de vários autores. Alguns a avaliam pelo caráter punitivo, outros, porém, consideram-na necessárias por pressionar maior qualificação dos serviços sociais, além daqueles que às veem como desnecessárias por se tratarem de direitos sociais, infringindo os princípios de cidadania (BICHIR, 2010; ZIMMERMAN, 2015). O fato é que se determinada família não cumprir com as condições exigidas pode sofrer diversas sanções, desde a suspensão temporária até a retirada da assistência. Essas punições, em muitos casos, são contraditórias à realidade precária da educação, da saúde e da assistência social, o que implicaria os condicionamentos serem qualificados e acessíveis.

Dessa forma, considerando que a deficiência estrutural destas áreas sociais é abissal, supunha-se que ocorressem melhorias, através de maiores investimentos alinhado a mobilização social, produzindo maiores benefícios, principalmente, com o aumento da

universalização e da acessibilidade. Contudo o aperfeiçoamento de serviços básicos não progrediu e, em muitos casos, permaneceram insuficientes. Como explica Zimmerman:

Para os idealizadores do Bolsa Família, a exigência de condicionalidades constituiria uma forma de ampliar o exercício do direito à saúde e à educação, ainda incompletos entre nós. Entretanto, é preciso reconhecer que o alcance de tal objetivo exige a implementação de mecanismos consistentes de acompanhamento social das famílias beneficiárias no sentido de reverter tal exigência em real oportunidade de inserção social. (ZIMMERMAN, 2015)

O acompanhamento dessas condicionalidades fica a cargo dos municípios, que recebem o suporte do poder central. Porém a estrutura oferecida em cada localidade é muito diversa e, por vezes, insuficiente e precária, não oferecendo serviços básicos em condições mínimas. Por isso é necessário levar em consideração os aspectos singulares destes territórios em que se localizam as famílias assistidas. Medeiros e Godoy sublinham para esse aspecto:

(...) as políticas sociais devem levar em consideração, ao longo de todas as etapas que compõem seu ciclo, os contextos locais específicos em que a política se concretiza, uma vez que existem condicionantes e peculiaridades que se relacionam diretamente aos espaços de vivência das populações social e economicamente mais vulneráveis. (MEDEIROS; GODOY, 2015, p. 94)

Ressaltemos, aqui, a importância que o programa traz ao focalizar a pobreza e a extrema pobreza, alçando-os ao papel central nas políticas públicas. Contudo, o entendimento dessa condição social estrutural, pelas políticas públicas, deve ser ampliado além da renda, de forma a contemplar a complexidade do tema e a fragilidade histórica do Estado brasileiro. Por exemplo, a articulação deste programa com direitos sociais, garantidos na Constituição de 1988, daria uma perspectiva universal e possibilitaria aos beneficiários do PBF a acessibilidade acompanhada da assistência social especializada. Como o PBF poderia impulsionar a efetiva saída das famílias da situação de pobreza? É necessário que os programas e os projetos estruturais como, no caso brasileiro, aqueles representados pelo ProUni, ProJovem, Pronatec e outros, fossem melhores articulados uns com os outros, nos planos de gestão organizacional e institucional, envolvendo iniciativas estaduais e/ou municipais.

Podemos incluir, também, outro fator que limita o programa: o fato de ainda ser uma política de governo e não de Estado. Caso tivesse maior abrangência institucional, haveria condições para se definir diretrizes mais precisas e ações de planejamento de longo prazo. Por isso, o caráter assistencialista e clientelista do programa ganha mais força, limitando seus benefícios na promoção de direitos de cidadania. Considerando o âmbito municipal, alguns

trabalhos apontam para a participação da renda do PBF no aumento da arrecadação local, ou seja, a circulação de dinheiro advinda do ‘aumento’ do poder aquisitivo das famílias beneficiárias favorecendo diretamente o crescimento do comércio nos municípios mais empobrecidos<sup>36</sup>. Em alguns casos, observa-se que o PBF aparece mesmo como a fonte básica da renda municipal (SILVA, 2010). Por fim, é relevante lembrar a centralidade que as mulheres assumem dentro desse cenário, pois elas são responsáveis por receber o benefício, aumentando a sua autoridade no espaço doméstico. Passam, assim, maior confiabilidade como consumidoras e protagonizam ações relevantes de “inclusão” cidadã, devido à necessidade de ter identidade, CPF, carteira de trabalho (SILVA, 2010).

De uma maneira geral, podemos concluir, em um primeiro momento, que o PBF traz algumas importantes contribuições, principalmente no que diz respeito à focalização da pobreza e da extrema pobreza, avançando no combate à fome e na interrupção do ciclo vicioso da miséria<sup>37</sup>. No entanto, como foi visto anteriormente, diversos autores identificam numerosas limitações no PBF, mesmo quando se aceita que houve, de acordo com o índice de GINI<sup>38</sup>, ao longo dos dois governos Lula, uma “diminuição” na desigualdade social brasileira. Porém, o fato é que tal redução não significou a retirada dessas famílias da condição de pobreza real, agindo de forma paliativa pelo subsídio ao consumo (ZIMMERMAN, 2015; KERSTENETZKY, 2009).

Por isso, insistimos, na persistência da baixa qualidade de serviços básicos (educação, saúde, saneamento, transporte), revelando terem ocorrido diminutas mudanças estruturais que não respondem à complexidade do fenômeno da pobreza na realidade brasileira. Todavia, em termos do fortalecimento do mercado interno de consumo de massas, a política de transferência de renda foi um sucesso para os governos Lula e o PT, já que a cidadania pelo consumo promoveu a circulação econômica, mesmo em locais com poucos recursos. Isso influenciou para a crença da diminuição da desigualdade e o aumento da perspectiva de mobilidade.

Sobre a mobilidade social na base da pirâmide brasileira, durante os anos de 2002 a 2010, há de se lembrar de que esta não se deve apenas a política de transferência de renda condicionada. Deve ser registrado que esta “ascensão social” acompanha o fortalecimento no poder de consumo de uma massa trabalhadora de baixa remuneração em decorrência da

---

<sup>36</sup> Destaque para a região Nordeste que possui mais de 50% dos beneficiários visto que em seu território localizam-se as cidades brasileiras mais pobres. (OLIVA, 2010; ZIMMERMAN, 2015; SILVA, 2010).

<sup>37</sup> Ver Tabela 2 - Pobreza no Brasil em % da população total – 1995/2009, p. 99;

<sup>38</sup> Ver Tabela 3 - Brasil – Coeficiente de Gini – 1995/2009, p. 100;

valorização real do salário mínimo<sup>39</sup>, do aumento do número de empregos formais e da expansão do crédito. Isso possibilitou lograr a denominação de “nova classe média brasileira”, procurando dar destaque a uma “ascensão social” determinada pelo aumento da renda, por um novo padrão de consumo da base social, como lembra Pochmann, causando um efeito propagandístico.

A melhoria na renda impactou o consumo de grande parte da população de baixa remuneração, contribuindo para a redução da pobreza e da desigualdade de renda no Brasil. Nos segmentos tradicionais de classe média assalariada, a mobilidade social não se apresentou considerável, salvo em segmentos proprietários de pequenos negócios e autônomos. (POCHMANN, 2014, p. 43)

Acrescentemos ainda outros dois conjuntos de fatores importantes para a “mobilidade” dessa massa de trabalhadores: i) Além da formalização do emprego, houve uma redução no número de desempregados, maior fiscalização do Ministério do trabalho e políticas de inclusão à previdência social; ii) No tocante ao crédito, vale ressaltar a atuação dos bancos públicos e o aumento nos recursos sobre o microcrédito produtivo para pequenos empreendedores assim como a agricultura familiar, o microcrédito para o consumo urbano, além da expansão do crédito consignado (OLIVA, 2010). Temos, então, uma “ascensão” de uma grande massa de trabalhadores, principalmente obtendo rendimentos médios de 1 a 2 salários mínimos, que passaram a consumir bens duráveis, como televisão, geladeira, fogão, micro-ondas, computador entre outros. Contudo tais mudanças não representaram, efetivamente, a saída de uma condição de vida da base social pobre para a média, como divulgou a propaganda governamental. Era necessário considerar, também, outros aspectos relativos à qualificação da vida social, como educação, saúde, saneamento, transporte, entre outros para se concluir por uma mudança efetiva de classe social inferior para um status superior. É o que deduzimos com Pochmann:

Esse importante movimento social não se converteu, contudo, na constituição de uma nova classe social, tampouco permite que se enquadrem os novos consumidores no segmento de classe média. (...) Trata-se fundamentalmente, da recomposição da classe trabalhadora em novas bases de consumo (...) (POCHMANN, 2014, p. 71)

Para uma melhor compreensão dos critérios de classificação da “nova classe média”, vejamos dois importantes estudos a respeito. O primeiro é da FGV e organizado por Marcelo Néri (2010), sendo baseado no “Critério Brasil”. Este trabalho “(...) divide a sociedade

---

<sup>39</sup> Ver Tabela 4 - Evolução do salário-mínimo\* - 1994/2010, p. 100.

brasileira em quatro faixas (AB, C, D, e E), cujos limites são dados pela renda, e tomando como referência algumas medidas, como mediana, decis, ou linha de miséria.” (SCALON; SALATA, 2012, pp. 387/388). Néri (2010, p. 25)<sup>40</sup> afirma; “(...) em suma, criamos então um índice de potencial de consumo que usa a métrica da renda como fio condutor e unidade de medida do indicador.”. Dessa forma, a pesquisa que foi desenvolvida trouxe valiosos dados sobre a melhoria dos rendimentos, principalmente na base da pirâmide social, e a positividade das políticas distributivas, produzindo uma redução na desigualdade de renda e permitindo o acesso ao consumo de tecnologias.

O outro estudo advém da formulação de Waldir Quadros (2008), economista da UNICAMP, que a partir dos dados sobre rendimento de cada família define cinco padrões de vida – alta classe média, média classe média, baixa classe média, massa trabalhadora, miseráveis<sup>41</sup> - pautados cada um em uma variação de rendimento. Aqui, o autor trata de basear-se em camadas e estratos, pautando-se em um detalhado estudo sobre a estrutura ocupacional que auxilia na definição desses padrões de vida, além de considerar o status social de cada sujeito. A pesquisa buscou entender a importância das políticas distributivas, a estabilidade monetária, o crescimento econômico e a redução da desigualdade de renda, como assinala Quadros:

Resumindo esta metodologia, os indivíduos que declaram rendimentos à PNAD são estratificados a partir das seguintes faixas de rendimentos declarados (que são associadas de forma impressionista a distintos “padrões de vida”). (...) Por sua vez, as famílias são classificadas no “padrão de vida” do seu membro melhor situado na estratificação individual, independente dos outros parâmetros usuais, tais como, rendimentos familiares per capita ou renda média familiar. (QUADROS, 2008, p.1)

Nestas duas análises, de metodologias distintas, os resultados e as conclusões são semelhantes, tanto para a ‘classe C’ de Néri como para a ‘baixa classe média’ de Quadros, ao ser sugerido que o aumento dos rendimentos implica a diminuição da desigualdade de renda, assegurando o sucesso das políticas distributivas no Brasil. Os estudos ressaltam, também, a diminuição na “classe D e E” assim como nos “miseráveis”, impulsionada pelas políticas de transferência de renda. Porém ao considerar, prioritariamente, a faixa de renda ou as ocupações e seus rendimentos, tais trabalhos negligenciam outras dimensões como anos de escolaridade, ocupação e gênero, acesso à saúde e saneamento, raça, e outras tantas variáveis

<sup>40</sup> Ver Quadro 7 – População por classes econômicas, p. 98

<sup>41</sup> Ver Quadro 5 – A estrutura social brasileira, p. 97; e Quadro 6 – estratificação dos indivíduos que declararam rendimentos no Brasil, p. 98.

que são capazes de amplificar o escopo social para o entendimento da complexa realidade brasileira.

Podemos entender, corroborando com Pochmann (2014, p. 113), que “o ciclo de modernização no padrão de consumo contemplou a incorporação de parcelas significativas da população situada na base da pirâmide social.” e ainda, “de forma tardia, o país incorporou uma parcela considerável da classe trabalhadora que ainda se mantinha a margem do acesso ao consumo de bens duráveis.” (POCHMANN, 2014, p. 114). A faixa C, assim, não pode ser considerada como nova e nem classe média, contudo é importante “(...) verificar até que ponto essa aproximação em termos de rendimentos (e poder de consumo) poderia levar a uma aproximação, ou até mesmo a uma assimilação, no campo social.” (SCALON; SALATA, 2012, p. 404).

#### *12.4 O lulismo*

A reeleição de Lula em 2006 é representativa não apenas pela incorporação de políticas desenvolvimentistas às políticas neoliberais, praticadas nos primeiros anos de governo, e que originariam o NDB. Há um elemento que não fazia parte do projeto nacional petista e foi simbolizado nessa segunda eleição de Lula e ao final do segundo mandato, cuja aprovação era de quase noventa por cento. Fazemos referência ao lulismo que, em linhas gerais, é a personalização do presidente Lula como um ídolo<sup>42</sup> que foi capaz de possibilitar a “mobilização” das massas na base da pirâmide social, “erradicando” a extrema pobreza e conferindo condições materiais para a melhoria do padrão de vida. Em outros termos é o que Singer (2009) chama de uma nova divisão entre ricos e pobres. As argumentações anteriores, que se propuseram a ilustrar os dois governos Lula, possibilita discordar dessa “eficiência” lulista, apesar do reconhecimento de avanços, principalmente, na política social. Contudo, antes de expormos outros elementos que reafirmem a problemática do lulismo, é importante compreender a trajetória e as razões que edificam esta terminação.

Um primeiro fator está na história do PT em que Secco (2015) divide em quatro grandes momentos: A formação do partido (1978-1983), composta pelo novo sindicalismo, destaque para os metalúrgicos e os bancários, o baixo clero da igreja católica, intelectuais e movimentos sociais; a oposição social (1984-1989), momento de intensa participação nas “diretas já” e pela redemocratização, principalmente, apoiando o voto direto para eleição

---

<sup>42</sup> Refiro-me a idolatria.

presidencial de 1988; a oposição parlamentar (1990-2002), período em que se colocava contra as políticas neoliberais, principalmente a minimização do Estado e a privatização de empresas públicas; e o partido de Governo (2003-2010), visto acima.

É preciso pontuar a heterogeneidade que o PT possuía, entendida como uma qualidade, por ser capaz de agregar distintas demandas coletivas. Contudo, a racionalização burocrática dentro do partido – criação de secretarias -, a partir da segunda metade dos anos oitenta, gerou um núcleo dirigente, assumido pela burocracia partidária paulista, principalmente os metalúrgicos e os bancários. Esta prevalência de um específico grupo, na década de 1990, alinhou a organização burocrática com o saber técnico, como nos esclarece Ricci:

A fusão do poder da burocracia partidária com o poder do saber técnico (de especialista em marketing e temas específicos em políticas públicas) gerou uma nova estrutura partidária, mais centralizada, mais profissional, mais técnica e menos dinâmica e participativa que deu vazão, a que denominamos de lulismo. O lulismo (...) tornou-se mais personalista e centralizador e buscou sua legitimação pela precisão técnica, pela negociação, pelo controle político e pela sedução do discurso afetivo de liderança partidária. (RICCI, 2013, pp. 44/45)

O autor ilustra bem o segundo fator que é a liderança centralizadora e autônoma de Lula. A criação do Instituto Cidadania – atualmente conhecido como Instituto Lula – logo após as eleições de Collor foi fundamental, pois era neste espaço que o presidente de honra do PT passou a debater sobre as conjunturas políticas do Brasil e os seus programas de governo. Sader reflete:

(...) logo se consolidou como um instituto propriamente dito e encarregou-se da formulação das plataformas de campanha de Lula, de certa forma substituindo as instâncias partidárias. Ao mesmo tempo, Lula desligou-se da presidência do PT; o fato de exercer um cargo honorífico distanciou-o dos conflitos das lutas internas do partido. (SADER, 2009, p. 82)

Sader ainda reforça as mudanças ideológicas que o PT passava na década de 1990, sublinhadas por Ricci, distanciando-se das lutas sociais e dos mecanismos de consulta de base assim como das teses do Fórum Social Mundial, do orçamento participativo e do MST (SADER, 2009). Singer, por seu lado, é preciso ao resumir o estado de espírito do PT atual: ao afirmar que na sua memória, é guardado o espírito de Sion, aquele local onde o projeto petista originário nasceu baseado na luta de classes; e no seu presente, o espírito do Anhembi, sob a liderança de Lula, em que estabeleceu os critérios da governabilidade atual: ajuste fiscal, dívida externa e projeto desenvolvimentista. Diz Singer:

É claro que a luta de classes perdeu o lugar central na cena em que fora colocado pelo espírito do Sion. Ela foi substituída, como se vê, por um projeto nacional-popular, que não é incompatível com os interesses do capital. Segundo o programa aprovado em 2010, o Estado deverá promover o “crescimento da renda dos trabalhadores, não só pelos aumentos salariais, mas por eficientes políticas públicas de educação, saúde, transporte, habitação e saneamento”, mas, concomitantemente, aprofundar “as políticas creditícias para o setor produtivo por parte do BNDES” e apoiar a “internacionalização das empresas brasileiras”. Trata-se de um capitalismo com forte presença estatal, de distribuição da renda sem confronto, que lembra o ideário varguista. (SINGER, 2010, p. 110)

O terceiro fator é mais recente e ocorre durante a reeleição de 2006. O PT tinha entre seus principais eleitores os grupos oriundos da classe média urbana – não há qualquer referência com a “nova” classe média –, principalmente, por sua composição ser fundada em setores do operariado urbano e da burocracia pública. Esta composição, do novo sindicalismo e, posteriormente, da Central Única de trabalhadores (CUT) ocuparam um amplo espaço na direção do partido o que levou a disputas internas, prevalecendo, muitas vezes, o interesse dos sindicalistas da CUT. Um exemplo foi o pouco espaço dado para as lideranças rurais, em determinado momento, pelos dirigentes urbanos do partido (RICCI, 2010). A partir de dados da campanha de 1989 e 2002, Singer (2009) afirma a forte presença daquele núcleo de eleitores das camadas médias urbanas. E ainda acrescenta, que o eleitorado mais pobre, principalmente, aquele que se localiza no Nordeste e no Norte identificava-se com os partidos mais à “direita” – PMDB e PFL (atual DEM). Sobre a complexidade das nomenclaturas ideológicas, vale lembrar o sociólogo Florestan Fernandes, quando este aponta para as dificuldades da “esquerda” numa sociedade como a brasileira:

A esquerda não tinha capacidade de mobilização para enfrentar uma tradição quase que senhorial de poder que existe em todo o Brasil, não só no norte e no nordeste, como também, em escala menor, nas regiões sul, sudeste e extremo sul: a tradição dos caudilhos eleitorais. É verdade que os grandes caudilhos eleitorais estão no nordeste e, em parte, no norte. Nessas regiões, o voto pode ser comprado. De diversas formas, inclusive as tradicionais, como parte de uma lealdade, de uma reciprocidade mal entendida de uma pessoa que recebe um favor e acha que pode compensar pelo voto, quando o voto deveria estar separado de qualquer injunção dessa espécie, porque envolve secularização de atitudes e de comportamento. O voto comprado acaba sendo altamente cômodo para muitos políticos, que já nem se interessam pela campanha, só se interessam pela quantia que vão ter de investir. Com tanto dinheiro, pode-se comprar tantos votos. E há alguns que custam baratíssimo, porque é uma mercadoria desvalorizada. (FERNANDES, 1995, p. 190).

O fato é que este cenário é completamente invertido em 2005: por um lado, a classe média urbana desiludida com o PT devido aos seguidos escândalos de corrupção que representaram o “mensalão”; por outro, a massa da base da pirâmide social, denominada por Singer de subproletariado, que viu um Estado atuante, principalmente, no Nordeste propiciando melhorias nas condições de vida através das políticas distributivas. Este novo panorama, permitiu a partir da reeleição de 2006 e nos anos seguintes, com a elevação robusta de políticas desenvolvimentistas, a consolidação do fenômeno lulismo. É importante, também, ressaltar que tal fortalecimento se configurou apenas na personificação de Lula, o PT, como afirma Singer (2009), não conseguiu, em um primeiro momento, transferir para si os votos do lulismo, apenas em eleições posteriores é que este capital político é incorporado pelo partido.

O que temos, então, é um projeto de poder híbrido, formado nas memórias do nacional desenvolvimentismo e das práticas neoliberais, denominado como NDB, que se apoia no carisma de Lula e na novidade política, que foi representada pelo PT. Mas a utopia dissipou-se ante a um “novo” pacto de poder e a manutenção de uma democracia elitista, além do protagonismo do discurso econômico que sugere a superação da desigualdade de renda pela inclusão no mercado de consumo de massas; o novo do NDB demonstrou ser mais uma ficção que realidade.

## PARTE IV

### FUTURO?

#### 13 O NDB à luz da crítica decolonial

Como, então, definir o NDB? Podemos colocá-lo como um projeto político, gestado pelo PT e sob a liderança de Lula, que começou a ser construído nas eleições presidenciais de 2002. Entre as características deste (novo) desenvolvimento estão: i) as políticas econômicas híbridas inspiradas, tanto por ideologias desenvolvimentistas como as neoliberais; ii) a ideia de alinhar o crescimento econômico com a redução da desigualdade social, considerando-se o fortalecimento e a dinamização do mercado interno de consumo de massas como central para seu sucesso; e iii) a idealização de uma relação mais simétrica entre Estado e mercado, tidos como instituições fortes e complementares, em que o primeiro funciona na gestão e no planejamento nacional, implementando medidas econômicas que auxiliem o segundo, que por sua vez, baseia-se no capitalismo/especulativo/financeiro de grandes corporações.

Em termo da governabilidade brasileira, Lula e o PT, apoiaram-se em um “novo” pacto de poder que foi capaz de fundar uma aliança pluriclassista de setores heterogêneos da pirâmide social – grupos da burguesia brasileira, da burocracia pública, dos sindicatos, intelectuais, movimentos e associações sociais. Aqui, adequou-se às questões sociais, fundamentais dentro de um discurso de esquerda, às demandas prioritárias do grande capital. Por fim, o respaldo do lulismo como “programa de modernização e gerenciamento político” e, ainda, como um “representante deste discurso de inclusão” (RICCI, 2013, pp. 94/95).

O quadro geral, descrito acima, resume a proposta deste trabalho, que foi voltado à compreensão da recente ideologia do (novo) desenvolvimento brasileiro, durante os oito anos de governo Lula (2003-2010). A reunião e a análise do material, tanto os artigos da REP como outros trabalhos produzidos sobre o período, permite avançar para algumas conclusões. Para isso retornaremos aos marcadores decoloniais do desenvolvimento, explorando-os dentro da perspectiva crítica da decolonialidade, observando possíveis alternativas das alternativas.

### *As variáveis econômicas*

As variáveis econômicas são representadas, sobretudo, pelo PIB, pela renda, pelas taxas de juro e de inflação, sendo apresentadas, na maior parte das vezes, como os resultados positivos ou negativos do discurso economicista. É através destes indicadores econômicos que os intelectuais economistas avaliam a efetividade das ideias e das políticas de desenvolvimento, objetivando seus usos, principalmente, em projeções especulativas futuras. Tais variáveis são úteis para medir as riquezas materiais, mas insuficientes para avaliar as riquezas sociais e culturais que são fundamentais para a organização moral e política da cidadania. Ou seja, as variáveis econômicas, e somente elas, são insuficientes para revelar o conhecimento “total” da realidade social.

A perspectiva decolonial, ao focalizar um conjunto mais amplo de elementos que interfere na organização das riquezas sociais e culturais de uma sociedade, revela a incompletude destes indicadores econômicos. Essas variáveis utilitaristas legitimam, “cientificamente”, os discursos dos economistas sobre o desenvolvimento, mas escondem os fundamentos morais e hierárquicos das estruturas de poder. A heterogeneidade da sociedade civil, em particular à brasileira, circunscreve-se por relações hierárquicas que se apresentam nas distinções econômicas, políticas, culturais, sexuais, raciais, religiosas, entre outras. O conjunto destas diferenciações pode e deve ser operada como variáveis ou categorias que exprimam a máxima totalidade da realidade social vivida. Através dessa “completude” é que podemos ter um entendimento mais amplo do contexto da crise do desenvolvimento, inclusive buscando o ideal democrático utópico *do reconhecimento da igualdade pela diferença*.

### *Crescimento econômico*

A utopia do crescimento econômico, que inspira tanto o NDB como os economistas, é o meio-fim a ser alcançado e o principal alicerce para pensar o desenvolvimento como programa de modernização. Por um lado, é o meio utilizado para gerar ou não o crescimento das variáveis econômicas com o intuito de estimular possíveis melhorias na distribuição de renda, segundo a lógica do NDB. Por outro, é um fim em si mesmo, pois o crescimento desperta o desejo de crescer ilimitadamente, o que é uma ilusão com impactos ambientais e sociais bastante negativos. Nesse sentido, a receita para o desenvolvimento é: em épocas de

baixo crescimento econômico, promove-se o ajuste fiscal, a elevação das taxas de juros e o controle da inflação; enquanto em épocas de elevado crescimento econômico, políticas de estímulo à produção e exportação e ao consumo interno.

Para a decolonialidade este ideário de desenvolvimento, limitado ao econômico, não promove o social, apenas serve para reproduzir o capitalismo em condições de colonialidade. Para romper com esta equação são necessárias mudanças estruturais no campo da economia, da política, da cultura e da moral. Precisa-se investir na qualificação do bem-estar social, em infraestrutura e na acessibilidade, garantindo o direito universal de todos às condições básicas de produção coletiva da cidadania. Mas como fazer tais transformações se a maior parte do investimento e do esforço é para continuar a crescer economicamente e/ou manter a estabilidade da economia? Logo, o desafio é romper com este ideário central no econômico e dialogar com os demais campos – político, cultural e social – de forma a valorizar novas experiências e saberes que permitam visualizar alternativas, apontando para caminhos de *uma agenda positiva de demandas plurais e coletivas*.

#### *A relação entre mercado; Estado; e a heterogênea sociedade civil*

Para os economistas e o NDB, o mercado aparenta ser o campo em que ocorrem apenas as trocas econômicas. As relações sociais, que estão enredadas pelo complexo sistema capital/trabalho/exploração, são vistas apenas como uma derivação do desempenho de atores produtores e consumidores. É com esta visão que o discurso economicista vai compreender a relação entre mercado; Estado; e heterogênea sociedade civil; mesmo no caso do NDB, em que há uma imbricação de práticas neoliberais, neo-estruturalista e do keynesianismo contemporâneo.

Seguindo a perspectiva heterodoxa presente no NDB, mercado e Estado se encontram distanciados da sociedade civil. Entre estas instituições são estabelecidas as políticas desenvolvimentistas, baseadas no crescimento econômico e nas variáveis econômicas, relegando à sociedade civil ao segundo plano, ao considerá-la uma esfera auxiliar nos processos de tomadas de decisões sobre a modernização econômica. No NDB a intervenção estatal é considerada como estratégica ao praticar políticas auxiliaadoras ao mercado, deixando-o, por sua vez, livre para ser um espaço de trocas econômicas. O Estado, aqui, exerce o papel de um gestor, tanto no planejamento nacional como aplicando ajustes

econômicos mediante as políticas fiscais, monetárias e financeiras; além de estimular investimentos estruturais.

Vale registrar que o livre-mercado, no NDB, não se torna menos colonizador com a atuação mais presente do Estado que se situa em um papel mais associativo e menos interventor. Nesse sentido, a cultura de mercado no NDB é estimulada pelo favorecimento, através da redução de impostos, por exemplo, dos setores produtores de bens de duráveis e não duráveis. Esta ideologia do consumo vai favorecer um mercado interno de consumo de massas que expande o *homo economicus*, uma representação utilitarista da cidadania cujos valores individualistas e consumistas estão acima dos valores coletivos de solidariedade.

Aqui, a crítica decolonial aponta para os perigos do distanciamento da heterogênea sociedade civil em relação às esferas da economia e da política, na medida em que a alienação dos indivíduos, em relação às responsabilidades coletivas na gestão do bem comum, favorece o poder de mando dos governantes. Estes dirigentes se sentem mais livres para manobrar politicamente as decisões em favor dos grupos de interesse do grande capital. A construção de políticas de desenvolvimento não deveria ser feita de cima para baixo, mas deveria incluir o maior número possível de atores individuais e coletivos da sociedade civil de modo a implicar a todos nas grandes decisões relativas ao desenvolvimento e à democracia. Não deveria partir, apenas, das elites as decisões estratégicas, pois a concentração de poder e renda colonizam ainda mais o conjunto da sociedade interferindo sobre as perspectivas de se repensar o desenvolvimento. As massas, através dos movimentos sociais e dos centros comunitários, devem ser ouvidas de forma a valorizar as experiências, os saberes e as tradições. Por isso *novos canais de diálogo e maior participação social* que estimulem uma maior democratização das democracias.

### *A questão nacional*

A questão nacional está no entremeio de uma globalização que aproxima e alarga a interdependência dos Estados nacionais, por um lado, e que explicita uma pluralização de identidades e complexifica as demandas coletivas, por outro. Assim, indagações a ideia de nação é relevante para se desconstruir a utópica homogeneidade da identidade nacional, mesmo em um contexto global, sendo instrumentalizada para a expansão dos grupos econômicos “nacionais” ao nível internacional, vide o caso brasileiro e o apoio do lulismo às grandes empreiteiras que atuam no exterior. Os economistas que inspiraram o NDB

reconhecem a importância do tema, inclusive as políticas de desenvolvimento visaram incentivar empresas “nacionais” oferecendo suporte econômico e político, para que se tornassem competitivas e pudessem se expandir para países de renda baixa<sup>43</sup>.

Internamente, a inclusão social pelo consumo criou um falso clima de prosperidade e ascensão social que camuflou o processo de corrosão do capital simbólico comunitário que foi desorganizado pelo consumismo, não permitindo se compreender os fundamentos estruturais da heterogênea sociedade brasileira. A compreensão não utilitarista e mais ampliada da cidadania exigiria: i) olhar além dos universos dos rendimentos, por mais que isso seja parte para a melhoria das condições de vida. ii) pensar o nacional no global desde investimentos em áreas prioritárias como educação, saúde, saneamento, locomoção, segurança, meio ambiente e planejamento urbano e agrário. A decolonialidade sugere, então, o reconhecimento de modernidades alternativas, ou seja, a simbiose do global e do local e a troca entre si dos múltiplos conhecimentos. Pelo glocal, se pode apreciar a transnacionalidade sem destruir as tradições imersas nas fronteiras. A zona fronteira é o espaço de encontro do cosmopolita com o nativo para um diálogo inter e multi cultural. Para a demarcação desse lugar, *estímulos a uma cultura cosmopolita e convivalista*.

## 14 Considerações Finais

### *Uma democracia elitista*

A guinada “reformista conservadora” do discurso petista e dos dois governos Lula, somadas à complexificação das demandas coletivas da heterogênea sociedade civil, vem aprofundando rupturas políticas e epistemológicas na sociedade brasileira. Tais fatos apontam para uma crise da representatividade, tanto do sujeito como dos partidos políticos, que expõe ainda mais o distanciamento ideológico e a ausência de interesses comuns entre representantes e representados. O NDB é contribuidor ao manter um discurso desenvolvimentista, de base econômica e que ainda vigora mundialmente, apoiando setores desenvolvimentistas da burguesia brasileira ao priorizar o atendimento dos interesses do grande capital. O cenário acima tem revelado a real face da sociedade e do sistema político brasileiro, demonstrando “(...) o fosso entre país legal e o país real que permite a presença do

---

<sup>43</sup> Países que ainda não passaram pelo processo de industrialização.

*lobby*, da corrupção e dos interesses privados de curto prazo sobre a legislação política e econômica” (GAUP, 1993 *apud* HOLANDA, 2010, p. 76).

Temos, então, por um lado, um discurso fundado na ideia de democracia participativa e políticas redistributivistas e, por outro, um regime político que amplia as bases clientelistas tradicionais para assegurar o controle do poder estatal. A intervenção estatal, teoricamente, deveria assegurar a ampla inclusão social, reduzindo a desigualdade, mas, na prática, o que há é um conjunto de alianças entre setores políticos, burocráticos e empresariais que foi realizado de modo excludente e privatista. Com a grande concentração de renda e do poder político, o Brasil afirma-se, assim como em tantos outros países, ser uma democracia representativa elitista (SANTOS; AVRITZER, 2005). Tal contexto permite refletir como os interesses individuais sobrepõem-se aos coletivos, servindo como base ideológica para a dominação de uma minoria que detêm o monopólio do poder e da riqueza. O poder oligárquico internacional, ou seja, aquela rede de atores formada por setores da alta burguesia financeira e da economia global se apresenta, agora, como uma rede de grupos transnacionais que interfere tanto sobre o desempenho da economia mundial como nas sociedades locais. A influência dessa elite cosmopolita determina os rumos políticos e econômicos dos inúmeros regimes democráticos, igualmente do Brasil.

O dilema está em saber como, por um lado, se pode fortalecer a pluralizada sociedade “nacional” e a economia local num contexto de internacionalização do capital e, por outro, como promover o acesso universal dos dispositivos institucionais, administrativos e jurídicos necessários a assegurar o bem estar coletivo no interior dos espaços locais, contribuindo para melhorias nas condições da vida cotidiana. Para isso, a modernização do Estado brasileiro, no interior da sociedade global, necessita considerar a organização material, política e cultural da heterogênea sociedade civil como prioridade do desenvolvimento. É preciso haver sensibilidade e compromisso político dos governantes com a base social e com as múltiplas demandas da heterogênea sociedade civil, sem negar e/ou engessar a voz dos movimentos sociais e outras formas de associação civil, que tratam de dialogar e apresentar agendas positivas de demandas coletivas. No NDB foi possível observar uma realidade contrária a esta alternativa de aproximação com os setores menos favorecidos da sociedade, quando consideramos que o estímulo ao consumo popular esconde uma visão muito limitada do ideal de cidadania.

A busca de (re)centralizar sob o Estado o gerenciamento das diversas políticas econômicas, dentro do NDB, tinha o objetivo de aproximar a gestão pública dos modelos de gestão privatista, incentivando a ampliação de empresas nacionais e internacionais nos planos

interno e internacional. Acrescente ainda, o aumento real do poder aquisitivo da população pela valorização real do salário mínimo, expansão do crédito e programas de transferência de renda, não tinha o sentido de fortalecer a base da pirâmide social, mas incluí-los como agentes da cadeia de consumidores de bens no mercado interno. A ausência de interesse efetivo na promoção da cidadania democrática se revela pela ausência de ações mais consistentes nos planos da educação, da saúde, da mobilidade urbana e interurbana, da segurança, do direito, da transparência governamental. Isto coloca a seguinte questão: que caminhos são possíveis para se repensar a democratização da democracia, em especial a brasileira?

#### *A manutenção das desigualdades e dos processos de exclusão social*

O discurso das políticas distributivas no NDB não dá ênfase ao enfrentamento da desigualdade, tanto no nível teórico como prático. O principal programa de assistência social dos governos Lula, o PBF, instituído a partir da junção de outros programas, é exemplo disto. No entanto, como o objetivo central do programa não é o favorecimento da solidariedade civil e associativa, esta possibilidade redistributiva fica apenas como uma potencialidade. De fato, o PBF se constitui num programa de transferência de renda para classes baixas sem valorizar a qualificação da vida. Valorizam-se os indivíduos, como consumidores ativos para “movimentar” a economia local e nacional, sem levar a sério a eventual contribuição deste tipo de política para motivar a cidadania solidária e a vivência cívica.

Tal visão restritiva é ainda mais perceptível quando nos indagamos sobre a natureza social da “nova” classe média (classe C), sobretudo quando observarmos que ela é sustentada pela facilitação do crédito e pelo rolamento de dívidas (DOMINGUES, 2007). Na verdade, o critério de medição para a determinação de “pertencimento” de um indivíduo a classe C não se funda em quaisquer orientações sociológicas, mas simplesmente no valor da renda familiar e na sua possibilidade de canalização para o consumo. A própria manutenção de um salário mínimo, com reajustes anuais acima da inflação, além do estímulo ao trabalho formal, reforça a preocupação em dar acesso a uma renda mínima, sem consideração de reflexões mais amplas sobre a cidadania, a socialização e a organização do direito a vida. Neste contexto, o NDB não sobrevive aos limites numéricos do crescimento econômico, sem obter sucesso na superação do distanciamento histórico entre os grupos populares e médios e às elites.

Concomitante ao discurso social solidificou-se o lulismo que foi concebido no imaginário da sociedade brasileira como figura libertária. O presidente Lula tornou-se a

representação dessas populações estigmatizadas e marginalizadas pela desigualdade econômica e social. O discurso social conferido pelo tripé – PBF, salário mínimo e crédito para consumo – explicou a popularização das gestões petistas nos últimos anos (SINGER, 2009). Na perspectiva de legitimação ideológica do Governo, o lulismo contribuiu para organizar a crença a respeito do sucesso social do modelo de desenvolvimento. Nesta ótica, muito se difundiu o discurso de que as classes populares estariam ascendendo na hierarquia social melhorando efetivamente a qualidade de vida. Todavia, a impressão de ascensão social e melhoria no bem-estar são limitadas na prática, principalmente, pela persistência da desigualdade socioeconômica e do agravamento da precarização da vida (CATTANI, 2005; 2007).

O discurso economicista é restrito por reduzir a pobreza e a desigualdade a um problema de renda, o que não responde à complexidade sociológica da realidade. Estilos de vida e rotinas diárias, que fundam o pertencimento social, não são meros acessórios normativos, sendo fundamentais para a compreensão de aspectos simbólicos determinantes na qualificação da vida (SCALON, 2011). Mas, o discurso social das políticas distributivas e o lulismo parecem ser insensíveis ao entendimento da complexidade das razões que explicam as raízes da desigualdade social brasileira. Esse déficit de percepção é compartilhado, na verdade, por todos que aderiram ao modelo de desenvolvimento econômico hegemônico, e que não entendem o valor político do marcador desigualdade que vem se ampliando apesar da retórica contrária.

Dessa forma, a crítica ao NDB e à identificação complicada deste com aquele desenvolvimento neoliberal, exige reconhecer os limites do pacto de poder hegemônico e a importância de se levar a sério a construção social da cidadania. Somente assim, pode-se ressignificar o desenvolvimento, mediante novas perspectivas de mudança social, para novos modelos em que o elemento econômico esteja situado com mesmo peso de outros como o social, o político, o cultural e o moral. O direito à vida e a qualificação do social devem perpassar a ideia de desenvolver, como vemos em outros países que valorizam o bem-estar social, como as democracias escandinavas. Dentro do contexto latino-americano, também, é possível observar outras experiências concretas de valorização dos aspectos não somente econômico, como político, social e cultural: é o caso da Argentina e do Uruguai, com altos índices sociais; além da Bolívia e Equador que estão buscando rediscutir em profundidade os direitos coletivos e as utopias sociais como aquelas do *Bien Vivir* (FARAH; GIL, 2012). Assim, as adversidades e as crises devem servir como motivações políticas justas para repensarmos as utopias coletivas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Negociando a Reforma: a privatização de empresas públicas no Brasil. **Dados**. vol. 42, n.3, 1999. (pp. 421-451)
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. A. A. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- BACHA, Edmar. Elementos para uma Economia Política das Reformas no Governo Lula. **Revista de Economia Política**, vol. 24, nº 1 (93), jan/mar de 2004.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio/ago de 2013. (pp. 89-117)
- BARBOSA, Nelson e SOUZA, J. A. P. A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (orgs.). **Brasil: entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2010.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington e a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, B. et al. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. São Paulo, Paz e Terra, 1994.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O capital e as suas metamorfoses**. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.
- BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 87, 2010.
- BIELSCHOWSKY Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. Ed. Rio de Janeiro Contraponto, 2004.
- BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BOBBIO, Noberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- BOCK, Keneth. Teorias do Progresso, Desenvolvimento e Evolução. IN: BOTTOMORE, T. B.; NISBET, R. A. **Historia da análise sociológica**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1980.
- BOSCHI, Renato; GAITAN, Flávio. Neodesenvolvimentismo. In: IVO, A. B. L. (org.) **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2013.
- BOTELHO, André; RUGAI, Elide. Para uma sociologia dos intelectuais. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, vol.53, no.4, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Brasil, sociedade nacional- dependente. **Novos estudos**, n. 93, julho de 2012.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (pp. 154/164)

\_\_\_\_\_. Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo. **Revista de sociologia e política** v. 21, nº 47: 21-29 set. de 2013.

\_\_\_\_\_. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 2 (102), pp. 203-230 abr/jun de 2006.

\_\_\_\_\_; GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 4 (120), pp. 663-686, out/dez de 2010.

\_\_\_\_\_. O Segundo Consenso de Washington e a Quase estagnação da Economia Brasileira. **Revista de Economia Política**, vol. 23, nº 3 (91), jul/set de 2003.

\_\_\_\_\_. Proposta de Desenvolvimento para o Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 24, nº 4 (96), out/dez de 2004.

\_\_\_\_\_; NAKANO, Yoshiaki. Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade. **Revista de Economia Política**, vol. 22, nº 3 (87), jul/set de 2002.

CAILLÉ, Alain. **A demissão dos intelectuais** – a crise das ciências sociais e o esquecimento do factor político. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 8. ed. -. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2004.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (orgs.). **A teoria marxista hoje** – Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

\_\_\_\_\_. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO, 2009

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon. "Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico", In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (coords.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 7º ed, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003

CATTANI, Antonio David. A vida precária: bases para a nova submissão. In: \_\_\_\_\_; DÍAZ, L. M. (orgs.). **Desigualdades na América latina: novas perspectivas analíticas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. (pp. 51/71)

\_\_\_\_\_. **Desigualdades socioeconômicas: conceitos e problemas de pesquisa**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul/dez de 2007.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

COLOMBO, Enzo. Descrever o social – A arte de escrever a pesquisa empírica. In: MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva** - pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes. 2005. (pp. 265/288)

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-neoliberal**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007. (Humanitas).

DOMINGUES, Jose Mauricio. O primeiro governo Lula: um balanço crítico. In: \_\_\_\_\_. **Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (pp. 209/248)

DUSSEL, Enrique. "Europa, modernidad y eurocentrismo", In: LANDER, E. (coord.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

ECHANDÍA, C. P.; GÓMEZ, Á. D.; e VOMMARO, P. (compiladores). **Acercamientos metodológicos a la subjetivación política: debates latinoamericanos**.-- 1a ed. -- Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas: CLACSO, 2013.

ERBER, Fabio S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 1 (121), pp. 31-55, jan/mar de 2011.

FALETTO, Enzo. La CEPAL y la sociología del desarrollo. In: \_\_\_\_\_. **Dimensiones sociales, políticas y culturales del desarrollo**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO. 2009

FARAH, Ivone; GIL, Mauricio. Modernidades alternativas; uma discussão desde a Bolívia. In: MARTINS, P. H.; RODRIGUES, C. (orgs). **Fronteiras abertas da América Latina: Dialogo na ALAS - Associação Latino-Americana de Sociologia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

FERNANDES, Florestan. Entrevista a Fátima Murad. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 7(1-2): 185-195, outubro de 1995

FIORI, José Luís. Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_, José L. **O vôo da coruja**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: (formação histórica e problema)**. 4. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

\_\_\_\_\_. (1968) **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GOMEZ, Rodolfo. Las teorías del Estado en el capitalismo latinoamericano. In: **Crítica y emancipación**. Revista latinoamericana de ciencias sociales. Año IV, n.7, primero semestre de 2012

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. COUTINHO, C. N. (org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. (pp. 455/491)

GUDYNAS, Eduardo. La crisis global y el capitalismo benévolo de la nueva izquierda criolla. In: MASSUH, Gabriela. **Renunciar al bien común: extractivismo y (pos) desarrollo en América Latina**. Buenos Aires, Mardulce, 2012.

GUIMARÃES, Cleber Pacheco. Análise Crítica do Discurso: Reflexões sobre Contexto em van Dijk e Fairclough. **Eutomia - Revista de Literatura e Linguística**. Edição 9/ano V/ jul de 2012.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: \_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2011a. (p. 115/184)

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2011b.

HAYEK, Friedrich Augusto von. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Ed. Visão, 1983.

HOLANDA, Francisco U. Xavier. A democracia na América Latina: desafios contemporâneos para um território problema. In: SOUSA, F. J. P. (Org.). **Poder e Políticas Públicas na América Latina**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

IÑIGUEZ, Lupicinio (coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis, RJ; Vozes, 2004.

IANNI, Octavio. **Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro**. 3a ed. rev. e aum. São Paulo: Ática, 1989.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Políticas Sociais: focalização ou universalização? **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 4 (104), out/dez de 2006 (pp. 564-574)

\_\_\_\_\_. Redistribuição e desenvolvimento? A Economia Política do Programa Bolsa Família. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. v. 52, n. 1, p. 53-83, 2009.

KRUGMAN, Paul. Crescimento da desigualdade social gira em torno do poder, não da educação. **UOL Notícias**. São Paulo, 24 de fev. de 2015. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/paul-krugman/2015/02/24/crescimento-da-desigualdade-social-gira-em-torno-do-poder-nao-da-educacao.htm>

MADOERY, Oscar. El desarrollo como categoría política. IN: **Crítica y emancipación. Revista latinoamericana de ciencias sociales**. Año IV, n.7, primeiro semestre de 2012. (pp. 59/84)

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida Nova Estratégia de Desenvolvimento para o Brasil: um Enfoque de Longo Prazo. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 2 (102), abr/jun de 2006 (pp. 186-202)

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4.ed. -. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. (Compilador: MARTINS, Carlos Eduardo) **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 1 (101), jan/mar de 2006 (pp. 58-74).

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Projetos de modernidade na América Latina. In: DOMINGUES, J. M. e MANEIRO, M. (orgs.). **América Latina hoje – conceitos e interpretações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Paulo Henrique. **Imagens ambivalentes da globalização**. In: Estudos de Sociologia, Revista PPGS UFPE. vol.5, n.2, jul/dez. 2001 (pp. 95/118)

\_\_\_\_\_. **La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidaria**. 1ªed. Buenos Aires: Fundación CICCUS; Estudios Sociológicos Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. La Liberación de América Latina como Sistema-Mundo: Impactos sobre el entendimiento del desarrollo. In: FARAH, I. e TEJERINA (Orgs.). **Vivir bien: Infancia, género y economía. Entre la teoría y la práctica**. La Paz: CIDES/UNICEF, 2013a. (pp. 67-88).

\_\_\_\_\_. Modelos de desarrollo e indicadores de riqueza: el caso de América Latina. **Mundo Siglo XXI - Revista del Centro de Investigaciones Económicas, Administrativas y Sociales del Instituto Politécnico Nacional**, v. 31, 2013b. (pp. 77-100).

\_\_\_\_\_; BENZAQUEN, Julia. Proposta de matriz metodológica transnacional. **Texto para discussão interna**. NESG/PPGS/UFPE, Recife, 2013.

MARTINS, Paulo Henrique et al. Modelos Alternativos de desenvolvimento. In: MARTINS, P. H.; SILVA, M. A.; LIRA, B. F.; LEÃO, E. L. S. (orgs.). **Guia Sobre Pós-Desenvolvimento e Novos Horizontes Utópicos**. Estudos Sociológicos Editora. Buenos Aires, Argentina, 2014.

MATTEI, Lauro. Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 1 (130), jan/mar de 2013. (pp. 41-59).

MEDEIROS, Rogério de Souza; GODOY, José Henrique Artigas. Desenvolvimento, território e políticas sociais: Suape e uma nova agenda de pesquisa sobre os impactos sociais de grandes projetos. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 12, 2015. (p. 77-100)

MICELLI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina - La herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 2 (131), abr/jun de 2013. (pp. 222-239).

NERI, Marcelo Cortês (coord.). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

\_\_\_\_\_. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

PREBISCH, Raul. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. CEPAL. 1949. Disponível em: [http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch\\_el\\_desarrollo\\_eco.pdf](http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch_el_desarrollo_eco.pdf)

OLIVA, Aloizio Mercadante. As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010). **Tese de doutorado UNICAMP**. Campinas, SP. 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, E.; GENTILI, P. A. A. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PAULANI, Leda Maria. Brasil Delivery: A Política Econômica do Governo Lula. **Revista de Economia Política**, vol. 23, nº 4 (92), out/dez de 2003.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PINHEIRO FILHO, Antonio Fernando. Intelectuais – perfil de grupo e esboço de definição. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (orgs.) **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Cia das Letras, 2011

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

\_\_\_\_\_. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000

QUADROS, Waldir. **A evolução recente da estrutura social brasileira**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 148, nov. de 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e classificação social. IN: SANTOS, B. S. de (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. El fantasma del desarrollo en América Latina IN: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol 6, n. 2, 2000.

RICCI, Rudá. **Lulismo** – Da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira. Brasília: Fund. Astrojildo Pereira/ Rio: Contraponto, 2013.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. **A Nova Retórica do Capital: A Publicidade Brasileira em Tempos Neoliberais**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROJO, Luiza Martin. A fronteira interior – análise crítica do discurso: um exemplo sobre racismo. In: IÑIGUEZ, L. (coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis, RJ; Vozes, 2004. (pp. 206-257)

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista**. 4.ed. -. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1971.

RUBIO, Flávia Carrasco. A ortodoxia e heterodoxia revistas em sua base: Uma leitura de Economia Política. **Dissertação (MPFE) - Escola de Economia de São Paulo**. 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10589/Vers%C3%A3o%20Final%20-%20Flavia%20C%20Rubioentrega.pdf?sequence=3>

SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. Neomonetarismo Tropical: A Experiência Brasileira nos Anos Noventa. **Revista de Economia Política**, vol. 22, nº 1 (87), jan/mar de 2002

\_\_\_\_\_. Da economia política a política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 4 (124), out/dez de 2011. (pp. 507-527).

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. Pós-neoliberalismo na América Latina. In: MARTINS, P. H.; RODRIGUES, C. (orgs). **Fronteiras abertas da América Latina: Dialogo na ALAS- Associação Latino-Americana de Sociologia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. (pp. 205-217).

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALLUM JR., Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, 11(2): p. 23-47. 1999 (editado em fev. 2000).

\_\_\_\_\_. Estamos reorganizando o capitalismo brasileiro (entrevista de Fernando Henrique Cardoso). **Lua Nova**, São Paulo, 39, 1997. (pp. 11-31).

\_\_\_\_\_. **Labirintos: dos generais a Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. RJ: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. (org.). **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Theotonio. **A teoria da dependência: balanço e perspectiva**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SCALON, Celli. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1, 2011. (pp. 49-68)

\_\_\_\_\_; SALATA, André. Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Revista Sociedade e Estado** – V. 27 N 2 - Maio/Agosto 2012

SECCO, Lincoln. **História do PT**. 4 ed. Cotia, SP: Ateliê, 2015.

SEN, Amartya. Comportamento econômico e sentimentos morais. **Lua Nova**, São Paulo, nº25, 1992. (pp.103-130).

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SICSÚ, João et al. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Novo-Desenvolvimentismo: um Projeto Nacional de Crescimentos com Equidade Social**. Barueri-SP: Manole e Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. 2005

SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut. Por que novo desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 4, Dez 2007. (pp. 507-524)

SILVA, Maria Ozanira Silva e (coord.). **Avaliando o Bolsa Família** – unificação, focalização e impactos. São Paulo: Cortez, 2010.

SINGER, André. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, v. 88, 2010. (p. 89-111)

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do lulismo** – Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia. das letras, 2009.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável? **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 3 (119), jul/set de 2010. (pp. 364- 380)

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. São Paulo: Editora Futura, 2002.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Renda Básica: A Resposta Está Sendo Soprada pelo Vento. **Revista de Economia Política**, vol. 23, nº 2 (90), abr/jun de 2003.

\_\_\_\_\_. **Renda de Cidadania: a saída é pela porta.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TÁPIA, Luis. O tempo histórico del desarrollo. IN: WANDERLEY, F. (Org.) **El desarrollo en cuestión: Reflexiones desde América Latina.** La Paz: CIDES/OXFAM. 2011. (pp. 19-36)

TOTA, Anna lisa. Políticas e poéticas do texto sociológico – As retóricas da argumentação científica. IN: MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva** - pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes. 2005

VAN DJICK, Teun A.. Prefácio – O giro discursivo. IN: IÑIGUEZ, L. (coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais.** Petrópolis, RJ; Vozes, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de Sistema-mundo** – Una introducción. México: Ed. Siglo XXI, 2005.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Política de renda mínima no Brasil: o Bolsa Família na ótica dos direitos humanos. In: **13º CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE MUNDIAL DE RENDA BÁSICA.** Anais. São Paulo: Síntese Eventos, 2010

\_\_\_\_\_; ESPÍNOLA, Gepherson Macêdo. Programas sociais no Brasil: um estudo sobre o Programa Bolsa Família no interior do Nordeste brasileiro. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, Jan./Abr. 2015. (p. 147-164)

ŽIŽEK, Slavoj. Introdução. In: ŽIŽEK, S (org.). **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

## ANEXOS

**Quadro 4 - Principais Produtos Agroindustriais Exportados pelo Brasil**

Principais Produtos Exportados	2008		1998	
	(...)	Part. %	(...)	Part. %
<i>Complexo Soja</i>	(...)	<b>25%</b>	(...)	<b>22%</b>
<i>Carnes</i>	(...)	<b>20,03%</b>	(...)	<b>7,5%</b>
<i>Produtos Florestais</i>	(...)	<b>13%</b>	(...)	<b>15,6%</b>
<i>Complexo Sucroalcooleiro</i>	(...)	<b>11%</b>	(...)	<b>9,2%</b>
<i>Café</i>	(...)	<b>6,6%</b>	(...)	<b>12,1%</b>
<i>Couros, Produtos de Couro e Peleteria</i>	(...)	<b>4,4%</b>	(...)	<b>8,8%</b>
<i>Fumo e seus Produtos</i>	(...)	<b>3,8%</b>	(...)	<b>7,2%</b>
<i>Cereais, Farinhas e Preparações</i>	(...)	<b>3,1%</b>	(...)	<b>0,2%</b>
<i>Sucos de Fruta</i>	(...)	<b>3%</b>	(...)	<b>6,1%</b>
<i>Fibra e Produtos Têxteis</i>	(...)	<b>2,2%</b>	(...)	<b>3,5%</b>
<i>Demais Produtos</i>	(...)	<b>7,6%</b>	(...)	<b>7,7%</b>

Fonte: OLIVA *apud* AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC. Elaboração: CGDE/DPI/SRI/MAPA, 2010, p. 231

**Quadro 5 – A ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA**

FAIXA DE RENDIMENTOS*	PADRÕES DE VIDA
Acima R\$ 2.965,00	Alta classe média
R\$ 1.482,00 a R\$ 2.965,00	Média classe média
R\$ 593 a R\$ 1.482	Baixa classe média
R\$ 296 a R\$ 593	Massa trabalhadora
Abaixo de R\$ 296	Miseráveis

(\*) valores em outubro/2007

deflator: INPC corrigido,

Fonte: QUADROS *apud* IPEA, 2008, p. 1

**Quadro 6 - Estratificação dos indivíduos que declaram rendimentos Brasil %**

ANOS	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	TOTAL
1997	5,4	9,3	21,7	22,3	41,3	100,0
1998	5,5	9,5	22,1	22,8	40,0	100,0
1999	5,3	8,2	23,8	23,9	38,8	100,0
2001	5,3	8,3	23,1	25,5	37,9	100,0
2002	4,7	7,6	22,3	25,8	39,6	100,0
2003	4,4	6,7	23,0	25,4	40,6	100,0
2004	4,1	7,1	21,8	27,9	39,2	100,0
2005	4,5	7,7	25,1	39,3	23,4	100,0
2006	5,0	8,3	26,4	37,9	22,3	100,0
2007	5,3	9,1	28,7	37,3	20,1	100,0

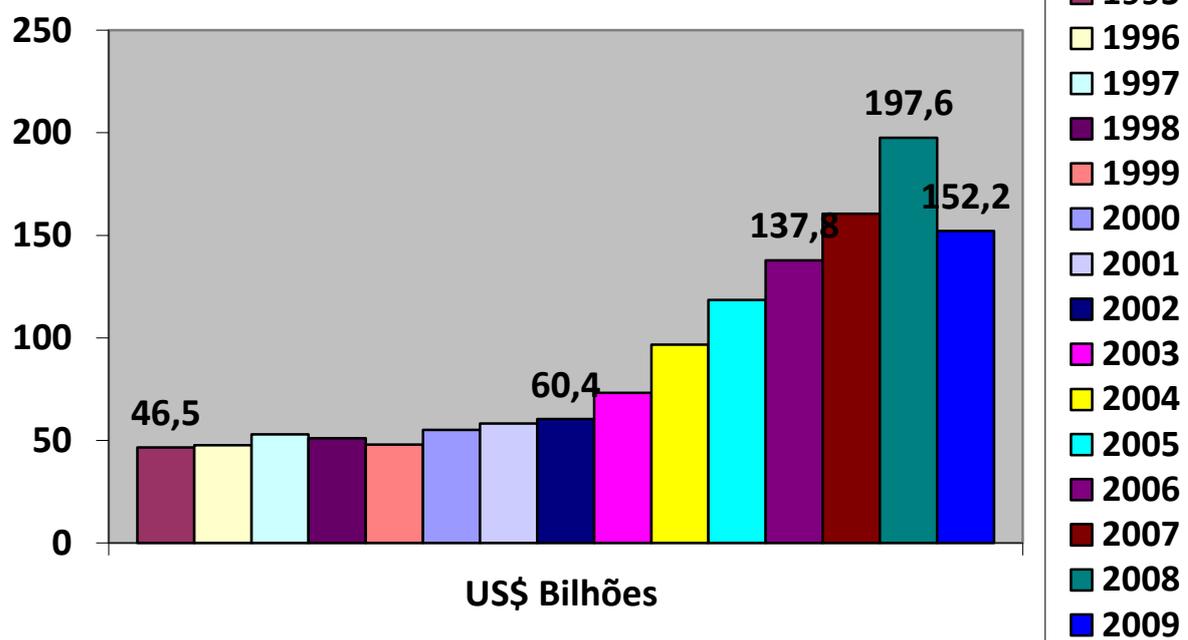
Fonte: QUADROS *apud* PNAD/IBGE, 2008, p. 6

**Quadro 7 – População por classes econômicas**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
TOTAL	175.398.020	177.758.060	180.001.710	182.218.501	184.384.292	186.440.290
classe E	49.319.851	45.147.53	41.047.646	35.196.724	33.659.359	29.860.927
classe D	46.884.477	48.286.025	48.713.422	48.006.542	46.298.711	45.399.117
classe C	65.871.283	70.620.183	75.266.800	81.889.806	86.476.548	91.762.175
classe B	6.977.329	7.100.301	7.583.287	8.549.859	9.271.379	9.925.842
classe A	6.345.080	6.604.018	7.390.555	8.575.570	8.670.295	9.492.229

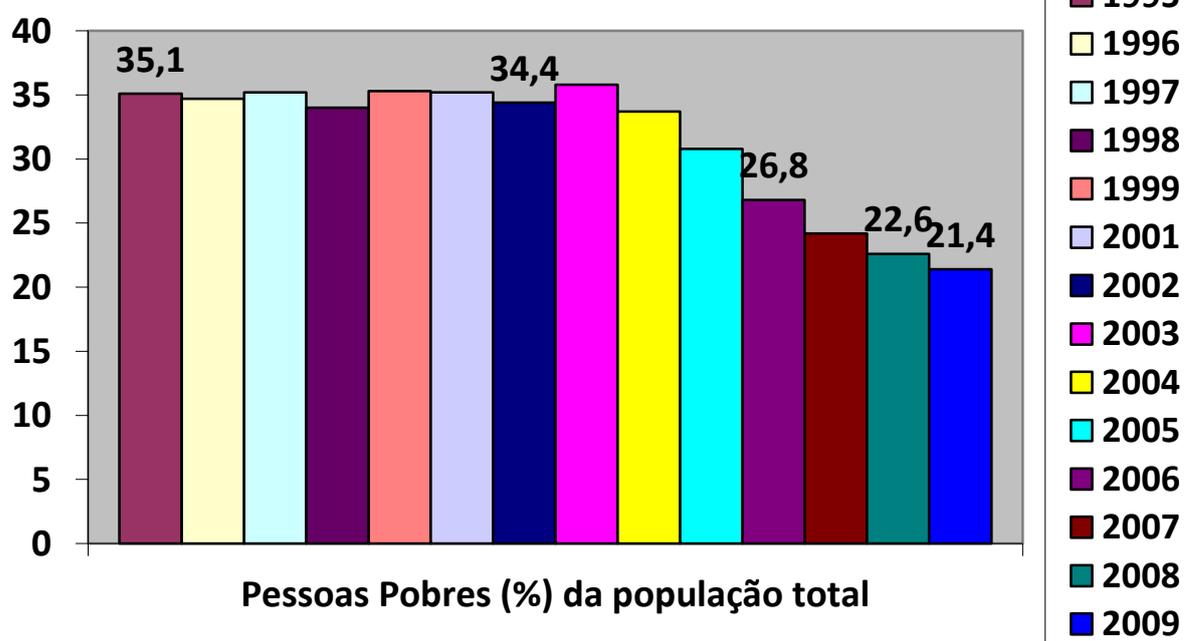
Fonte: NERI *apud* CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE, 2010, p.32

Tabela 1 – Evolução das exportações



Fonte: OLIVA *apud* Funcex, 2010, p. 130

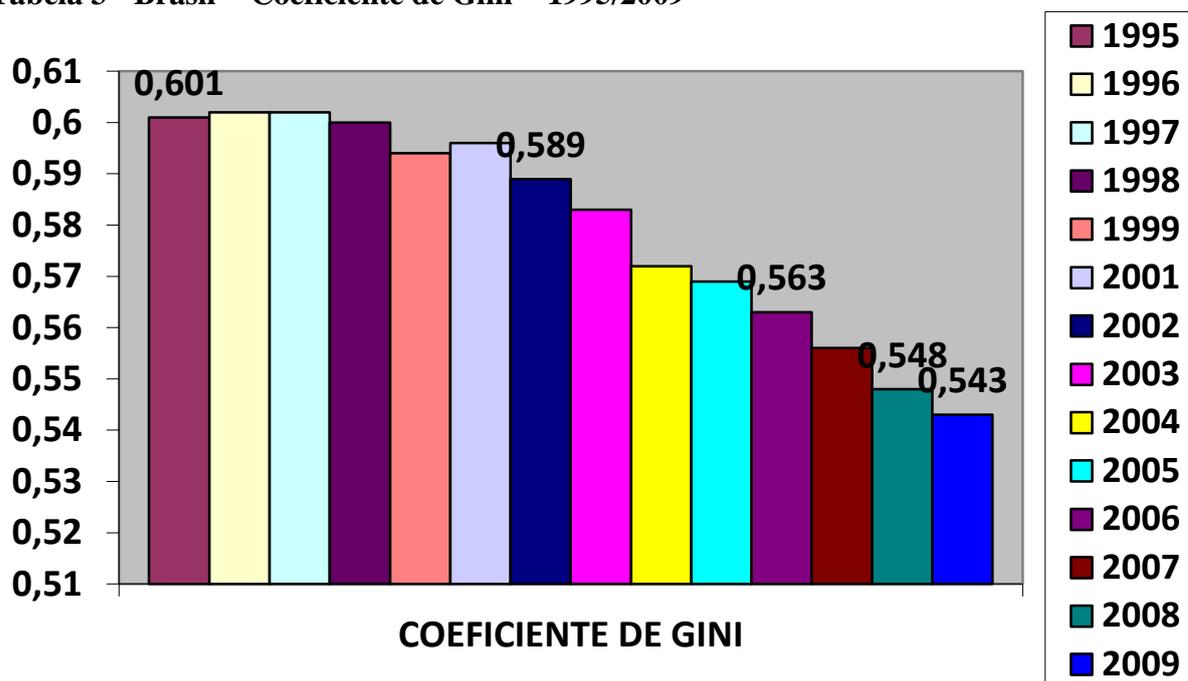
Tabela 2 - Pobreza no Brasil em % da população total – 1995/2009



Nota: 1994 e 2000 não foram publicados

Fonte: OLIVA *apud* Ipeadata, 2010, p. 166.

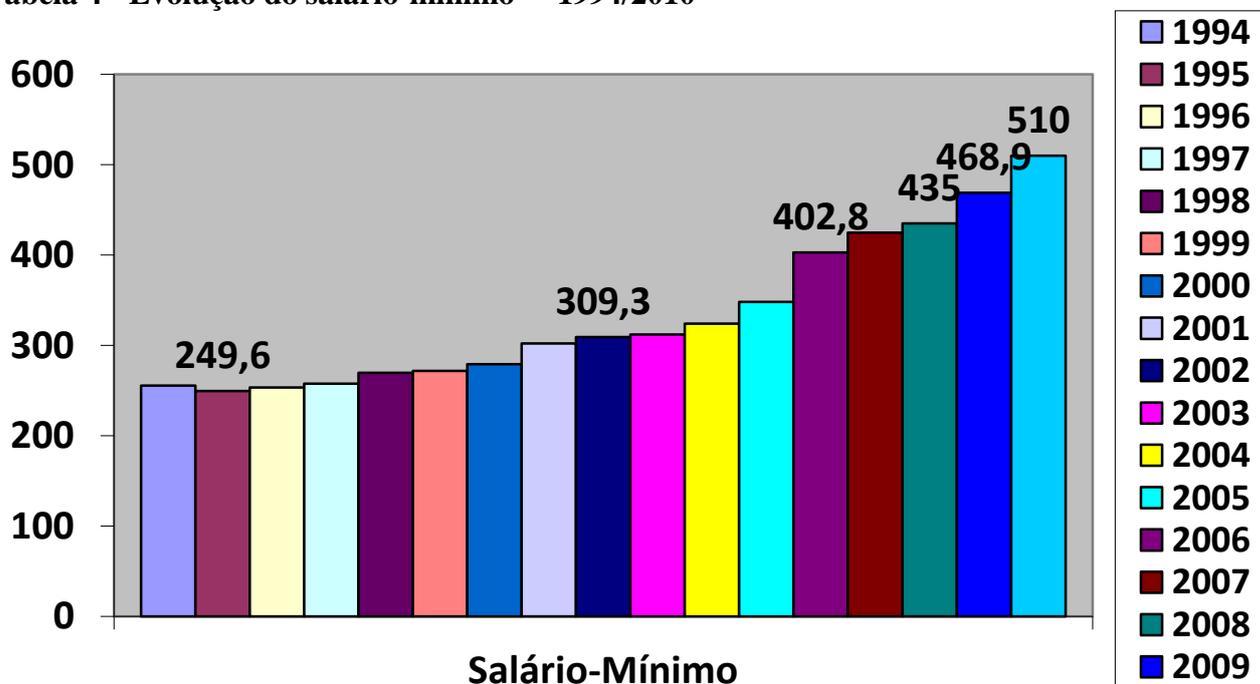
Tabela 3 - Brasil – Coeficiente de Gini – 1995/2009



Nota: 1994 e 2000 não foram publicados

Fonte: OLIVA *apud* Ipeadata 2010, 2010, p. 166.

Tabela 4 - Evolução do salário-mínimo\* - 1994/2010



\*Valores em reais constantes do último mês, deflacionados pelo ICV

Fonte: OLIVA *apud* DIEESE, 2010, p. 163.